

EM FOCO

**A hipocrisia
não é boa
companhia
e não dá
saúde à
democracia**



■ **Fernanda Mateus** Pág. 19

**A «janeirada»
do Ministro
Adjunto**

As novas medidas anunciadas pelo ministro José Sócrates, que alguma comunicação social chamou de «revolução», não passam afinal de uma «janeirada» destinada a pôr termo ao insustentável silêncio que o Ministro Adjunto mantinha desde o dia em que assumiu a pasta do combate à droga.

■ **António Filipe** Pág. 20

**Henrique de Sousa
ao «Avante!»**

**– Estimular
o exercício
dos direitos
dos emigrantes**

Pág. 21

**Octávio Teixeira:
O PS dá o dito
por não dito**

Pág. 9

**Rendimento mínimo
garantido**

**Políticas sociais
num mar de
desigualdades**

Pág. 23

**Campanha
de Fundos
ultrapassa
os 250 mil
contos!**

Pág. 32

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 12 de Fevereiro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1263 • Director: Carlos Brito

DESEMPREGO AGITA A EUROPA

Seguindo o exemplo dos franceses, 40.000 desempregados alemães saíram à rua no dia 5 de Fevereiro para fazer ouvir a sua voz. No mesmo dia, os dados oficiais davam conta da dimensão do flagelo: em Janeiro, o desemprego batia um recorde histórico, atingindo 12,6 por cento da população activa, ou seja, 4,823 milhões de pessoas.

Pág. 5



Os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista

Conversa com Francisco Melo e José Barata-Moura

Págs. 15, 16, 17 e 18

Editorial O «Avante!» e o Manifesto



No dia seguinte à votação na AR, o PS cedeu ao PSD e aceitou referendar a despenalização da interrupção voluntária da gravidez

RESUMO

4 Quarta-feira

A Assembleia da República aprova o projecto de lei do PS sobre a despenalização do aborto até às dez semanas de gravidez ■ Carlos Correia, primeiro-ministro da Guiné-Bissau, visita Portugal ■ O Iraque aceita abrir oito palácios presidenciais aos inspectores da ONU, mas os EUA consideram a proposta insuficiente ■ Nos EUA, Karla Kaye Tucker é executada no Texas ■ Na Itália, um avião militar americano choca com um teleférico e provoca 20 mortos ■ O parlamento da Arménia confirma a demissão do presidente Levon Ter-Petrosian.

5 Quinta-feira

O PS aceita a proposta do PSD de realizar referendos sobre a liberalização da lei do aborto, a União Europeia e a regionalização ■ O PCP apresenta na AR um projecto de lei que altera o montante de coimas e multas no âmbito das infrações laborais ■ Um avião búlgaro cai perto da base das Lages, nos Açores, provocando a morte aos sete tripulantes ■ Milhares de pessoas manifestam-se contra o desemprego em 200 cidades alemãs.

6 Sexta-feira

Carlos Carvalhas critica o acordo PS-PSD sobre os referendos ■ A justiça belga condena a Renault por não ter consultado os trabalhadores antes de encerrar a fábrica de Vilvoorde ■ O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, manifesta o seu total apoio aos Estados Unidos na crise iraquiana ■ A Câmara Alta alemã autoriza as escutas telefónicas ■ Na sessão de abertura do parlamento sul-africano, Nelson Mandela defende a discriminação positiva como forma de corrigir os excessos do «apartheid».

7 Sábado

O perfeito da Córsega, Claude Erignac, é assassinado por desconhecidos com dois tiros ■ Realiza-se a primeira volta das eleições presidenciais na parte grega da ilha de Chipre ■ Dez pessoas morrem na Argélia, na sequência

de vários atentados à bomba ■ No Afeganistão, um violento sismo provoca a morte de quatro mil pessoas ■ Iniciam-se os Jogos Olímpicos de Inverno, em Nagano, no Japão.

8 Domingo

Um relatório da Comissão Europeia revela que Portugal é um dos 13 países que não respeita a directiva sobre a produção das rações de origem animal ■ Uma delegação de nove eurodeputados inicia uma visita à Argélia para recolher informações sobre os recentes massacres ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia propõe ao secretário-geral da ONU que se desloque ao Iraque para tentar encontrar uma solução pacífica para o conflito ■ Israel volta a recusar a participação da UE no processo de paz do Médio Oriente.

9 Segunda-feira

Carvalho da Silva participa em plenários de trabalhadores conservadores e têxteis, no norte do País, em luta pelo pagamento de salários atrasados, pela defesa dos postos de trabalho e pela semana de 40 horas ■ A Comissão Europeia pede a suspensão da construção do metropolitano do Porto ■ Os trabalhadores da metalúrgica Casal entram em greve ■ Os Estados Unidos enviam reforços militares para o Golfo Pérsico, no dia em que Bagdad autoriza inspecções aos palácios presidenciais com algumas condições ■ O presidente da Geórgia é alvo de um atentado com granadas.

10 Terça-feira

Carlos Carvalhas visita a TAP, expressando preocupação quanto às ameaças de desemprego e ao futuro da companhia ■ Seis jovens timorenses refugiam-se na embaixada espanhola em Jacarta ■ Em resposta a um pedido dos EUA, o Governo português confirma facilidades de utilização da Base das Lajes para «dar cumprimento às resoluções da ONU», enquanto Washington anuncia uma «trégua olímpica», comprometendo-se a não desencadear acções militares contra o Iraque até dia 22 ■ Boris Ieltsin é recebido no Vaticano por João Paulo II.

EDITORIAL

O «Avante!» e o Manifesto

Ecolhemos a presente edição do nosso jornal, coincidente com o seu 67º aniversário, que ocorre no próximo dia 15, para iniciarmos a celebração dos 150 anos do Manifesto Comunista, que veio a público pela primeira vez a 25 de Fevereiro de 1848.

Para abrir esta celebração nas páginas do «Avante!» dedicamos, hoje, ao texto inaugural do movimento comunista um suplemento de 4 páginas preenchido fundamentalmente com uma conversa com os dois responsáveis da recente edição do Manifesto Comunista em português, os camaradas Barata-Moura e Francisco Melo.

Procuraremos acompanhar da melhor forma, ao longo do ano, o noticiário e as mais importantes iniciativas comemorativas deste 150º aniversário, no nosso país e no estrangeiro, e contamos também incluir, em próximos números, artigos e comentários especialmente produzidos para o nosso jornal.

É curioso registar que, há cinquenta anos, quando passou o primeiro centenário da publicação do Manifesto de Marx e Engels, o «Avante!», apesar de ser feito e distribuído então nas condições da mais severa clandestinidade, que lhe era imposta pela ditadura fascista, não deixou de assinalar a efeméride com grande destaque, dedicando-lhe também um suplemento da edição da primeira quinzena de Fevereiro de 1948, que reproduzimos no suplemento da nossa edição de hoje.

A grande importância que os comunistas portugueses sempre atribuíram ao texto fundador do seu movimento internacional fica assim testemunhada neste documento de há 50 anos. Lá se salienta que «o Manifesto Comunista foi a primeira exposição acabada da doutrina marxista»; observa-se que é um «livro indispensável a todo o trabalhador consciente»; realça-se que «esse documento do socialismo internacional, que conta hoje cem anos, tem ainda agora o vigor, a oportunidade, o valor de uma publicação de dias».

Assim se colocava já então a questão da actualidade do Manifesto Comunista, matéria que é retomada com especial atenção pelos dois interlocutores do «Avante!» na conversa que reproduzimos no suplemento.

E, entretanto, a situação do mundo e da revolução alterou-se radicalmente nestes conturbados 50 anos. Em 1948, o processo revolucionário estava em ascenso acelerado, depois da tragédia da segunda guerra mundial. Na URSS, onde a Revolução de Outubro triunfara há 31 anos, o socialismo consolidava-se, superando a prova da guerra onde saíra especialmente fortalecido pelo papel determinante dos soviéticos na derrota do nazi-fascismo. Os comunistas chegavam ao poder em vários países da Europa Oriental. Na China, a revolução estava à beira de triunfar. Por todo o mundo a influência dos Partidos Comunistas aumentava pelo papel nas resistências e em todas as lutas à frente dos seus povos. Nalguns casos, como em Portugal, a luta contra a ditadura fascista avançava em condições de especial dureza e grande risco para os quadros comunistas, como tinha sido testemunhado com, entre outros, o assassinato de Alex (Alfredo Dinis) e foi confirmado pouco depois, nomeadamente, com os assassinatos de Militão Ribeiro e José Moreira, todos destacados dirigentes do PCP.

É completamente diversa a situação no mundo de hoje. Depois do desmoronamento da URSS e do triunfo da contra-revolução nos países do Leste da Europa, o processo revolucionário recuou, parece encontrar-se numa encruzilhada e tateia os caminhos do futuro. É também profundamente diversa a situação do nosso país

e da luta dos comunistas. Com a Revolução de Abril e o derrubamento do fascismo inaugurou-se um processo de profundas transformações democráticas, que a contra-revolução conseguiu conter e recuperar em parte significativa. As próprias liberdades e a democracia estiveram ameaçadas. Contribuindo decisivamente para a sua defesa, os comunistas lutam agora por uma viragem à esquerda na política do país que retome o sentido das conquistas de Abril e pela concretização de uma democracia avançada, isto é, política, económica, social e cultural.

Em todo este processo esteve e está presente o Manifesto de 1848.

Como salientou Álvaro Cunhal, no recente artigo do «Público»: «As teorias de Marx e Engels, das quais o «Manifesto Comunista» faz uma primeira síntese, revolucionaram o pensamento e as sociedades do século XX.»

Pode dizer-se que não houve um só canto da Terra onde os ideais contidos no Manifesto não se tivessem feito sentir como um veemente incitamento à luta contra a miséria, a exploração e a opressão e rasgando a perspectiva e a esperança de um mundo mais justo e livre e de uma vida melhor. Nuns casos foram grandes revoluções que abalaram o mundo,

noutros apenas importantes conquistas sociais. Houve avanços e recuos, de alcance histórico, mas o processo continua e o texto de Marx e Engels resiste.

Com efeito, o Manifesto Comunista sobrevive com inesgotável energia revolucionária a todos os destinos das revoluções que inspirou, aos seus êxitos e fracassos, e continua a apontar com eficaz consistência a superação do capitalismo e a luta pela sociedade sem classes.

Esta força actual e a frescura que o texto de Marx e Engels ainda hoje conserva assenta na análise rigorosa das condições e da superação de «uma realidade que, nos seus aspectos estruturais - e apesar e através de todas as modificações que sofreu e vem sofrendo - ainda persiste», como refere Barata-Moura, advertindo ao mesmo tempo contra as recitações e as

aplicações mecânicas e automáticas e sublinhando «os caminhos inovadores que ele abre».

O Manifesto Comunista sobrevive com inesgotável energia revolucionária a todos os destinos das revoluções que inspirou, aos seus êxitos e fracassos, e continua a apontar com eficaz consistência a superação do capitalismo e a luta pela sociedade sem classes.

Ao associar o início das comemorações dos 150 anos do Manifesto Comunista com a passagem do seu 67º aniversário, o «Avante!» põe em evidência uma identidade que ostenta desde o seu primeiro número ao inscrever ao lado do título, como uma bandeira (e na tradição da imprensa comunista, que conserva) a palavra de ordem central e final do Manifesto: «Proletários de todos os países: uni-vos!».

Os fundadores do nosso jornal colocavam-se na exacta perspectiva do Manifesto, quando, a 15 de Fevereiro de 1931, se dirigiam «Ao proletariado de Portugal», e asseveravam que o «Avante!» «surge da sombra da clandestinidade, mas que iluminará o caminho que o proletariado português deverá seguir para alcançar o poder político e económico do país, para alcançar a sua emancipação».

A emancipação, que não é apenas emancipação política do proletariado, mas é a própria emancipação do trabalho e a sua dignificação, assim descrita no Manifesto:

«Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é apenas um meio para multiplicar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer, promover o processo de vida dos operários.»

Diversos autores têm chamado ao Manifesto, e com muita justeza, «uma arma» ou «um instrumento da revolução». A esta distância de 150 anos, uma fria análise da história não pode deixar de considerá-lo também como uma alavanca da civilização. No melhor que a humanidade avançou neste século e meio, aí está presente o Manifesto Comunista.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IV
Rua B Li 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Alguns pontos nos is

Escrevendo antes da reunião da Comissão Política do PS de terça-feira à noite e embora o mais importante seja a batalha em curso para denunciar e travar o vergonhoso acordo PS-PSD que pretende anular e retirar eficácia à votação parlamentar de passado dia 4 sobre o aborto, compreenda-se que voltemos ainda atrás para pôr alguns pontos nos is.

Desde logo, para acentuar que o PCP (cujo projecto recebeu a maior votação de sempre e só não terá passado pela falta, administrativamente organizada, dos votos de dois ou três deputados socialistas), votou a favor do projecto do PS, não porque o PCP aceite ter «deveres» perante o PS que o PS não tenha perante o PCP, mas porque, embora com críticas muito sérias, considerou que aprovação desse projecto era um passo positivo a favor de uma causa que, de longe, tem tido no PCP o seu mais destacado e coerente protagonista político.

Ou seja, mais uma vez se confirmou que não fazemos política nem por rótulos nem contra rótulos mas pela substância das soluções e pelos interesses e valores a que nos consideramos vinculados. E se não

retaliámos, como seria em abstracto nosso direito, contra o facto de o PS baixar o limite temporal do aborto para as 10 semanas para ganhar uns votos na sua bancada, mas esquecendo-se que estava a hostilizar os 13 votos comunistas; e se não pagámos na mesma moeda sectária aos deputados socialistas que não votaram o nosso projecto; então o que acontece é que saímos por cima, porque fica claramente marcada uma diferença ética e política que só nos honra e prestigia.

É isto que manifestamente é areia de mais para a camioneta de alguns comentadores, como é o caso daquele que, a propósito do volte-face da direcção do PS sobre o aborto, veio sentenciar no passado sábado que «o PCP parece apostado e (resignado) em fazer o papel de partido que é constantemente enganado pelo seu mais próximo parceiro político, o PS», perguntando a terminar se os comunistas iriam continuar «sem um gesto de revolta, sem assumirem o risco de qualquer ruptura - mesmo que ela ponha em causa a aprovação de um diploma contra a direita».

Acontece, porém, que este paleio é apenas a enésima demonstração de que, para alguns, o PCP deve sempre ser preso por ter cão e por não o ter. Com efeito, quando o PCP, em Julho de 1997, numa atitude «de ruptura» e num «gesto de revolta» com decisões do PS quanto à regionalização e à revisão constitucional, chumbou uma proposta de lei de finanças locais do Governo (de que discordava profundamente, sublinhe-se), o que este mesmo comentador fez não foi elogiar a atitude do PCP mas acusá-lo e criticá-lo por ser «inflexível» e por «estar colado à direita contra os socialistas».

Por isso, escrevam alguns quanto quiserem sobre marginalizações do PCP, sobre deslealdades do PS para com o PCP e sobre imaginárias resignações do PCP. Bem compreendemos que é a única maneira que têm de não reconhecer que, como se está vendo, são as orientações e atitudes do PCP que, em grande parte, ainda vão salvando a política de ser toda ela olhada como uma choldra infame.

■ Vítor Dias

A revolução das 35 horas

O artigo 1º da lei sobre a redução do tempo de trabalho aprovada há dois dias pela Assembleia Nacional francesa fixa «a duração legal do trabalho efectivo dos assalariados em 35 horas por semana a contar do dia 1 de Janeiro de 2002» e «desde Janeiro de 2000 para as empresas com mais de 20 assalariados». Redução do tempo de trabalho a processar-se sem redução de salários e acompanhada por um inovador dispositivo de incitação à criação de empregos que prevê, entre muitos outros aspectos, que as empresas que diminuam o tempo de trabalho de 10% - de 39 para 35 horas - e criem 6% de empregos suplementares, beneficiarão durante cinco anos de uma diminuição da parte patronal das cotizações sociais.

A resistência do grande patronato e dos partidos da direita a esta decisão histórica - suportada pela maioria e pelo governo de esquerda em que participam socialistas, comunistas e ecologistas - não podia ter sido mais encarniçada.

O sr. Seillère da CNPF (patronato francês) e o sr. Fossa da Cofindustria (patronato italiano), no decurso de uma conferência de imprensa conjunta realizada em Paris, exprimiram a sua «grave preocupação» perante a vontade dos governos dos respectivos países de iniciar uma «diminuição geral e uniforme da duração do trabalho», que «enfraqueceria a França e a Itália na competição mundial». E anunciaram que iriam «multiplicar os contactos com o conjunto das organizações patronais europeias» para as sensibilizar em relação aos «perigos» desta medida.

Quanto aos partidos da direita francesa, eles foram ainda mais longe na dramatização contra a nova lei. Os representantes do RPR, por exemplo, acusaram-na de «totalitarismo social» (sr. Accoyer), de «não haver receita miraculosa contra o desemprego, de não haver poção mágica» (sr. Séguin), e de ela seguir «as teses do marxismo... e constituir uma tragédia para a França porque, quando as pessoas se habituarem às 35 horas, será muito difícil voltar atrás» (sr. Lellouche)...

Robert Hue, secretário nacional do Partido Comunista Francês, pronunciou-se, evidentemente, em sentido contrário: «trata-se... de realizar um avanço social marcante, de concretizar um verdadeiro progresso civilizacional - reduzir a duração

do trabalho para que os assalariados possam viver melhor - e de contribuir para fazer recuar de maneira significativa o desemprego, fazendo de maneira a que a diminuição do tempo de trabalho se traduza pela criação de centenas de milhares de empregos».

Avaliando a lei como um quadro legal incitativo permitindo atingir estes objectivos, os comunistas consideram que vão ser necessários muitos esforços para os alcançar, quer no plano do debate das ideias para refutar as teses do ultraliberalismo e para mostrar a necessidade e a possibilidade de concretizar a reforma, quer no plano da acção para que, por toda a parte, a lei se traduza pela passagem às 35 horas sem diminuição dos salários e pela criação de emprego. Pois agora vai ser através de acordos de ramos e de empresas, e portanto da relação de forças que os trabalhadores conseguirem estabelecer no terreno, que irão ser resolvidas três questões determinantes: a amplitude da criação dos empregos, a reorganização do trabalho e a evolução dos salários.

Sublinha o secretário nacional do PCF que «a experiência que estão em vias de viver mostra que é possível ser ao mesmo tempo portador das revoltas, das angústias, das grandes expectativas da opinião pública, e parte que beneficia da acção governamental, com propostas construtivas e eficazes». E chamando «as coisas pelo seu nome - é o capitalismo que está em causa», acrescenta que «é precisamente o pôr em causa as lógicas ultraliberais e o envolvimento numa outra via que dê a prioridade aos seres humanos, que está na ordem do dia para que a esquerda possa responder às expectativas do nosso povo».

Não está na ordem do dia, também, entre nós?

■ Edgar Correia

GUERRAS imperiais

A guerra inunda o nosso dia-a-dia. Clinton e Blair (tal como há sete anos Bush e Major - a «alternância democrática» não se aplica às questões de regime...) multiplicam-se nos seus esforços para convencer o mundo da necessidade duma guerra. O principal porta-voz do Pentágono, Kenneth Bacon, adverte que qualquer ataque militar contra o Iraque será «decisivo e devastador». E em 27 de Janeiro declara «não haver nenhuma decisão tomada que inclua ou exclua qualquer tipo de armamento», incluindo o nuclear. O Presidente russo, Ieltsine, refere o perigo de a agressão americana contra o Iraque desembocar numa «guerra mundial». O Presidente do Parlamento russo avisa que «estamos a falar duma possível guerra nuclear, porventura global» (Financial Times, 4.12.98).

Mas não é só a propósito do Iraque que a guerra se está a transformar em algo de aparentemente banal. Em 21 de Janeiro deste ano, a CNN informa que o Ministro da Defesa dos EUA, Cohen - que anda em digressão permanente há cerca de um mês - se reuniu com autoridades japonesas para «debater a cooperação militar na eventualidade duma guerra na península coreana». E no seu número de 3 de Janeiro, a revista do grande capital anglo-saxónico The Economist, falando sobre a questão do controlo dos enormes recursos energéticos «do rectângulo explosivo entre a Arábia e o Cazaquistão» afirma: «as questões ainda em aberto - qual o rumo dos oleodutos, de quem será o dinheiro que irá decidir essa questão, se será utilizado algo mais musculado do que o dinheiro - desafiam a imaginação. A fim de impedir que esta bomba rebente, é necessária uma autoridade mais global que a da Europa. [A Europa] necessita da América, com o seu dinheiro adicional, a sua influência diplomática e, como último recurso, o seu muito maior músculo militar. Se a bomba rebentasse, poderia ser o começo duma guerra Euro-asiática». Os herdeiros do velho império britânico voltam a desenterrar a sua linguagem da canhoneira. E, longe dos holofotes das televisões, nesta «época pós-Muro», não é preciso perder tempo com as conversas sobre «a liberdade», «os direitos do homem», ou as «ameaças nucleares». Diz-se preto no branco que «a Europa está à porta, pedindo a sua quota-parte dos recursos energéticos do rectângulo». A tal «guerra Euro-asiática» serviria para que a Europa (do capital) disfrutasse dos recursos dos outros... É assim a democracia-ocidental-de-economia-de-mercado.

É verdade que, em parte, a retórica belicista serve para não deixar esmorecer os fabulosos negócios de armas. Ainda o mês passado, o imparável Sr. Cohen foi à Coreia do Sul - a 11ª economia mundial que as «sãs políticas macroeconómicas» do FMI levaram à bancarrota - dizer aos coreanos que apertem o cinto, que despeçam centenas de milhares de trabalhadores, que vendam a sua economia ao desbarato aos estrangeiros, mas que nem se atrevam a concretizar os seus planos de introduzir «fortes cortes nas despesas com a defesa», parte das quais «incluíam a redução nos montantes que [o governo sul-coreano] gasta para manter as tropas dos EUA no seu país» (CNN, 21.1.98). Mas seria uma perigosa ilusão pensar que são apenas questões de negócios de armas.

A verdade é que o imperialismo nunca mudou. A sua essência consiste em dominar o mundo, por quaisquer meios necessários, a fim de garantir a expansão permanente dos seus lucros. E após a derrocada do sistema socialista, tal como no princípio deste século, sente as mãos mais livres. Ou, como afirmou o Presidente dos EUA, William Clinton: «a diplomacia e a força são os dois lados da mesma moeda (...) neste novo mundo, a nossa liderança global é, mais do que nunca, importante» (Discurso na Universidade de Defesa Nacional, em Fort McNair, Virginia, 29.1.98). Mesmo quando «quarenta por cento - 40% - das nossas crianças de oito anos não sabem ler» (Discurso do Estado da União, 1997). Até no mais rico país do mundo, o dinheiro não chega para tudo, não é verdade...? «Deus vos abençoe, e Deus abençoe os Estados Unidos» (Discurso do Estado da União, 1998).

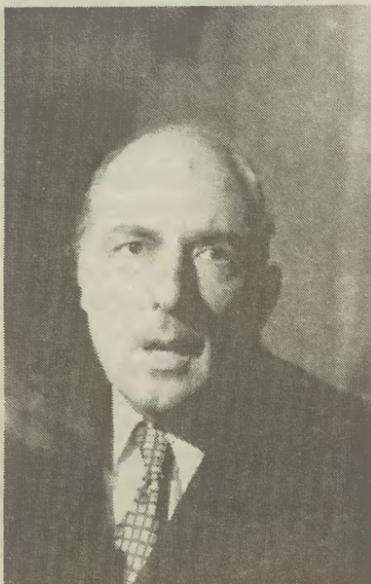
■ Jorge Cadima



Foto: Jorge Caria

Sousa Franco «ameaça» deduções de Saúde no IRS

Em conferência de Imprensa, o ministro das Finanças, Sousa Franco, anunciou a intenção de «moralizar» as deduções no IRS que até agora são feitas com as despesas de Saúde, anunciando que a questão «será resolvida em 1999». Recusando-se a pormenorizar, Sousa Franco apenas exemplificou com despesas como cirurgias plásticas ou óculos de sol, cujas deduções devem ser «inviabilizadas» pois são determinadas pela «vaidade». A ministra da Saúde, Maria de Belém, também presente na conferência de imprensa, foi mais longe e anunciou que se deve estabelecer «tectos de despesa», dado que o tratamento de algumas doenças «é muito caro». Os dois governantes fizeram estas declarações numa conferência de imprensa convocada com o objectivo de fazerem a sua leitura do relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) sobre



Portugal, saído recentemente, onde o nosso Sistema Nacional de Saúde é duramente criticado, nomeadamente por ser o que menos investe na Saúde, o que mais desperdiça e menos eficiência apresenta. Pelos vistos, a resposta mais concreta do governo a tais críticas é «cortar» nas deduções do IRS.

UE põe em causa projecto de Metro do Porto

Com pedidos de «esclarecimentos técnicos», a Comissão Europeia envia ao governo português, na figura do ministro do Equipamento, João Cravinho, uma carta onde exige a suspensão

de todas as decisões relativas ao projecto do Metro do Porto. O pedido da Comissão assenta numa queixa apresentada em Bruxelas - presumivelmente da autoria da multinacional Siemens, a

grande empresa que perdeu o concurso internacional a favor do consórcio Normetro (Soares da Costa/ADTranz) - e apresenta como objectivo declarado a averiguação do cumprimento, ou

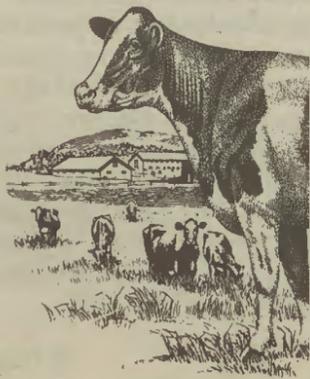
não, de todos os requisitos legais do concurso internacional para a construção do metropolitano do Porto, a maior obra do género a construir na Europa até ao final do século. A Comissão

Europeia reclama, igualmente, informações de carácter técnico sobre este projecto. Não é a primeira vez que esta Comissão surge com a exigência de suspensão do projecto do Metro do Porto, tendo feito um pedido semelhante quando foram afastados pelo concurso os consórcios Gec-Alstom e Spie, pedido que não foi atendido. Agora, este novo pedido de suspensão coincide com novos desenvolvimentos no processo, nomeadamente a notícia de que o governo de António Guterres se prepara para adjudicar a obra à Normetro.



Doença das «vacas loucas» detectada em Portugal

Em declarações à Rádio Renascença, a ministra da Saúde, Maria de Belém, confirma a existência de dois casos suspeitos da nova variante da doença de Creutzfeldt-Jakob (conhecida pela «doença das vacas loucas») em hospitais portugueses, o que faz do nosso país o terceiro da Comunidade Europeia a ser afectado pela doença (o primeiro foi a Inglaterra, com 10 casos identificados, e o segundo a França, com um caso). Segundo o *Diário de Notícias*, o presidente do Instituto Português do Sangue, Almeida Gonçalves, afirma desconhecer o aparecimento destes casos, prometendo uma investigação para saber quem são as pessoas e em que hospitais se encontram, para se averiguar se terão, ou não, relação com doadores de sangue



ou receptores de transfusões. Entretanto, segundo o *Público*, Portugal continua na lista comunitária dos países que não aplicam a regulamentação comunitária para a esterilização das farinhas de carne e de ossos e, pior ainda, quando falta apenas mês e meio para se aplicar em toda a União Europeia a directiva comunitária para a eliminação dos produtos de risco susceptíveis de transmitir a «doença das vacas loucas» ao homem, Portugal não pôs em marcha todo o sistema necessário, apesar de a decisão técnica já ter sido tomada, os custos avaliados e as adaptações legislativas identificadas. Acrescenta o jornal que o funcionamento do sistema está dependente de três ministérios, o da Agricultura, o do Ambiente e o da Saúde.



Bancos queixam-se da «taxa de activação»

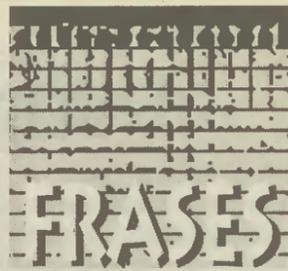
A controversa «taxa de activação» que a Portugal Telecom (PT) passou a cobrar desde 1 de Fevereiro corrente (e que fez aumentar o primeiro impulso de cada chamada de 13\$50 para 20\$00) está a desencadear o protesto dos bancos e da Unicre, entidades que disponibilizam os equipamentos necessários para o pagamento automático nas lojas do país. Segundo estas entidades, a «taxa de activação» irá desencadear um aumento próximo do milhão de contos/ano nos custos das comunicações realizadas através do pagamento automático, aumento de custos que serão suportados pelos bancos e pela Unicre. A rede de pagamento automático regista qualquer coisa como 130 milhões de comunicações/ano em Portugal. Através da Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS) os bancos já desencadearam negociações com a PT visando contornar este eventual acréscimo de custos. Esta taxa de activação que, segundo os bancos, não apresenta quaisquer contrapartidas na qualidade do serviço, sofre ainda de maior contestação perante o facto de largos milhões de ligações feitas entre as lojas e o SIBS não efectuarem transacções reais, mas consultas de saldos, aberturas e fechos do sistema e milhões de comunicações falhadas, todas pagas.



Filipe Gonzalez acusado de implicação em assassinato

O ex-presidente do governo espanhol, Filipe Gonzalez, foi esta semana acusado de implicação no assassinato, em 1983, de dois presumíveis membros da ETA, José António Lasa e José Ignacio Zabala, que teriam sido abatidos pelos GAL, os esquadrões da morte anti-separatistas bascos que se afirma terem sido criados durante os governos do PSOE. A acusação foi feita por Juan Alberto Perote, o nº 2 dos serviços secretos espanhóis durante a vigência dos execu-

tivos chefiados por Filipe Gonzalez, entre 1982 e 1996. Perote, que se encontra preso desde o ano passado após condenação por roubo de documentos secretos, implica igualmente nestes homicídios os ex-ministros do Interior, José Barriuevo, e da Defesa, Narcis Serra, fazendo as acusações numa carta de 30 páginas enviada ao Juiz da Audiência Nacional (instância máxima), Javier Gomes de Liano, e divulgada pela Agência France Press (AFP).



“Com o devido respeito pela senhora deputada (Manuela Ferreira Leite), o PSD usa o referendo como certos cavalheiros usam o preservativo: sempre na carteira e pronto para qualquer eventualidade, para fugir às responsabilidades do seu acto.”

(João Amaral, PCP, na AR, no debate sobre a interrupção voluntária da gravidez)

“Portugal é um Estado laico, onde ninguém tem o direito de impor aos outros as suas legítimas convicções de consciência ou de religião.”

(Manuel Alegre, PS, idem)

“A bancada parlamentar do Partido Socialista não foge às suas responsabilidades.”

(Sérgio Sousa Pinto, JS, idem)

“Marcelo Rebelo de Sousa teve uma semana quase gloriosa, que começou com o recuo do Governo na abolição das portagens do Oeste e terminou com a imposição ao PS do referendo sobre o aborto.”

(José António Lima, «Altos & Baixos» - «Expresso», 07.02.98)

“O PS aceitou em escassas 22 horas o referendo sobre o aborto que andou perto de um ano a negar. (...) o PS aproveita e manda o referendo da regionalização para o fim do ano, depois de ter jurado que era antes do Verão.”

(João Amaral - «Jornal de Notícias», 09.02.98)

“Sob o império da actual ortodoxia económica e do pensamento conservador em matéria social, tem sobrado muito pouco espaço para uma política de esquerda digna desse nome.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 06.02.98)

“(...) o sistema político-partidário português vem evoluindo cada vez mais nitidamente rumo a um bipartidarismo imperfeito, com domínio crescente dos dois partidos centrais, o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata. Por isso, e tendo em conta o modo de composição do Tribunal Constitucional (...), pode observar-se (numa expressão sugestiva de Miguel Galvão Teles) que o Tribunal funciona, sob certos aspectos, como uma espécie de tribunal arbitral entre os dois grandes partidos.”

(Jorge Miranda, constitucionalista - «Público», 10.02.98)

“(...) numa altura em que se pretende levar a cabo uma reforma (do sistema eleitoral) com tal envergadura, ir-se-á destruir a personalização na eleição parlamentar dos juizes do Tribunal Constitucional? Mesmo não havendo entre deputados e juizes um vínculo de natureza representativa, não seria isso uma gravíssima incongruência?”

(idem)

“O presidente americano, como já vem sendo habitual, respondeu às fragilidades da sua imagem com ameaças externas, num “transfer” que salta aos olhos, quase infantil.”

(Helena Roseta - «Visão», 04.02.98)

“Quero lá saber da liderança do PPD/PSD.”

(Pedro Santana Lopes - «Expresso», 07.02.98)

TRABALHADORES

Há um espectro a pairar sobre a Europa, o espectro do desemprego. Cento e cinquenta anos depois do Manifesto de Marx e Engels, uma nova palavra de ordem parece impor-se à Europa, Uni-vos!». Seguindo o exemplo dos franceses, dia 5 de Fevereiro para fazer ouvir a sua voz. No mesmo dia, flagelo: em Janeiro, o desemprego batia um recorde histórico, activa, ou seja, 4,823 milhões de pessoas.

no espaço comunitário - «Desempregados de toda 40.000 desempregados alemães saíram à rua no os dados oficiais davam conta da dimensão do atingindo 12,6 por cento da população



Desemprego agita a Europa

A Alemanha, um dos países mais ricos do mundo, não consegue garantir trabalho aos que querem trabalhar. O desemprego afecta uma pessoa em cada dez na parte ocidental do país, e uma em cada cinco no território da antiga RDA. As incipientes medidas propostas pelo governo do chanceler Helmut Kohl não conseguem travar o flagelo e o descontentamento alastra. Aos desempregados não resta outra alternativa que não seja conjugar esforços e exigir na rua o que há muito se pensava ser um direito adquirido, o direito ao trabalho.

«Caros colegas, os desempregados franceses saem à rua, ocupam os ASSEDIC [centros de emprego], exigem a melhoria da sua situação. Também nós, grupos de desempregados, temos todas as razões para nos mobilizarmos. Por isso a coordenadora apela a uma jornada de acção a 5 de Fevereiro junto aos centros de emprego.» Assim começava a carta da «coordenadora dos grupos sindicais de desempregados», organizadora do protesto que na semana passada agitou mais de duas centenas de cidades alemãs. Estava dado o primeiro passo para uma mudança qualitativa na luta contra o desemprego.

Os organismos de desempregados propõem-se levar a cabo formas de luta que coloquem o problema do desemprego no centro das atenções. Afirmam-se dispostos, designadamente, a manifestar-se todos os meses, no

dia da divulgação das estatísticas oficiais de desemprego, até às eleições gerais de 27 de Setembro próximo, e encaram a possibilidade de uma grande manifestação em Berlim no próprio dia das eleições. Uma perspectiva que faz tremer o governo de Kohl.

A fractura social

Razões não faltam para que a mobilização seja cada vez maior, sobretudo no Leste do país, onde desde 1990 foram eliminados mais de dois milhões e meio de postos de trabalho. Em sete anos de «reunificação», a população activa caiu de 9,6 milhões para 6,1 milhões. Em Janeiro, nos novos «länder», a taxa de desemprego atingia os 21,1 por cento, segundo os dados oficiais, contra 19,4 por cento em Dezembro e 18,9 por cento em Janeiro de 1997. Nestes números não se incluem os empregos precários e os subsidiados. Segundo a DGB (a confederação sindical alemã), os alemães de Leste no desemprego ascendem a 1,7 milhões, ou seja, mais 200.000 do que no ano passado.

A par do desemprego, assiste-se

hoje à degradação das condições de trabalho na ex-RDA. Uma degradação que se acentuou de tal forma, com salários bastante inferiores ao do lado Ocidental e horários de trabalho superiores em 10 por cento, que o presidente do Instituto de Economia de Halle, Rüdiger Pohl, não hesitou em afirmar recentemente ao semanário «Der Spiegel»: «Está a testar-se o grau de desigualdade que uma sociedade pode suportar.»

A fractura social que se verifica na Alemanha tem os seus correspondentes noutros países europeus onde não pára de aumentar o número dos cada vez mais pobres e excluídos.

Um problema comum

As semelhanças entre as formas de luta dos desempregados franceses e alemães (criação de organizações próprias, ligação às estruturas sindicais, ocupação de centros de emprego, manifestações, etc.) não é fruto do acaso. Em França, apesar das promessas e mesmo de algumas medidas apresentadas pelo governo socialista de Lionel Jospin, as perspectivas de futuro são negras para um número crescente de famílias. Basta dizer que mais de 12 por cento da população activa (cerca de três milhões e meio de pessoas) está desempregada, sete milhões de franceses têm um trabalho precário, seis milhões (sem trabalho nem rendimentos) sobrevivem apenas com o subsídio social mínimo, e 2,8 milhões de trabalhadores pobres auferem salários inferiores a 5.000 francos por mês. Num país onde, a exemplo da Alemanha, os ricos são cada vez mais ricos, e onde o nível médio do conjunto das famílias aumentou 15 por cento entre 1982 e 1995, é no mínimo

escandaloso que o nível relativo dos subsídios sociais mínimos tenha baixado ao ponto de se situar hoje entre os 20 e os 40 por cento do rendimento médio das famílias.

Em França, tal como na Alemanha, e salvaguardadas as devidas diferenças, não é certamente por acaso que o governo socialista evoca a necessidade de respeitar os «grandes equilíbrios» e se justifica com a escassa margem de manobra «imposta» pelos critérios europeus de convergência para a moeda única.

O que está em causa é uma política cujos resultados não podem ser eludidos. Nos últimos quinze anos, a França não dispendeu mais do que um por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) ao subsídio social mínimo; em vinte e cinco anos, entre 1970 e 1995, a riqueza produzida no

país aumentou 85 por cento, mas no mesmo período a população abrangida por esses mínimos sociais aumentou 100 por cento.

Que sociedade é esta que gera cada vez mais exclusão social?

A luta de todos

A resposta, se ainda não equacionada em termos políticos, começa a ser dada na crescente conjugação de esforços que transcendem o âmbito meramente nacional. Porque o problema do desemprego é um problema comum, os trabalhadores - os que ainda têm emprego, os que estão em vias de o perder, e os que já estão desempregados - ensaiam formas de luta comuns.

O ano de 1997 pode ser apontado como o da emergência dos movimentos sociais europeus: em Março com

a euromanifestação de Bruxelas contra o encerramento de Vilvorde; em Junho com a marcha europeia contra o desemprego, em Amesterdão; e em Novembro com a manifestação europeia pelo emprego, aquando da cimeira dos Quinze no Luxemburgo. A par disto, os encontros promovidos pelas forças de esquerda em Paris, Lisboa e Madrid, são outros tantos exemplos de que algo novo está a nascer na Europa. No curto prazo, outras iniciativas se anunciam: uma iniciativa nacional de desempregados franceses está agendada para 7 de Março; ainda esta semana, em Milão, será a vez dos italianos se fazerem ouvir; e para 18 de Abril, as organizações europeias de desempregados têm encontro marcado para Bruxelas.

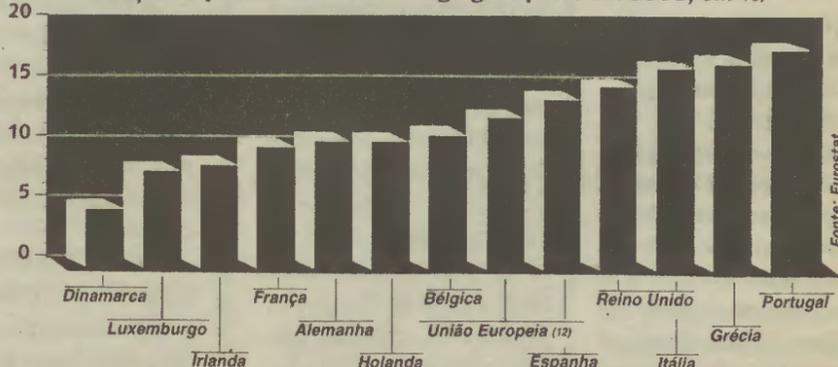
Sopram ventos de mudança na Europa.

O limiar da pobreza

«Limiar da pobreza» é uma expressão que cada vez mais faz parte do nosso vocabulário. O conceito existe desde há muito nos EUA, sendo calculado a partir dos preços de um conjunto de bens e serviços que é suposto representarem o mínimo vital na sociedade americana. São cada vez mais os que não dispõem do mínimo: segundo os dados oficiais, 33 milhões de pessoas nos EUA (13,7 por cento da população) vivem actualmente abaixo do limiar da pobreza. Na Europa, o conceito aplica-se quando o rendimento por unidade de consumo é inferior a metade do rendimento médio bruto. Hoje a pobreza ganha terreno entre a população activa. Na União Europeia, mais de 50 milhões de pessoas estão incluídas nesta classificação.

A Europa da pobreza

(relação de pessoas vivendo num agregado pobre em 1993, em %)



É considerado como agregado pobre todo o agregado com um rendimento inferior a 50% do rendimento médio.



TRABALHADORES

IN-CM
prevenida

O alegado desaparecimento de cartões de crédito na Imprensa Nacional-Casa da Moeda levou o Conselho Geral de Trabalhadores desta empresa pública a notar que, «ao longo dos últimos anos», tem vindo a alertar as secretarias de Estado do Tesouro e das Finanças, o primeiro-ministro, o presidente da AR e grupos parlamentares, a Procuradoria-Geral da República e o PR acerca do «estado de degradação em que tem vindo a cair a gestão da IN-CM». Posição idêntica foi assumida «também por bons quadros, que entretanto têm abandonado» a empresa, depois de nada ter sido feito para inverter a situação criada após a «fúria» de nomeações de gestores para empresas públicas, refere um comunicado do CGT.

INSA
na mesma

A demissão do director do Instituto Nacional de Saúde foi pedida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, ao assinalar a passagem, no dia 5, de dois meses sobre a data do encerramento do INSA. Para o sindicato, «não faz sentido manterem-se duas estruturas separadas, a direcção, com responsabilidades administrativo-financeiras, e a comissão de acompanhamento, com responsabilidades no saneamento do Instituto, a funcionarem separadamente». Lembrando que reclamou o encerramento do INSA «porque estava em causa a saúde de quem lá trabalhava e dos seus utentes», o sindicato verifica que, neste período, «muitos foram os contactos feitos e os compromissos assumidos pelas diversas entidades contactadas», só que «as obras que se fizeram no edifício pouco mais foram que limpezas de pano de pó na área da administração». «Das obras profundas necessárias e recomendadas no relatório Romão, nem uma está feita», enquanto «muitas têm sido as afirmações irresponsáveis» feitas pelo director do Instituto, José Luís Castanheira, que «não reúne as condições indispensáveis para conduzir este processo».

Sequestrada

A Livig, que faz a limpeza do Feira Nova de Braga, colocou uma sua trabalhadora «num quatinho», por esta se ter recusado a aceitar a alteração do seu vínculo efectivo em vínculo precário por seis meses. O facto foi detectado dia 3 e a IGT, alertada, deslocou-se ao local no dia seguinte, mas na quinta-feira não houve qualquer alteração — protesta a União dos Sindicatos de Braga.

Encontro da CGTP
debate luta contra o racismo
Maior peso dos imigrantes
no movimento sindical

A CGTP está decidida a envolver cada vez mais os trabalhadores imigrantes na vida sindical, de modo a que assumam responsabilidades e possam impor o respeito pelos seus direitos, contribuindo para acabar com o racismo no mundo laboral.

Carlos Trindade, da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, disse sexta-feira à Agência Lusa que é preciso responsabilizar sindicalmente os trabalhadores imigrantes para que eles próprios, sem paternalismos, tenham capacidade de se defender.

O responsável pelo departamento de migrações da central, que falava no final de um encontro sobre «a actividade sindical e a luta contra o racismo», garantiu que a CGTP vai continuar a lutar pela aplicação dos direitos laborais aos trabalhadores imigrantes e tentar acabar com a discriminação racial que, de forma subtil, se faz

sentir no quotidiano destes trabalhadores.

Manuel Correia, dirigente da Inter de origem africana, referiu a importância do acesso à formação profissional por parte dos imigrantes para poderem progredir profissionalmente ou candidatar-se a postos de trabalho que normalmente lhes estão vedados.

Este sindicalista, que faz parte do júri do IEPF para a formação profissional, salientou que tem participado em numerosos júris de cursos de formação e que nunca encontra entre os formandos elementos da comunidade africana. «Os imigrantes em Portugal têm de fazer valer os seus

direitos, constitucionais e não só, e devem sindicalizar-se para melhor se defenderem e participarem activamente nos assuntos que lhes dizem respeito», afirmou.

Júlio Silva, dirigente da central sindical de Cabo Verde, lembrou que, apesar da evolução positiva dos últimos anos, sobretudo a nível de Segurança Social, os cabo-verdianos que estão a trabalhar em Portugal ainda não têm os mesmos direitos que os demais trabalhadores, nomeadamente no que respeita às pensões de reforma. O sindicalista defendeu que deveriam ser tomadas medidas que contribuíssem para o desenvolvimento dos países com maiores dificuldades económicas, de modo a reduzir o fluxo migratório.

Kamaljeet Jandu, representante da Confederação Euro-

peia de Sindicatos, considerou que o movimento sindical deve estar envolvido na luta contra o racismo e a xenofobia, porque estes fenómenos são das maiores ameaças à democracia. «A força colectiva dos sindicatos é essencial para combater a discriminação nos locais de trabalho sobretudo desde que começaram a negociar com o patronato, juntamente com as questões salariais, medidas para acabar com o racismo no meio laboral», afirmou.

Um caso
com final feliz

Kamaljeet Jandu referiu que, numa fábrica no Norte de Inglaterra, os trabalhadores brancos faziam os dois turnos diurnos, enquanto o turno

nocturno era assegurado por 32 trabalhadores imigrantes, provenientes de minorias étnicas, que recebiam menos uma libra que os colegas. Graças à intervenção sindical, o caso foi levado a tribunal e os trabalhadores foram indemnizados. No Reino Unido ou na Holanda a lei permite que o trabalhador imigrante que seja discriminado racialmente possa ser compensado, mas noutros países isso não acontece, acrescentou.

No encontro promovido pela CGTP interveio também o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, que considerou que a luta contra o racismo «está indissociavelmente ligada à luta contra as discriminações e pela efectividade dos direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição da República».

US Aveiro exige fiscalização
de verbas da Segurança Social

A direcção do Centro Infantil Espinho I utiliza a transferência de trabalhadores como «arma de pressão» e sem ter em conta «os graves problemas que uma tal situação acarretaria», acusa a União dos Sindicatos de Aveiro.

Num comunicado que divulgou na semana passada, a USA/CGTP adianta que tal procedimento da direcção do Centro tem por objectivos «obter mais dinheiro da Segurança Social e quiçá à custa de novos trabalhadores, precários e com menos direitos». Para a estrutura sindical do distrito, «a Segurança Social, como entidade responsável pela correcta aplicação dos dinheiros públicos e da legalidade, não se pode demitir de exercer a sua acção fiscalizadora».

A União recorda que «o Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, ao tempo de Jorge Campinos, "vendeu" por tuta e meia o importante e valioso património público que era o Centro Infantil Espinho I, transformando-o, em consequência, numa instituição privada». Os trabalhadores tiveram conhecimento do facto «pelo padre na missa» e não tiveram acesso ao protocolo de transacção, refere a USA, registando que, «não obstante, nunca foi posta em causa a permanência

dos trabalhadores no seu local de trabalho, tanto mais que exercem a sua profissão com elevada capacidade e competência e que, apesar de se tratar de uma instituição particular de Solidariedade Social, todos eles continuam a ser pagos pela Segurança Social». Desta e dos seus responsáveis, a USA reclama «uma atitude clara e firme no sentido de impedir que os trabalhadores sejam utilizados

como arma de arremesso em negócios para os quais não foram ouvidos nem achados».

Executiva

«Foram atingidos os objectivos definidos», considerou a Comissão Executiva da USA, após analisar a forma como decorreu no distrito a semana de sensibilização sobre a Segurança Social. Foi decidido soli-

citar uma reunião à Administração Regional de Saúde, «com vista a uma troca de opiniões sobre questões de saúde em geral no distrito e, em particular, a forma de participação dos utentes no novo Hospital da Feira».

Na nota de imprensa que se seguiu à reunião de dia 3, a União considera «insuficiente» a actualização do salário mínimo nacional e expressa «preocupação com o ressurgimento

de situações de salários e subsídios em atraso nalgumas empresas», apontando os casos da Metalurgia Casal, A. Nunes da Costa, Confeções Vulgo e António Pereira Vidal.

A Executiva exigiu «uma intervenção eficaz» da Inspeção de Trabalho na defesa dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente no hipermercado Feira Nova e, em especial, no que toca aos repositores.

CT quer que acabe
a inquietação na SODIA

O Governo «tem de dizer claramente se há ou não possibilidades de manter a fábrica a laborar» depois de Julho e «tem de demonstrar aos trabalhadores e aos portugueses se está ou não seriamente empenhado em resolver os problemas aqui criados, que são da sua única e exclusiva responsabilidade».

A exigência foi feita pela Comissão de Trabalhadores da fábrica de Setúbal da ex-Renault, num comunicado em que reagiu ao anúncio do adiamento de uma reunião que deveria ter com o secretário de Estado adjunto do ministro da Economia. A audiência, refere a CT, foi postergada para depois da próxima terça-feira, alegando o governante que neste dia se realizará uma reunião muito importante para o futuro da empresa.

Para a CT da SODIA — que reafirma a disposição dos trabalhadores para lutarem em defesa do emprego e da empresa —, tal reunião «não poderá ser mais um momento de promessas e de processos de intenção».

No comunicado recorda-se como surgiu a SODIA: «Em Setembro de 1996, o Estado português vendeu à Renault SA toda a sua participação na Renault Portuguesa. Ao mesmo tempo, comprou à Renault SA a fábrica de Setúbal e criou a Sociedade de Desenvolvimento da Indústria Automóvel (SODIA, SA), cujo capital social é detido a 100 por cento pelo IPE, que fez um acordo de montagem para a produção do Renault Clio até 31 de Julho de 1998.»

O negócio «foi apresentado aos trabalhadores e aos portugueses como a única possibilidade de garantir o emprego na fábrica de Setúbal, ao mesmo tempo que se criavam condições para que a Renault fosse obrigada a aumentar o seu investimento e o nível de emprego na fábrica de Cacia». Mas, «passados 17 meses e a 6 meses do final do contrato de montagem na fábrica de Setúbal, os trabalhadores, apesar de todos os processos de intenção anunciados pelo Governo, continuam a viver momentos de profunda angústia, causados pela incerteza em relação ao seu futuro e das suas famílias» — afirma a CT.

TRABALHADORES



Os trabalhadores da Coelima estão desde a primeira hora na luta pela efectiva redução dos horários (foto da manifestação realizada em Lisboa, a 18 de Janeiro do ano passado)

Coelima deu «o primeiro passo» Luta pelas 40 horas poderá endurecer

Carvalho da Silva preveniu, segunda-feira, na Póvoa de Varzim, que os trabalhadores estão cansados de estar à espera do cumprimento correcto da lei que impõe a redução da semana de trabalho para o máximo de 40 horas, admitindo que se possam vir a agravar as formas de luta se o problema persistir.

O coordenador da CGTP, citado pela Lusa, falava numa concentração de trabalhadores das indústrias conserveiras da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde, em defesa da viabilização económica do sector, pelo pagamento regular dos salários e pela efectiva aplicação da Lei 21/96.

O pessoal das empresas de conservas daqueles concelhos realizou um dia de greve, responsabilizando o patronato e o Governo pela situação que se vive no sector. Estes trabalhadores acusam os patrões de má gestão e criticam o Governo pela política que delineou para o sector.

Carvalho da Silva deteve-se ainda noutros problemas, com

particular ênfase para o problema dos salários em atraso. «Por norma, os patrões de algumas destas empresas pagam ao dia 10, 15 ou mesmo 20, o que deveria ser apenas uma situação excepcional», criticou o dirigente da CGTP.

Têxteis em greve

Antes, Carvalho da Silva esteve em Guimarães, onde participou em plenários de trabalhadores de duas empresas, a Têxtil Domingos de Sousa e a Coelima.

Na Domingos de Sousa, o pessoal entrou em greve no dia 5, pela correcta aplicação das

40 horas, informou a União dos Sindicatos de Braga.

Na Coelima, informou a Federação Têxtil (Fesete/CGTP) os trabalhadores entraram em greve e concentraram-se junto às instalações, exigindo ser recebidos pela administração. No plenário, realizado à hora de almoço, foi decidido entrar novamente em greve às 6 horas de terça-feira, caso a administração não respondesse até uma hora antes.

A paralisação acabou por ser suspensa, depois de uma reunião em que o presidente do Conselho de Administração da Coelima, Jorge Seabra, assumiu o compromisso pessoal de empenhamento na resolução do problema do horário semanal de trabalho e solicitou a suspensão da greve por oito dias. «Depois de uma grande discussão, os trabalhadores aceitaram suspender a greve e julgamos que, com a reunião de hoje, foi dado o primeiro grande contributo para estarmos a um passo da solução», salientou uma fonte sindical citada pela Lusa.

Os representantes sindicais consideraram um gesto de boa vontade o adiamento da greve e afirmam que vão endurecer a luta, caso não haja acordo na nova reunião, marcada para dia 17, terça-feira próxima.

Mais de metade dos cerca de 1100 trabalhadores da Coelima tem um horário semanal de 42 horas e meia. Há 15 meses que os trabalhadores estão a cumprir apenas 40 horas semanais, não trabalhando ao sábado, o que levou a administração a descontar no salário e nos prémios de produção o valor correspondente.

O Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes informou anteontem que a Ficol, também no concelho de Guimarães, ficou totalmente paralisada, depois de os trabalhadores do primeiro turno terem entrado em greve, exigindo o pagamento das 2,5 horas por semana que a administração lhes descontou no mês de Janeiro. Os trabalhadores, desde o início do ano, recusam-se a cumprir mais que as 40 horas semanais.

Faltam 3 mil vagas nos concursos do 1.º ciclo

«O Ministério da Educação começa mal no cumprimento do Protocolo de Vinculação de 15 mil docentes», comenta a Federação Nacional dos Professores, numa nota que emitiu após ter conhecimento do concurso para preenchimento de vagas no quadro geral do 1º ciclo do Ensino Básico, o qual decorre até 18 de Fevereiro.

Admitindo ainda que esta situação «decorra de um erro ou de um esquecimento», a Fenprof recorda que, conforme o acordo assinado com o ME a 13 de Janeiro, dos 15 mil lugares de vinculação, 3500 deveriam ser criados no 1º ciclo e, destes, cerca de 1700 caberiam no presente quadro geral.

No entanto, os números do Ministério da 5 de Outubro apontam para a abertura de 1145 vagas, ao mesmo tempo que declaram 2514 lugares negativos, o que perfaz um saldo negativo de 1369 lugares. Para a efectiva criação de 1700 novas vagas, seria necessária a abertura de 3069 lugares, a preencher por docentes contratados.

A Fenprof divulgou um quadro onde apresenta os números divulgados pelo Ministério, distrito a distrito. Aí se pode verificar que em nenhum distrito é positivo o saldo, verificando-se as maiores quebras em Vila Real (-291), Viseu (-221), Viana do Castelo (-185), Guarda (-139), Bragança (-127), Braga (-116), Lisboa (-92) e Leiria (-90).

Pedida conciliação nos grossistas alimentares

A Fepces/CGTP requereu a passagem à fase de conciliação, no Ministério do Emprego, do processo de revisão salarial nas empresas de distribuição grossista de produtos alimentares.

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços tomou esta decisão porque as associações patronais do sector «romperam as negociações directas do Contrato Colectivo, ao recusarem uma negociação que correspondesse ao aumento real

dos salários dos trabalhadores para o ano de 1998».

Na última reunião, as estruturas da CGTP alteraram a sua proposta para 4,5 por cento, «para possibilitar um acordo». Entretanto, «a Fetese/UGT, que tem nula representação, está no processo para servir de muleta aos patrões da ADIPA».

No comunicado de imprensa que, a propósito, distribuiu na semana passada, a Fepces lembra que na AR «foi aprovado o OE, tendo como base um significativo crescimento económico e o aumento da produtividade durante o ano de 1998, acrescentando os bons resultados de 1997». Para a federação, que diz dispor de «dados que por certo comprovam que é possível chegar a um acordo que melhore as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores», «as propostas sindicais são realistas».

Contudo, «caso o patronato mantenha as suas posições de contenção dos salários, a Fepces irá propor aos trabalhadores formas de luta nos locais de trabalho, por uma actualização digna dos salários e subsídios», conclui o comunicado.

Forte adesão na Delphi/Inlan

riais para 1998», salienta o sindicato.

Os trabalhadores têm marcada para hoje uma nova paralisação, caso as suas reivindicações não sejam satisfeitas.

A Delphi/Inlan tem fábrica em Ponte de Sor, produz componentes para a indústria automóvel e emprega 600 pessoas. Ainda segundo o sindicato, a empresa apresenta um VAB (valor acrescentado bruto) superior a 3 milhões de contos e tem apresentado lucros na ordem dos 550 mil contos anuais.

No dia 29 de Janeiro já tivera lugar outra greve de 24 horas. Na segunda-feira, véspera da greve de dia 10, a administração propôs a atribuição de um prémio de 55 contos a cada trabalhador, em substituição dos aumentos salariais, o que, para o Sinqüifa, «prova que afinal há dinheiro». Os trabalhadores recusaram esta hipótese e exigem que aquela verba seja incluída nos salários.

Siemens

Para anteontem foi convocada uma greve de duas horas por

turno na fábrica da Siemens em Évora, informou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. Os trabalhadores exigem aumentos salariais de 6 por cento e a correcção de desigualdades salariais e profissionais.

O SIESI, salientando que esta é a maior unidade industrial do Alentejo, com 1200 trabalhadores, dirigiu ainda críticas a algumas actuações do Grupo Siemens em Portugal, designadamente a deslocalização de fábricas e linhas de produção para

outros países europeus e para o Brasil.

Com a greve de anteontem, o pessoal da Siemens/Évora pretendeu ainda reclamar a passagem a efectivos de cerca de cem contratados a prazo (direito que o sindicato sublinha já ter sido reconhecido em tribunal, dado desempenharem tarefas de carácter duradouro), bem como a resolução de questões relativas aos horários de trabalho e aos preços elevados praticados no refeitório da empresa.

A greve de 24 horas convocada para a passada terça-feira na Delphi/Inlan teve uma adesão superior a 85 por cento, segundo o Sindicato da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas. O Sinqüifa/CGTP afirma que a forte adesão à greve originou uma paralisação total da produção. «Esta é a resposta dos trabalhadores à incompreensão e intransigência da administração, que até agora se tem recusado a negociar o caderno reivindicativo e a proceder a aumentos sala-

Parlamento aprova Despenalização do aborto até às 10 semanas

A Assembleia da República aprovou o projecto de lei da JS que despenaliza até às dez semanas a interrupção voluntária da gravidez. Em votação nominal, o diploma recebeu o apoio de toda a bancada do PCP/PEV, da larga maioria do PS, do PEV e de três deputados do PSD. O projecto de lei subscrito pelo Grupo comunista ficou a escassos quatro votos de ser aprovado (110 votos contra, 107 a favor), tendo sido determinantes para este resultado as nove abstenções oriundas da bancada socialista.

Chumbo retumbante teve o projecto de lei dos deputados socialistas Eurico de Figueiredo e António Braga, que apenas mereceu os votos favoráveis dos próprios. Destino idêntico teve o diploma do PP sobre concessão de protecção jurídica ao embrião humano, que não conseguiu obter sequer o pleno de votos da sua bancada.

Na Assembleia da República, os aplausos pela aprovação do projecto de lei do PS sobre despenalização da interrupção voluntária da gravidez não se fizeram esperar. Mesmo antes da proclamação oficial dos resultados, logo que o último deputado votou, parlamentares das bancadas socialista e comunista expressaram a sua satisfação pelo resultado obtido, trocando abraços e batendo palmas.

Encontrar uma solução capaz de pôr cobro ao drama do aborto clandestino, arredando da nossa ordem jurídica a criminalização da mulher que a ele se vê forçada a recorrer, sempre foi, desde a primeira hora, na perspectiva da bancada comunista, a questão central em debate.

E foi com base neste princípio que se posicionou em todo este processo, sempre na busca de uma solução adequada à realidade nacional. Daí o sentido de voto dos deputados do PCP relativamente ao projecto patrocinado pelo PS, não obstante as reservas e críticas que lhes mereceram algumas das medidas nele preconizadas, nomeadamente a questão dos prazos (a JS retrocedeu das doze para as dez semanas), de todo em todo injustificável, bem como, noutro plano, a questão da obrigatoriedade da mulher consultar os Centros de Aconselhamento Familiar.

De qualquer forma, a aprovação do Projecto representa já um avanço que se regista. O qual seria, no entanto, mais significativo se a solução fosse a do Projecto de Lei do PCP rejeitado porque o PS procedeu a arranjos internos na distribuição dos votos, por forma a que, embora tendo uma votação significativa, o Projecto não passasse.

Isto é bem manifesto numa ou noutra mudança de voto do ano passado para este ano (por exemplo) do voto a favor para a abstenção, posição incompreensível já que o Projecto do PCP era igual ao do ano anterior.

Pode assim concluir-se que o PS distribuiu os votos para que o diploma da bancada comunista não passasse, o que é lamentável, dado que, nesta matéria, os arranjos partidários funcionam contra os direitos das mulheres, como salientou em conversa com o "Avante!" após o debate a deputada comunista Odete Santos.

Fica, no entanto, claro, o papel pioneiro do PCP, já que foi

ção na intervenção que proferiu em nome da sua bancada, no decorrer da qual considerou que o debate sobre o aborto é um "confronto entre o humanismo e a violência" e que a IVG é "fundamental para pôr fim à violência".

Cabendo-lhe a defesa do projecto de lei do PCP de despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) até às 12 semanas, Odete Santos começou por perguntar aos deputados se "querem meter na cadeia as mulheres que abortam?", lembrando-lhes de seguida terem nas suas mãos a possibilidade de pôr "fim ao calvário do aborto clandestino" e de despendem o "fim da humilhação das mulheres portuguesas, nomeadamente das que são menos favorecidas economicamente".

Defendendo o seu diploma num discurso várias vezes inter-



A DECISÃO É DA MULHER

Várias organizações e movimentos de mulheres expressaram em frente da Assembleia da República o seu apoio a uma solução legislativa que consagre a despenalização do aborto nas primeiras doze semanas, a pedido da mulher

hospitalares ou estabelecimentos de saúde credenciados para o efeito "nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher".

prazos, referindo-se ao projecto da JS, que no ano passado preconizava as 12 semanas, reduzindo agora esse prazo para as 10 semanas.

"É um facto médico que até às 12 semanas o aborto comporta menos riscos para a mulher, sendo os riscos neste período menores do que aqueles que se correm no parto", defendeu a deputada, acrescentando que "não se encontram motivos para um prazo inferior, já que não está em causa a busca do início da pessoa humana, cujo estatuto só se adquire com o nascimento".

Uma decisão da mulher

Sem reflexão não passou igualmente a já assinalada questão dos Centros de Aconselhamento, levando Odete Santos a interrogar-se: "Se conjurarmos um prazo inferior a 10 semanas com a passagem obrigatória por centros de atendimento, não poderá acontecer que fique inviabilizado, em certos casos, o recurso à IVG?"

Mas a questão não se fica por aqui. Para o PCP, observou, esta é também uma posição de princípio, já que "a decisão compete única e exclusivamente à mulher", sendo, por conseguinte, uma "insuportável devassa da sua privacidade a obrigação da passagem prévia por qualquer centro de aconselhamento".

Acerca do projecto de resolução do PSD, preconizando um referendo sobre esta matéria, Odete Santos considerou este "um meio de impedir que a Assembleia da República legisle com plena legitimidade, adiando a resolução de um grave problema de saúde pública para as mulheres".

Alvo de críticas foi ainda o diploma subscrito pelos deputados socialistas Eurico de Figueiredo e António Braga, sobretudo pela comissão nele prevista, que, na opinião da for-

mação comunista, "nada ter que ver com centros de aconselhamento".

"É uma comissão criada para decidir pela mulher, para indeferir os pedidos de IVG, uma comissão em que se inicia um processo administrativo que terminará no Supremo Tribunal Administrativo, com uma passagem pelo ministro da Justiça, nomeado curador ao ventre de todas as mulheres portuguesas", acusou Odete Santos.

As mais duras críticas da bancada comunista estavam no entanto reservadas para o diploma do PP, que, em sua opinião, é uma cópia de um diploma apresentado em Itália, considerando-o "Odete Santos destituído de qualquer sustentação científica e filosófica consensual", e, nessa medida, ter concitado protestos e condenações como também sucedeu naquele país.

A concluir, a parlamentar disse que neste debate a divisão não é entre os que são a favor ou contra o aborto, mas entre os que "continuam dispostos a conviver tranquilamente com a dolorosa realidade social do aborto clandestino e os que corajosamente querem assegurar o indiscutível avanço resultante da progressiva passagem do aborto da esfera da clandestinidade para a esfera da legalidade, da assistência e da segurança médicas".



Octávio Teixeira acusa PS dá o dito por não dito

O anúncio feito pelo PS de que estaria disponível para considerar a realização de um referendo sobre o aborto, reclamado pelo PSD, foi considerado pelo líder parlamentar do PCP como uma atitude "profundamente lamentável", reveladora de "uma forma de estar na vida política em que tudo parece negociável". Para Octávio Teixeira, que reagiu logo após as declarações de Francisco Assis, a posição do PS testemunha simultaneamente "uma completa ausência de convicções e evidência um total desrespeito pela palavra dada e pelos compromissos publicamente assumidos".



Na sua declaração proferida momentos depois de serem conhecidas as palavras do presidente da bancada socialista, em que este manifestou a sua abertura para reflectir sobre a possibilidade da realização de uma consulta popular acerca da despenalização do aborto, Octávio Teixeira lembrou que "ainda há uma semana o grupo parlamentar do PS deliberou não viabilizar qualquer proposta para mais um referendo além dos já previstos" - regionalização e Europa.

O deputado comunista considera, assim, que hoje o PS "deu o dito por não dito, legitimando que daqui para diante não se atribua qualquer credibilidade a decisões e deliberações anunciadas pelo PS e seu grupo parlamentar".

Acresce ainda, no entender da formação comunista, que esta posição foi adoptada no dia imediatamente a seguir à aprovação de um projecto de lei sobre a matéria, o que significa, "objectivamente", acrescentou, "que o PS adere à tese do PSD da pretensa ausência de legitimidade da Assembleia da República para legislar sobre esta questão", tese que ainda na véspera rejeitara de forma clara e fundamentada.

Na sua declaração aos jornalistas, Octávio Teixeira recorda igualmente que após a rejeição em Fevereiro de 1997 do projecto de lei da JS, nunca o PSD ou o PS "reclamaram qualquer referendo sobre o aborto, assim rejeitando sempre a possibilidade de uma consulta popular directa poder rectificar essa votação parlamentar".

"Ao ceder às pressões do PSD, admitindo um referendo sobre o aborto depois da votação favorável da Assembleia da República, o PS associa-se ainda e tristemente às teses fraudulentas e interesseiras do PSD, segundo as quais a rejeição pela AR da despenalização do aborto não precisa de ser acompanhada de referendo mas já uma sua decisão favorável à despenalização carece dessa consulta popular", adiantou, concluindo que sob pretexto do referendo o que decorre, inevitavelmente, é o arrastar de uma solução para o aborto clandestino.

Inviabilizar a regionalização

Pronunciando-se ainda sobre a questão da regionalização e da junção de referendos, Octávio Teixeira expressou a sua convicção de que a posição do PS nesta matéria constitui um pretexto para adiar a regionalização e para impossibilitar a sua concretização na actual legislatura.

A realização na mesma data dos referendos sobre a regionalização e sobre a matéria europeia, em relação à qual parece haver convergência entre o PSD e o PS, trata-se, com efeito, de uma ideia "completamente absurda e inaceitável", só concebível, sublinha, "por quem pretende brincar com coisas sérias, baralhar e complicar o debate de tais matérias e impedir o exercício claro e transparente da soberania popular".

O líder parlamentar comunista manifestou ainda a sua total oposição ao propósito do PS e do PSD no sentido de procederem a um acordo sobre a realização de vários referendos e sobre a realização simultânea de dois referendos, considerando esse objectivo "completamente abusivo e inaceitável política e institucionalmente", porquanto, lembra, tal "decisão cabe em exclusivo" ao Presidente da República.

Violação de normas protectoras dos trabalhadores Mão pesada para os prevaricadores

A Assembleia da República deverá aprovar hoje um projecto de lei do PCP relativo à violação de normas protectoras dos trabalhadores, designadamente em matéria de higiene, saúde e segurança, no qual se prevê um aumento substancial das coimas e multas a aplicar nestes casos. Para a que tudo indica aprovação na generalidade do diploma, em debate na passada semana, concorre a posição da bancada socialista que na ocasião deu a conhecer o seu apoio ao essencial das soluções nele preconizadas.

Não obstante, o projecto de lei comunista vai ter que aguardar em sede de comissão parlamentar do Trabalho pela conclusão de um documento do Governo sobre questões de higiene e segurança no trabalho, para então se encontrar um texto comum a materializar em forma de lei.

O debate coincidiu, aliás, com o anúncio no próprio dia pelo Governo de uma iniciativa legislativa visando o agravamento das coimas e o alargamento do regime de contra-ordenações. Foi pela sua análise que Odete Santos iniciou a sua intervenção, questionando, face às soluções anunciadas, a referente à multa exígua no que diz respeito à violação do direito à greve e sua actualização num diploma relativo a coimas. Trata-se, na sua perspectiva, de uma solução que "assenta numa errada qualificação jurídica daquela medida sancionatória", uma vez que, lembra, "a multa aplicável pela infração de violações do direito à greve é uma multa criminal convertível em prisão no caso de não pagamento".

Assim sendo, adianta, "parece insólito que se avance pelo caminho da descriminalização em matéria de direito colectivos de trabalhadores, quando, nesta matéria e também em matéria de direitos individuais - quando está em causa a violação de bens jurídicos que concretizam direito sociais e económicos no cerne da ordem axiológica constitucional -, se reclama e se caminha no sentido da neocriminalização".

Odete Santos, de resto, fez questão de lembrar que o PCP "há muito que defende a neocriminalização de condutas que violam direitos fundamentais dos trabalhadores", dando, a este respeito, o exemplo de outras legislações europeias, como a espanhola, em que essa criminalização está prevista em casos como

o desrespeito pelas medidas de higiene e segurança no trabalho, os salários em atraso e os casos de despedimento por motivos ideológicos".

"A neocriminalização teria um importante efeito dissua-

tor, que é o mais importante", justificou a deputada comunista, antes de enumerar, referendo-se ao âmbito do projecto de lei apresentado pela sua bancada, as medidas nele incluídas, tal como o aumento do limite máximo das coimas que podem ser aplicadas às empresas singulares para dois mil contos no caso de dolo e para mil contos no caso de negligência, sendo que actualmente os montantes se situam, respectivamente, em 750 e 375 contos.

No caso de não pagamento do salário mínimo nacional, a multa

ta pelos comunistas para os casos de incumprimento das normas que estabelecem pausas ou intervalos de descanso incluídos nos horários de trabalho.

Nos casos de discriminações em função do sexo as coimas aplicáveis devem ser elevadas para o décuplo, defendendo o PCP, por outro lado, que exista um novo sistema de publicação das decisões, com afixação nos locais de trabalho e publicação num dos jornais mais lidos do país, além do Diário da República.



Importa neocriminalizar as condutas que violam direitos fundamentais dos trabalhadores, como é o caso das que desrespeitam medidas de higiene e segurança no trabalho

proposta no diploma é de 200 contos, sendo que em relação ao trabalho de menores as coimas podem ir até aos 2.400 contos, o dobro do máximo actual.

Entre 30 e 150 contos por trabalhador é a coima propos-

ta para os casos de reincidência na violação de normas, o Grupo comunista advoga que os valores sejam duplicados com a primeira reincidência, triplicados na segunda e assim sucessivamente.

OCM do Azeite PCP pede debate de urgência

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a realização de um debate de urgência na plenária da Assembleia da República sobre a nova proposta da Comissão Europeia relativa à revisão do Regulamento da Organização Comum do Mercado (OCM) de azeite.

Na base desta iniciativa, como explica o líder parlamentar comunista na missiva que dirige ao Presidente da Assembleia da República, está a consideração de que a nova proposta da Comissão Europeia é "particularmente grave para os interesses de Portugal e dos produtores de azeite".

Recordado pelo Grupo comunista, a título de exemplo, é nomeadamente o facto de a média de produção nacional entre 1990 e

1996 ter estabilizado na ordem das 40 mil toneladas, pretendendo agora a Comissão Europeia impor uma quota máxima de 27.800 toneladas anuais.

Uma proposta tanto mais inaceitável quanto é certo, acrescenta o texto, que se trata de uma produção "específica e vocacionada - mesmo do ponto de vista ambiental - para os sistemas culturais dos países mediterrânicos e em que no plano comunitário, não existem sequer excedentes estruturais".

Registe-se ainda que o Plano Nacional para a Dinamização da Fileira Oleícola propõe que a produção média de azeite em Portugal, a partir de 2015, se situe na ordem das 120 mil toneladas por ano.

Na Ford Electrónica Saúde em risco exige medidas do Governo

O Grupo Parlamentar do PCP levou ao Parlamento o problema da doença profissional que afecta cerca de quatro centenas de trabalhadoras na fábrica da Ford Electrónica instalada em Palmela. A questão foi veiculada pela deputada comunista Odete Santos em sessão de perguntas ao Governo no decorrer da qual quis saber, concretamente, que medidas é que o Governo já tomou em defesa da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras da empresa.

Instalada em Portugal em 1989, com um subsídio de 10 milhões de contos do Estado Português, a Ford Electrónica tem uma população trabalhadora - cerca de 1600 - maioritariamente jovem e maioritariamente constituída por mulheres.

Como salientou a parlamentar do PCP, "a doença incapacita as trabalhadoras para as mais vulgares tarefas domésticas, como passar a ferro, incapacitando-as mesmo de prestar cuidados aos filhos de tenra idade".

Lembrado por Odete Santos



Foram estes trabalhadores, como recordou Odete Santos, que, no ano de 1992 começaram a apresentar sintomas de doença, caracterizada por dores nos pulsos, braços, antebraços e omoplatas, e deformações ósseas.

Só após a intervenção sindical, esta doença, primeiro classificada pelos Serviços de Medicina da empresa, de uma forma incompetente, como doença natural, foi definida como doença profissional vulgarmente conhecida como tendinite. Doença irreversível.

A generalidade dos trabalhadores afectados - cerca de 400 já reconhecidos pelo Centro Nacional de Protecção contra os riscos profissionais - são considerados curados sem qualquer desvalorização, portanto sem direito a qualquer indemnização.

foi ainda o facto de a doença "transformar em doloroso ritual o trabalho prestado na fábrica", havendo "muitas que vão trabalhar com os braços engessados".

"Mas deixam de servir à empresa, pois não respondem aos aumentos brutais dos ritmos de uma linha de montagem, que ergonomicamente se revelou uma engrenagem de destruição da vida familiar e profissional dos trabalhadores", sublinhou a oradora, antes de observar que, "alguns, apresentando-se ao trabalho, são enviados para a baixa, para que a Segurança Social custeada por todos os trabalhadores portugueses, pague a doença causada pela Ford Electrónica".

"Outros - prosseguiu -, contratados a prazo, ficam no desemprego, pois a empresa faz cessar o contrato de trabalho, logo que os vê afectados pela doença".

Odete Santis acusou igualmente os responsáveis da empresa de saberem antecipadamente da doença, uma vez que, fez notar, "utilizando o mesmo processo de produção", a empresa causou em S. Paulo, Brasil, de onde se deslocou para Portugal, tendinites em mais de 3.000 trabalhadores, como se encontra documentado.

"Sabendo que tal iria acontecer, revelando um total desprezo pela saúde dos trabalhadores portugueses, pode dizer-se que a Ford Electrónica cometeu e comete vários crimes de ofensas corporais contra os trabalhadores", acrescentou Odete Santos, que não aceita que continue a ser negado à Comissão Intersindical um estudo que a empresa diz ter solicitado à Universidade do Minho e cujas conclusões diz estar a aplicar.

"A verdade é que poucas alterações têm sido introduzidas na prática - alerta a deputada comunista -, e o que é certo é que ao mesmo tempo que se aproxima o termo do contrato da Ford Electrónica com o Estado Português, cada vez mais trabalhadores aparecem com os sintomas da doença - ao ritmo de 20 por mês, em média."

E acrescentou: "A verdade é que nenhuma avaliação foi feita para saber se, como se suspeita, o número inusitado de abortos espontâneos referidos pelas trabalhadoras da empresa, se as malformações ósseas que surgiram nos fetos, se devem ao modo de produção utilizado pela empresa."

"Sabe-se é que enquanto este Governo, como aliás o anterior, mostra uma quase completa complacência com a empresa, os trabalhadores e as trabalhadoras continuam a adoecer, e a ver afectada a sua vida profissional e familiar", sublinhou, antes de inquirir, por fim, sobre a intenção do Governo querer ou não proceder à "urgente avaliação dos riscos profissionais causados pela Ford Electrónica, a que aliás está obrigado nos termos da legislação do trabalho".

Lei de Criação das Regiões Administrativas PS acusado de inviabilizar agendamento

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o PS de estar desde o início de 1998 a inviabilizar o agendamento na Assembleia da República de nova apreciação da Lei de Criação das Regiões Administrativas, declarada inconstitucional.

"Desde o início de Janeiro de 1998 que o PCP tem vindo a propor em todas as conferências de líderes parlamentares o agendamento de nova apreciação da Lei", afirma o presidente da bancada parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, em carta enviada na passada semana ao líder parlamentar do PS, Francisco Assis.

Na missiva, o deputado comunista recorda que o processo de regionalização administrativa "tem deparado com obstáculos crescentes à sua concretização", sublinhando

ao mesmo tempo que os esforços da sua bancada "não têm tido até hoje resultados práticos, já que não foi possível obter o acordo do grupo parlamentar do PS".

Entendendo "não ser aceitável que se continue a adiar esse agendamento", Octávio Teixeira reitera a sua intenção de na conferência de líderes parlamentares prevista para ontem voltar a pedir a marcação da votação do projecto, apelando para "o necessário acordo do PS".

Recorde-se que o diploma de criação das regiões administrativas foi aprovado no Parlamento, em Setembro último, mas o processo bloqueou quando o Tribunal Constitucional, chamado a pronunciar-se, declarou duas normas do diploma aprovado feridas de inconstitucionalidade.

Estado da saúde animal Urgem medidas para erradicar as doenças

O Grupo Parlamentar do PCP defende um debate sobre o estado sanitário animal no nosso país, capaz de avaliar os métodos que erradiquem eficazmente as doenças, entendendo simultaneamente que urge criar as condições para o incremento de um verdadeiro Plano de Saúde Animal. Veiculada pelo deputado Rodeia Machado, esta posição foi divulgada a propósito de uma iniciativa legislativa do PSD sobre sanidade animal e as correspondentes indemnizações aos produtores por motivo de abate. Discutido na semana transacta, o diploma acabaria por ser rejeitado, faz hoje oito dias, com os votos contra do PS e a abstenção do PCP. Para além dos seus subscritores, o projecto de lei acolheu os votos favoráveis do PP e do PEV.

Na base da posição assumida pelo Grupo comunista está o entendimento de que o texto do PSD peca por ser excessivamente abstracto, deixando tudo para ulterior regulamentação do Governo, faltando-lhe, por conseguinte, parâmetros e critérios objectivos quanto às compensações indemnizatórias pelo abate sanitário de animais.

Muito do que está preconizado no articulado do diploma já está contemplado em legislação avulsa e foi, aliás, este motivo que levou Rodeia Machado a considerar ter sido esta uma oportunidade perdida, uma vez que, defendeu, o que faz falta é uma lei que "congregue toda a legislação dispersa", uma lei que "uniformize critérios tendo em conta as características de cada efectivo, a especificidade das doen-

ças, a sua incidência em toda a exploração, e os prejuízos sofridos pelo agricultor".

Mas se esta legislação é fundamental - e é por ela que o Grupo comunista se vem batendo -, a questão central, no momento, como observou Rodeia Machado, é a análise do estado sanitário do efectivo pecuário no nosso país.

Entendendo que este é um problema não só dos produtores mas também - e talvez principalmente - dos consumidores, e que, nessa medida, estamos em presença de um "verdadeiro problema de saúde pública", para o deputado comunista o mais importante é, pois, "criar condições sanitárias eficientes para que as explorações agro-pecuárias e todo o efectivo nacional possam ser protegidos e com isso o rendimento dos produtores".

Ordenamento do Território em colóquio

O Grupo Parlamentar do PCP promove, na próxima segunda-feira, dia 16, um colóquio sobre o Ordenamento do Território. Ouvir e recolher informação e opiniões, no quadro da preparação do debate sobre a proposta de lei de Bases de Ordenamento do Território, tal é o objectivo visado pelo Grupo comunista. Trata-se, acima de tudo, de possibilitar um amplo e aberto debate, para o qual, desde logo, foram convidados entidades e especialistas com uma intervenção reconhecida neste domínio essencial à vida humana, designadamente no plano da correcta gestão dos recursos naturais, do equilíbrio dos sistemas socio-

económicos e da própria qualidade de vida dos cidadãos.

Previsto para a sala do Senado da Assembleia da República, com início às 14.30 horas, o colóquio decorrerá em dois momentos distintos: o primeiro, com o tempo previsto de uma hora, será preenchido com intervenções de oradores convidados, a saber, o Professor Doutor Simões Lopes, Reitor da Universidade Técnica, a Professora Doutora Margarida Sousa Lobo e o Professor Doutor Jorge Gaspar; num segundo período, entre as 16.00 e as 19.00 horas, haverá espaço para debate entre os participantes.

Hoje, em debate Iniciativa legislativa popular

O Parlamento debate hoje um projecto de lei do PCP sobre iniciativa legislativa popular. Dar conteúdo concreto ao direito de grupos de cidadãos poderem apresentar iniciativas legislativas junto da Assembleia da República, tal é o objectivo visado pelo diploma, que estabelece como número necessário para esse efeito a reunião de cinco mil assinaturas.

Com esta iniciativa, para os seus autores, consubstanciado é um "passo de grande significado na efectivação de um importante mecanismo de participação dos cidadãos na

vida política", o qual garante, simultaneamente, a desejada aproximação entre cidadãos, a Assembleia da República e os deputados.

No fundo, como salienta a nota preambular do diploma, depois de consagrada constitucionalmente a proposta nesse sentido apresentada pelo PCP, trata-se de concretizá-la, agora, adoptando, para o efeito, soluções tendentes a facilitar o exercício deste direito, depurando-o de "formalismos desnecessários".

Golpe de secretaria deturpa resultado eleitoral

Vereadores da CDU recusam pelouros em Setúbal

Considerando que a distribuição de pelouros feita pelo presidente Mata Cáceres não respeita o sentido de voto dos setubalenses e, face à recusa de rever os critérios adoptados, os vereadores da CDU decidiram não aceitar delegação de competências na Câmara.

A declaração tornada pública na passada semana e assinada por Ruben de Carvalho, Regina Marques e João Damas - os vereadores eleitos pela CDU na CM de Setúbal - explica que no dia imediato à divulgação pela imprensa do conteúdo do despacho de delegação e subdelegação de competências e repartição de funções, a CDU sugeriu por escrito ao presidente da Câmara a revisão dos critérios adoptados. Contudo, a resposta veio tarde e foi negativa, recusando-se Mata Cáceres a discutir qualquer das decisões tomadas.

A CDU entende que «todos os pelouros e áreas de actividade municipal são importantes para os munícipes. É porém um evidência que a influência de determinadas áreas assume papel determinante para a vida do concelho, sendo de elementar postura democrática assegurar que o trabalho e as decisões nessas áreas sejam distribuídas de acordo com a confiança depositada através do voto pelos eleitores em cada um dos vereadores e respectivas forças políticas».

Por outro lado, prossegue a declaração, «é evidente que o exercício do trabalho de vereador em regime de permanência é condição essencial para assegurar não apenas uma maior intervenção do eleito como para assegurar as exigências exactamente das áreas de maior importância administrativa e influência na realidade do concelho».

Para a CDU, as decisões em causa «configuram inequivocamente a intenção do presidente da Câmara de Setúbal de afastar os eleitos da CDU de uma intervenção activa e realizadora no executivo camarário, contrariando assim a vontade expressa do eleitorado setubalense que deu à CDU o segundo lugar em todas as instâncias electivas do Município».

«A situação é ainda mais escandalosa quanto, contrastando com esta marginalização da CDU, o presidente atribui delegações de competências

em áreas relevantes aos vereadores da terceira força política do concelho - o PSD - com a agravante de ser ainda atribuído um regime de permanência a um desses vereadores».

«A CDU não ignora que o PS ganhou as eleições; o PS é que pretende ignorar que a CDU é a segunda força política do concelho e na Câmara como aliás tem sido largamente assinalado e criticado pela comunicação social e pela opinião pública.»

A CDU entende que as referidas decisões constituem «um insulto ao eleitorado setubalense e, em particular, aos eleitores da CDU que vêem a expressão da sua vontade democrática ser arbitrariamente negada por um golpe de secretaria que visa inverter o sentido de resultados eleitorais».

Vale do Ave Engenharia financeira para iludir pobreza de meios

«É com grande preocupação que vemos após a fraude económica social e cultural que constituiu a OID do Vale do Ave dos governos do PSD, suceder-lhe agora mais uma tentativa, pela mão do PS, de encobrir a falta de reais e verdadeiras medidas integradas de desenvolvimento e do investimento que as sustente, através de mais um habilidoso arranjo de projectos avulso de diferentes ministérios». Esta é uma das conclusões da reunião de quadros dos distritos de

Braga e Porto, realizada no passado dia 31 de Janeiro em Guimarães, e que analisou o andamento do Programa de Desenvolvimento do Vale do Ave, anunciado há um ano pelo Governo e o recente protocolo assinado entre este e a AMAVE para a sua implementação (PROAVE).

O PCP conclui que se pretende «iludir a pobreza dos meios financeiros e específicos previstos para o investimento da região com verdadeiros truques de

engenharia financeira que, qual milagre dos pães, transformam alguns milhões em 108 milhões de contos».

Na realidade, uma parte dos financiamentos conjuntos de investimentos e medidas consagradas agora no PROAVE já estava assegurada antes do seu lançamento. Outros meios financeiros, como os que resultam dos fundos comunitários, estão dependentes da capacidade de investimento das autarquias e do sector privado e que

só com grande optimismo é possível aceitar as previsões apresentadas.

Por outro lado, os comunistas sublinham que «tendo sempre defendido o papel determinante que as autarquias do Vale do Ave devem ter na elaboração e implementação de medidas integradas para a região, é fácil constatar a crescente partidização da AMAVE (Associação de Municípios do Vale do Ave) e a tentativa de utilizar o PROAVE como instrumento político-partidário do PS para a sua intervenção e domínio no Vale do Ave.

«É notório que na composição indicada para as diferentes estruturas encarregadas da implantação do PROAVE, designadamente na sua comissão de acompanhamento, estejam apenas a universidade, estrutura empresarial e centrais sindicais, deixando de fora o importantíssimo e riquíssimo movimento associativo e popular existentes nesses concelhos (associações de pais, de estudantes, colectividades, clubes, etc.)». Também a juventude foi quase esquecida quer nas propostas quer na consideração da sua participação no PROAVE.

A reunião propôs às direcções regionais dos distritos de Braga e Porto o lançamento de um amplo debate sobre a situação no Vale do Ave.

e dedicado, desde 1974 foi durante vários anos membro da Comissão de Freguesia do PCP e da Junta de Freguesia de Beringel.

Augusto Silva

Faleceu com 71 anos, o camarada Augusto Silva. Era operário do Alfeite reformado há vários anos e militava na célula da freguesia de Santos-o-Velho.

Fernando Azinhais

Faleceu no passado dia 5 de Fevereiro, com 50 anos, o camarada Fernando João Quinha Azinhais. Militante activo e estimado, fez parte da Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura, da Comissão das Festas do Povo e era membro da Comissão de Pais e da Comissão de Base de Saúde.

Foi membro da Assembleia e da Junta de Freguesia de Expectação em diversos mandatos e eleito na Assembleia Municipal de Campo Maior. Era membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Campo Maior e da DORPOR do PCP.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da redacção do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

CAMARADAS FALECIDAS

Antero Martins

Faleceu, no passado dia 7 de Fevereiro, o camarada Antero Martins Pinto Guimarães, de 54 anos. Natural do Porto, era um destacado sindicalista e membro do PCP desde 1973.

Foi fundador da CGTP-IN e membro dos seus órgãos dirigentes durante vários mandatos e integrou as primeiras direcções democráticas do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Participou activamente nas reuniões intersindicais em representação do Sindicatos dos Bancários e também como seu representante foi Procurador à Câmara Corporativa.

No funeral, realizado na passada segunda-feira no cemitério do Lumiar, para além de familiares, estiveram presentes numerosos dirigentes do PCP, antigos e actuais dirigentes da CGTP-IN, sindicalistas, camaradas e amigos do falecido.

Antero Martins era casado com a nossa camarada de Redacção Margarida Folque.

Joaquim Panaeque

Faleceu, no passado dia 7 de Fevereiro, com 74 anos de idade, o camarada Joaquim António Panaeque, natural de Beringel. Membro do Partido, activo



Açores Receitas não cobrem despesas

O coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, manifestou preocupação pelo facto de «tudo indicar ter havido carência de receita orçamental em relação à despesa de investimentos já realizada». Segundo explicou, tal implica a transferência do pagamento dessa despesa para o ano de 1998, o que prejudicará a execução do Plano de 1998.

O PCP/Açores exigiu que «mesmo antes da publicação do Relatório de Execução Orçamental, o Governo regional explique clara e discriminadamente qual o montante de despesas do Plano de 97 que não tiveram cobertura pela receita de 97 e apenas a terão pela receita de 98». Para Decq Mota «este não é um problema meramente técnico e pode mesmo levar a um sério desvirtuamento das intenções de investimento em 1998».

Os comunistas querem também esclarecimentos sobre quais os passos que o Governo está a dar para reduzir as tarefas aéreas e marítimas de passageiros e mercadorias, medida considerada essencial para o desenvolvimento regional. A pergunta é lançada com algum cepticismo, pois, segundo aquele dirigente, «o actual Governo abrandou fortemente os contactos a nível europeu nesta área».

Estatuto revisto

Comentando a recente revisão do Estatuto da Região Autónoma dos Açores, o PCP considera que «foi globalmente positiva em todas as matérias abordadas e contribuirá para a valorização do sistema autonómico».

«Erradicaram-se as inconstitucionalidades; adaptou-se o Estatuto à Constituição da República Portuguesa; considerou-se a existência da lei das Finanças regionais, melhorou-se alguns articulados e introduziram-se significativas melhorias, nomeadamente no que respeita ao relacionamento financeiro entre a região e as autarquias».

O PCP realça que todas estas matérias foram consensuais e aguarda que tenham também o mesmo tratamento na Assembleia da República.

Entretanto, ficou de fora o sistema eleitoral regional, cuja revisão o PCP exige no sentido de assegurar simultaneamente a proporcionalidade regional entre votos e mandatos e a representação de cada uma das ilhas.

Contudo, «não foi possível encontrar uma base parlamentar que assegurasse uma alteração claramente positiva do sistema eleitoral» refere Decq Mota sublinhando que «tal facto não desresponsabiliza as forças políticas de continuarem a procurar uma solução mais justa para o sistema eleitoral regional». Entretanto, observa que «mais valeu neste momento manter um sistema eleitoral que não é bom do que abrir caminho a outro que pudesse ainda ser pior».



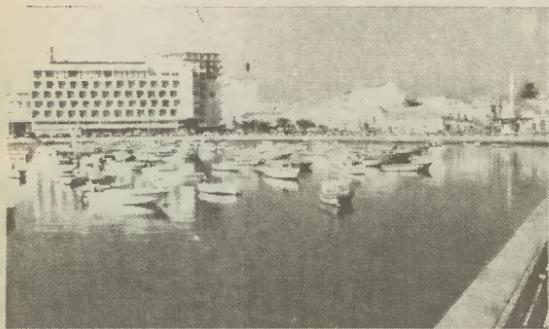
PCP recebe delegação da APAVT

Uma delegação da Associação Portuguesa de Agências de Viagens dirigida pelo seu presidente, João Pombo, foi recebida na passada terça-feira na sede nacional do PCP, por Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política, e por Vítor Costa, vereador da CM de Lisboa, responsável pela área do turismo.

O encontro realizou-se a pedido da APAVT para expor as suas preocupações em relação à lei das Agências de Viagens da iniciativa do actual Governo PS.

PCP

NACIONAL



Algarve Comunistas preparam assembleia regional

O Plenário da Direcção da Organização Regional do Algarve decidiu marcar para o próximo dia 24 de Maio a sua 4ª Assembleia de Organização que tem como objectivo «erguer uma nova proposta programática do PCP que responda de uma forma mais actualizada à situação em que se encontra a região».

Em conferência de imprensa, Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política e responsável pela DORAL, explicou que nos próximos meses está previsto um conjunto de assembleias concelhias, plenários de militantes, reuniões gerais, com o objectivo de eleger nuns casos e reconstruir noutros as estruturas de direcção do Partido aos mais diferentes níveis.

O objectivo, disse, é «assegurar uma melhor resposta política, um mais adequado e constante apoio aos eleitos nos vários órgãos de poder local e, sobretudo, uma mais estreita ligação ao mundo do trabalho».

No quadro da preparação da 4ª assembleia, cujos trabalhos já se iniciaram, «procurar-se-á inserir a participação e o contributo não só de membros do Partido, mas igualmente de muitos cidadãos sem filiação partidária interessados em contribuir para erguer com o PCP um projecto político para a região» com soluções que «se diferenciem daquelas que o bloco central composto pelo PS e PSD pretende impor».

A tónica é colocada nas «propostas de desenvolvimento económico diversificado, uma mais adequada política de ambiente e de ordenamento, a criação de emprego, o respeito por direitos sociais, reforço da democraticidade e poderes das autarquias, no quadro da defesa da criação da Região Administrativa do Algarve».

Para a 4ª Assembleia serão eleitos delegados em todas as estruturas do PCP, numa proporção de 1 para 10 membros, em assembleias e plenários convocados para o efeito. A par dos delegados a DORAL conta com a presença de um conjunto de convidados filiados ou não no PCP a quem será dada oportunidade de intervir, em particular nos debates em torno das propostas políticas em discussão.

Num outro plano, a DORAL decidiu realizar um conjunto de debates no centro de trabalho de Faro e noutros concelhos da região versando vários temas de da actualidade política. Entre outros, estão previstas sessões sobre «O Futuro da Segurança Social», «Problemas e Impacto da Moeda Única», «A Actualidade do manifesto Comunista», «Governar à Esquerda como e com que forças».

O plenário da DORAL decidiu dar uma particular atenção às comemorações do aniversário do PCP, tendo já agendado um conjunto de iniciativas.

AMAL devia ser mais eficaz

Aproveitando a instalação dos novos órgãos da Associação de Municípios do Algarve, Carlos Luís Figueira esclareceu os jornalistas que «não há nem esteve em qualquer altura presente qualquer processo de negociações com outras forças políticas». Para o PCP era necessário que a AMAL reflectisse na sua composição e sobretudo no seu funcionamento a pluralidade das forças que compõem os vários órgãos de poder local na região, que a sua actuação fosse desgovernamentalizada e despartidarizada de forma hegemónica por uma força política, e que assumisse uma maior e mais eficaz actuação no sentido de defender o Algarve no seu todo».

O PCP considera que a AMAL devia contribuir para que «a região dispusesse de mais meios financeiros para concretizar as infra-estruturas de que carece e para que o poder central cumprisse as reiteradas promessas para concretizar as obras que se aguardam desde há muito, designadamente: Via do Infante, auto-estrada, sistema de abastecimento de água e tratamento de resíduos sólidos a Barlavento e Sotavento, bem como a melhoria de outros acessos ao interior do País por Vila Real, Alcoutim, Mértola e Lagos, Aljezur, Sines».

A Comissão de Utentes Contra a Taxa de Activação e os Aumentos nos Telefones inicia hoje a recolha de assinaturas para uma petição a entregar na Assembleia da República.

A Comissão, que se constituiu com o fim de ver revogada a taxa de activação que a Portugal Telecom lançou com o novo tarifário, vai ainda solicitar audiências com o Presidente da República, Comissão Parlamentar de Economia e Grupos Parlamentares e pedir a intervenção do Provedor de Justiça.

Entretanto, esta Comissão realizou encontros com a DECO, segunda-feira passada, e com a União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa (UACDL), terça-feira.

Aguarda-se a marcação de audiências com o presidente da

Portugal Telecom (PT), Murteira Nabo, e com o Ministério do Equipamento.

Encontro com o ICP

A seu pedido, a Comissão de Utentes foi recebida, no passado dia 3, pela Administração do Instituto de Comunicações de Portugal (ICP).

A Comissão expôs as suas preocupações face à implementação da taxa de activação das chamadas telefónicas, ao que o ICP alegou que os critérios tarifários são da responsabilidade

directa da Portugal Telecom e que não dispõe de dados que permitam avaliar o número de pessoas que irão pagar mais do que a inflação prevista pela utilização dos telefones.

Para a Comissão de Utentes, refere-se em comunicado de imprensa, «a exposição do ICP veio confirmar uma agravamento desmesurado de custos para a maioria da população, particularmente para as chamadas locais de um a dois impulsos», sendo que a médias das chamadas telefónicas locais não ultrapassará os 50 segundos, pelo que «não pode deixar de responsabilizar a Direcção Geral de Concorrência e Preços e o Ministério da Tute-la» por permitir a implementação desta política de preços.

A comissão continua a não encontrar qualquer base legal

para a aplicação da taxa de activação e está a proceder a um estudo «face ao tratamento jurídico que irá accionar com vista à revogação de tal taxa e à suspensão dos anunciados aumentos, bem como outras formas que visem sensibilizar a PT e o governo a travar aumentos socialmente injustos e injustificáveis».

Finalmente, «a Comissão está a desenvolver esforços para alertar a opinião pública para as consequências destas medidas inaceitáveis, indo proceder à distribuição, em Lisboa, de 100 mil exemplares de um Apelo à População, para que se mantenha atenta e mobilizada com vista a acções concretas» que conduzam à anulação da taxa e à suspensão de aumentos que ultrapassem a estimativa oficial para a inflação.

Loures

Concluída recontagem de votos

Concluído o processo de recontagem integral de votos em Loures, pode concluir-se, antes do mais que «a montanha de suspeições, mentiras e calúnias foi derrotada» e se comprova que os resultados para a Câmara Municipal se mantêm, com uma clara vitória da CDU.

Em comunicado divulgado

pelo Gabinete de comunicação social da Câmara de Loures, sublinha-se ainda que «a estratégia montada pelo PS, MRPP e PP foi derrotada, gorando-lhes as tentativas de ganharem na Secretaria aquilo que perderam nas eleições», pelo que é hora de rejeitar a vontade democrática.

O comunicado refere, por outro

lado, o problema que há ainda por resolver, em cinco mesas das 59 da freguesia de Odivelas, esperando-se que «a resolução pelas autoridades competentes seja transparente e justa». Uma situação em que a CDU não tem objecções de fundo a que se venha a decidir a realização de um acto eleitoral complementar, esclarecendo,

entretanto, «que o problema existente nas referidas 5 mesas tem apenas a ver com a decisão ilegal das referidas mesas, esmagadoramente preenchidas por elementos do PS, em interromperem a distribuição dos boletins para a Assembleia de Freguesia, prejudicando, os eleitores que esperam há dois meses pelo fim do processo».

Carta aberta ao embaixador dos EUA

Só é possível ultrapassar a actual situação no Iraque «pela via do diálogo, de forma pacífica, sob os auspícios das Nações Unidas, e nunca por uma solução imposta unilateralmente pelos EUA», defende a JCP, em carta aberta ao embaixador dos Estados Unidos da América em Portugal.

Na carta, os jovens comunistas demonstram a sua preocupação «com escalada de guerra que o governo dos EUA está a promover contra o Iraque» e alertam para «as consequências nefastas de uma acção de guerra, quer para a região, como e principalmente para o povo iraquiano, já brutalmente martirizado com o bloqueio que lhes é impiedosamente imposto e que já provocou a morte de mais de um milhão de iraquianos, sobretudo crianças e idosos».

A JCP denuncia «a intenção imperialista de uma eventual acção militar, que servirá também como manobra de diversão para consumo interno

nos EUA» e sublinha «a política de dois pesos e duas medidas utilizada na resolução dos diversos conflitos internacionais, salientando os numerosos casos onde há largos anos se arrastam negociações, se aprovam resoluções umas atrás das outras, as quais não são respeitadas por países como Israel, sem que se imponha uma solução justa e internacionalmente aceite».

Sexta-feira passada, uma delegação da JCP deslocou-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para entregar uma carta aberta onde se considera necessário e urgente que o governo português clarifique a sua posição relativamente às intenções dos EUA.

Por uma política independente

A JCP sublinha a necessidade de clarificar uma posição «contra uma intervenção militar na região» e exige a garantia do governo «de que, no quadro de uma eventual acção militar, nem o território nem as Forças Armadas portuguesas serão envolvidos nesta acção ilegítima».

Por fim, os jovens comunistas consideram que «os interesses do povo português e o relacionamento e a actividade de Portugal no mundo árabe e em todo o mundo exigem uma política de brio patriótico que rejeite firmemente propósitos hegemónicos e posições de força como as exibidas pelos EUA».

Referendo sobre o aborto causa indignação

O Movimento Democrático das Mulheres exprime a sua indignação perante a possibilidade de se vir a «referendar um assunto que é do foro íntimo e da privacidade das mulheres e dos casais», afirmando que «contraria a própria Constituição que garante o «direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar» e postula a não interferência do Direito e da sociedade nas opções fundamentais do ser humano relativas ao seu corpo e à sua constituição e composição da família.

O MDM não compreende que «num espaço tão curto de tempo o PS tenha modificado a sua posi-

ção perante esta matéria, defraudando expectativas criadas e pondo em causa a legitimidade da Assembleia da República como órgão legislador de maior democracia do País.»

Também a Organização das Mulheres Comunistas enviou uma carta aberta a várias organizações repudiando a possibilidade de referendo e apela a todas as organizações e entidades que estão o combate ao flagelo social que representa o aborto clandestino para que se oponham a esta manobra e exijam o cumprimento do calendário previsto para a entrada em vigor da lei aprovada.

IVG em questão JCP denuncia referendo e indefinições

A despenalização do aborto continua na ordem do dia. Em causa estão quer as tentativas de mais uma vez a questionar, através de um referendo proposto pelo PSD e imediatamente aceite pelo PS, quer indefinições ligadas ao próprio projecto entretanto votado pela Assembleia da República, que poderão tornar ineficaz a despenalização aprovada.

Em comunicado divulgado na sequência da votação na Assembleia da República, a JCP do Algarve denuncia o *negocismo, oportunismo e hipocrisia* que ameaçam a despenalização da IVG referendo, antes do mais que "subsistem algumas, *indefinições* que a podem tornar ineficaz". Segundo o projecto da JS, "uma mulher que deseje voluntariamente interromper a sua gravidez terá de se deslocar ao Centro de Aconselhamento Familiar do seu distrito", só que "estas estruturas não existem e a sua criação poderá ficar para as calendarias ou poderão tornar-se num entrave burocrático e des-

motivador, forçando assim as mulheres a continuarem a recorrer ao aborto clandestino", sublinha a JCP. Por outro lado, "o recuo das 12 para as 10 semanas" não tem "nenhum fundamento científico".

A JCP do Algarve saúda, entretanto, a votação na Assembleia da República e a aprovação do princípio da despenalização do aborto, como "uma vitória dos valores progressistas, de tolerância, sobre os valores retrógrados".

A despenalização do aborto, afirma-se, "é uma vitória sobre a hipocrisia dos que se dizem defensores da vida mas só despertam para o direito à vida nestas ocasiões e são res-

ponsáveis (através das suas políticas) pela vida miserável de pobreza, que atinge milhares de portugueses; dos que evocam o Planeamento Familiar mas que, em décadas de governação, nunca o implementaram; dos que se dizem defensores da vida mas condenam o uso do preservativo, que salva vidas; dos que, perante o flagelo de 20.000 abortos clandestinos anuais e das suas graves consequências, preferem fingir que esse problema não existe".

Em relação à proposta de referendo, os jovens comunistas algarvios condenam a "grave e vergonhosa cedência do PS" e lançam alguns alertas.

"Aqui não se trata de não querer ouvir os portugueses, mas sim de uma questão de que os direitos não se referendam, senão qualquer dia referenda-se o direito à liberdade de expressão (!!!) ou 5 milhões de eleitores decidem retirar

o direito de 3 milhões de assalariados à greve (!!!), etc., etc.", alerta o comunicado.

De par de uma questão de direitos está em causa uma questão de consciência individual, sendo "inadmissível que um referendo imponha uma certa consciência a outros que não concordam com ela, que não partilham das mesmas crenças e valores morais". Só a despenalização, reafirma-se, "garante o respeito pela consciência individual. Os deputados não decidiram sobre o foro íntimo de ninguém, nem obrigam ninguém a abortar, mas permitem que quando uma mulher se veja na necessidade de abortar, o possa fazer em condições dignas e seguras".

A concluir, o comunicado afirma que os jovens comunistas continuarão a lutar para que as mulheres "possam ser mães quando desejarem, serenamente e com alegria desde a concepção".

Pelo direito de optar Apelo contra o referendo

A Plataforma pelo Direito de Optar apelou, segunda-feira passada, ao grupo parlamentar do PS para que inviabilize a proposta de realização de um referendo sobre a despenalização do aborto.

Em carta enviada aos deputados socialistas, a organização faz este apelo "em nome da legitimidade democrática e da transparência política e moral e do direito à saúde e à maternidade/paternidade conscientes".

"Não se referendam convicções morais nem o direito à saúde das mulheres portuguesas!", defendem os subscritores da carta, manifestando-se "revoltados e desolados com os acontecimentos que se seguiram à aprovação, na Assembleia da República, da proposta de lei da JS que despenaliza a prática do aborto até às dez semanas, a pedido da mulher".

"A ideia do referendo constitui um pesado entrave aos vossos e nossos esforços para a resolução do problema do aborto inseguro e legal e uma vitória para todos aqueles que, frontalmente ou defendendo-se nas posições referendárias, teimam em nada fazer nesta matéria e entravar quaisquer propostas para a resolução séria do problema", acrescenta o texto.

E questionam: "Por que é que em 1997, quando a proposta da JS foi derrotada por um voto, se calaram de imediato as intenções e vozes referendárias?"

A organização congratula-se ainda com a aprovação da proposta de lei, "mesmo estando consciente de que ela constitui apenas o início de um processo complexo", manifestando-se empenhada no seu desenvolvimento.

A Plataforma pelo Direito de Optar constitui-se na base de um grupo de trabalho que desde 1991 estuda questões relacionadas com a problemática do aborto legal e ilegal em Portugal e integra elementos de diversas associações, entidades e organismos nacionais.

Declaração de apoio

Em vésperas do debate, na Assembleia da República, sobre a despenalização do aborto, dirigentes associativos de todo o País, do ensino secundário e superior, que assinaram a Declaração da Plataforma pelo Direito de Optar, decidiram tornar pública, em conferência de imprensa realizada na reitoria da Universidade de Lisboa, "a defesa da maternidade e da paternidade conscientes, do direito à educação sexual, ao planeamento familiar e à despenalização da interrupção voluntária da gravidez".

Uma tomada de posição que mantém toda a sua actualidade e de que aqui reproduzimos largos extractos.

Pelo direito de optar

"Mais uma vez, temos a oportunidade de resolver um problema de saúde pública, de direito social, muito grave no nosso país", salienta a Declaração.

Um problema de saúde pública, porque "todos os anos há milhares de mulheres a abortar clandestinamente em condições desumanas, perigosas e dramáticas".

Um problema de direito social, porque "nenhuma maioria, nem em referendo, pode decidir por cada mulher quando quer ou pode ter um filho".

É neste ponto que se coloca a tónica na decisão da mulher, pois a verdade é que "mesmo sendo o aborto criminalizado, milhares de mulheres enfrentam riscos de morte, infertilidade e cadeia porque são colocadas em situações-limite. Porque engravidam quando não têm condições económicas, pessoais ou de saúde para terem um filho". Pelo que a alternativa neste quadro é: "tapar o sol com a peneira e fingir que não existe aborto clandestino em Portugal, ou encarar os factos e permitir às mulheres que se vêem empurradas para uma situação destas que interrompem a gravidez em segurança até às 12 semanas de gestação".

Alargamento de prazos para as jovens

"Manifestamos o nosso apoio ao alargamento dos prazos nos casos que afectam principalmente as jovens", diz-se no documento, frisando que "a adolescência é o período em que o acesso ao planeamento familiar é mais complicado, porque não existe educação sexual nas escolas e não se cumpre a gratuitidade dos contraceptivos, como a lei estabelece. Além disso, e porque a gravidez é detectada mais tarde e muitas vezes escondida por vergonha e receio de represálias, as jovens acabam por recorrer mais tarde ao aborto".

Uma situação particular a que se juntam os casos de "toxicodependentes, do abuso sexual de menores ou de mulheres com perturbações mentais", em que o diagnóstico "acaba por se fazer também mais tarde".

A Declaração defende a fusão dos projectos de lei do PCP e da JS, dadas as dificuldades de aplicação do da JS por uma má regulamentação dos Centros de Atendimento Familiar e o recuo que representa a opção das 10 semanas.

A concluir, os dirigentes associativos subscritores deste documento afirmam que "continuarão a lutar como até aqui pela existência de consultas de planeamento familiar acessíveis aos jovens, por contraceptivos gratuitos, por educação sexual nas escolas e pela vida e pela saúde das mulheres".



PSD pretende negar um direito das mulheres

O PSD pretende "negar um direito que é indiscutivelmente das mulheres", afirma-se em comunicado do Movimento Democrático das Mulheres (MDM) sobre a proposta de referendo relativa à alteração da lei que despenalizou o aborto.

"É um facto indiscutível que metade da população portuguesa nunca irá correr o risco de engravidar. Metade da população portuguesa tem a certeza de nunca vir a estar

perante a necessidade de optar entre manter ou não uma gravidez", sublinha o MDM. "É a essa metade que o PSD quer dar o voto de qualidade propondo um referendo."

E o comunicado questiona: "Na mesma linha de coerência referendal não entendemos por que não propôs a referendo a questão das pausas na lei que regulamenta o horário de trabalho, entendendo que nessa matéria 230

deputados podem decidir por 10.000.000 de portugueses..."

O MDM reafirma a sua posição de não aceitar o referendo matérias que "dizem respeito ao foro íntimo de cada um" e sublinha: "O Estado não pode apurar maiorias em matérias que são do foro íntimo e pessoal. Deve sim garantir na lei e de facto que os cidadãos possam expressar em liberdade e segurança o pluralismo de opiniões existente."

Congratulando-se pela decisão da Assembleia da República de despenalizar a IVG, o MDM chama entretanto a atenção para "aspectos que deverão ser claramente salvaguardados". Os prazos "devem prever todas as situações em que o diagnóstico e a orientação podem ser mais tardios". Os Centros de Atendimento Familiar "deverão ser elementos de encaminhamento para as estruturas e não de coacção".

Crise no Iraque

Trégua olímpica até dia 22

«A diplomacia continua, mas, entretanto, prosseguem os preparativos necessários a uma acção militar em caso de necessidade», afirmou na semana passada o porta-voz oficial do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, depois de um encontro com o presidente dos EUA. Entretanto, os Estados Unidos anunciaram uma trégua olímpica até dia 22.

Na verdade, as vias diplomáticas tem sido usadas pelos Estados Unidos para auscultar as posições dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU sobre um possível ataque ao Iraque. Até agora apenas a Grã-Bretanha e o Canadá manifestaram o seu apoio aberto aos EUA.

A França, a Rússia, a Itália, a Liga Árabe e a China continuam a

defender uma solução que exclua qualquer intervenção militar. Na segunda-feira, após uma reunião em Roma, os ministros dos Negócios Estrangeiros italiano e russo manifestaram «a sua séria preocupação face aos riscos de escalada militar».

No dia seguinte, as autoridades chinesas defenderam uma saída diplomática. «Devemos tentar resolver este problema pacifica-

mente. O uso da força causaria pesadas baixas e provocaria novos conflitos», disse o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Pequim. Para a China, Bagdad deve «respeitar integralmente as decisões da ONU», mas «a soberania, dignidade e segurança do Iraque devem ser respeitadas».

Koffi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, também partilha deste ponto de vista. «Devemos ajudar os iraquianos a sair do impasse, mas penso que não devemos humilhá-los a qualquer preço. Deverá ser possível encontrar um acordo que permita que a Unscum cumpra a sua missão sem que isso passe pela humilhação total do regime», defendeu Annan.

Entretanto, o Iraque prepara-se para um ataque. O número de inscritos das fileiras do exército vai aumentando e a propaganda contra o ocidente sobe de tom.

Trégua olímpica e reforço das tropas

De acordo com um comunicado da Embaixada dos EUA em Tóquio, Washington respeitará a trégua olímpica até ao final dos Jogos Olímpicos de Inverno, a decorrer no Japão. Isto significa que se comprometem a não atacar o Iraque até ao próximo dia 22. Contudo, esta decisão não se prolongará por mais tempo. «A opção diplomática chegou claramente ao seu termo», lê-se no documento.

Segundo esta linha, as autoridades norte-americanas enviaram reforços para as suas tropas estacionadas na zona do Golfo Pérsico. Cerca de dois mil fuzileiros e um grupo naval anfíbio formado por quatro navios, entre os quais se encontra um porta-helicópteros de assalto, vão já a caminho. Também serão enviadas unidades treinadas para operações psicológicas e missões de salvamento.

Segundo o presidente dos EUA, a principal preocupação do seu país é a segurança das suas forças estacionadas na região. «Temos uma decisão difícil a tomar enquanto país e enquanto governo, devido à preocupação de todos os norte-americanos que não querem expor os nossos

filhos, se o pudermos evitar, aos perigos da guerra química ou biológica», declarou Bill Clinton na semana passada.

CPPC contra intervenção

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) defende que uma saída para este diferendo só poderá ser encontrada por via diplomática e negocial. E «nesse quadro, o levantamento do embargo contra a população do Iraque constitui um passo essencial».

Isto, porque o embargo «provoca a morte e o sofrimento a milhares e milhares de pessoas, principalmente de crianças, carenciadas de medicamentos e alimentação e compromete de forma decisiva a resolução pacífica dos diferendos. Mesmo em relação aos seus objectivos declarados, o embargo tem provocado o fenómeno inverso ao eventualmente pretendido, reforçando a posição interna do presidente Saddam Hussein», lê-se num comunicado enviado à comunicação social esta semana.

O CPPC manifesta ainda a sua «extrema preocupação pela forma pouco clara como o Governo português tem expressado a sua posição sobre o assunto». Esta organização considera grave o facto de o executivo liderado por António Guterres não ter afastado «a possibilidade de utilização do território nacional para a agressão militar dos EUA contra o Iraque».

Crise económica

Indonésios contra novos preços

Apesar de viver sob a ditadura encabeçada pelo presidente Elias Suharto, a população indonésia movimenta-se contra o brutal aumento dos preços provocado pela crise económica que o país atravessa.

No fim-de-semana, centenas de pessoas manifestaram-se na cidade de Bima, situada na ilha de Sumbawa. Um polícia citado pela agência Lusa afirmou que cerca de 250 pessoas se juntaram junto à Câmara Municipal local, mas que «o número de pessoas se elevou a mais de mil, à medida que os manifestantes começaram a lançar pedras. Quase todas as lojas de chineses foram atacadas». O chefe militar de Bima declarou que nove lojas foram danificadas.

Estes protestos não são de todo uma surpresa. O poder de compra dos indonésios desceu muito nos últimos meses, ao passo que os preços aumentaram consideravelmente. Desde Julho, a rupia, a moeda indonésia, perdeu 80 por cento do seu valor em relação ao dólar norte-americano. A dívida externa atinge grandes valores: no sector privado não bancário atinge já 75 mil milhões de dólares. O número de desempregados aumenta de dia para dia, ultrapassando actualmente os oito milhões.

As autoridades tentam intimidar os populares

com exercícios antiterrorismo e paradas militares. «Trata-se de um aviso para alguns grupos. Não pensem em fazer nada em Jacarta, porque estamos verdadeiramente empenhados em garantir a segurança da cidade», afirmou o chefe da polícia da capital, o general Hamami Nata.

No sábado, realizou-se uma parada em Jacarta com mais de 20 mil soldados, que incluiu elementos das forças especiais e destacamentos de blindados. «Estamos convencidos que esta demonstração de força dissuadirá todos aqueles que possam pensar em provocar incidentes», disse o governador de Jacarta, o general Syafrrie Samsudin.

Comandos antiterroristas, tropas e veículos militares foram colocados junto a todos os monumentos nacionais, ao parlamento e ao palácio presidencial. De acordo com declarações de Hamami Nata, foram destacados 16.500 polícias e 20 mil militares para o dia das eleições presidenciais, a realizar em Março, durante a sessão da Assembleia Consultiva Popular.

Temendo graves repercussões, a dirigente da oposição política Megawati Sukarnoputri pediu aos seus apoiantes que se mantenham afastados destas manifestações. «Evitem quaisquer actos violentos», apelou.

Brasil

Governo acusado de propaganda enganosa

O dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, acusa o Governo de «mentir» ao afirmar ter distribuído terras a 81.000 famílias de camponeses durante o ano passado. «Uma mentira deslavada», diz Stédile, garantindo que o número de famílias que receberam terras e recursos para infra-estruturas e produção foi, no máximo de 45.000.

Para o dirigente do MST, segundo notícias veiculadas pela Lusa, a «propaganda» do Governo é motivo de revolta entre as bases do movimento, entre os milhares de camponeses que esperam há anos, vivendo debaixo de lonas, que o Governo faça a reforma agrária. «Temos 52.000 famílias nessa situação», denunciou o dirigente do MST.

Em entrevista à cadeia de rádio CBN, a propósito da recente visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Suíça, Stédile repudiou «a forma

como o Governo está a vender os interesses brasileiros» no exterior do país, acusou o executivo de estar a «vender a Pátria».

Entretanto, no Parlamento Europeu, por iniciativa do eurodeputado Jean-Paul Le Marec, do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia - Esquerda Verde Nórdica, está a decorrer uma campanha de solidariedade com José Rainha, o dirigente do MST ameaçado com uma condenação de 26 anos de prisão por um crime que não cometeu. No abaixo-assinado posto a circular pelo eurodeputado, recorda-se que José Rainha se encontrava a 2000 Km do local onde ocorreram os confrontos que resultaram na morte de um latifundiário e de um polícia, e onde vários camponeses foram feridos, e exige-se o direito de Rainha a um julgamento justo, bem como a sua liberdade de movimentos para que prossiga o combate pela terra.

Visita de eurodeputados

Argélia dividida

Terminou ontem a visita à Argélia da delegação do Parlamento Europeu, composta por nove eurodeputados, iniciada no domingo passado. A deslocação dos representantes europeus visava recolher informações sobre os recentes massacres praticados naquele país africano.

Aquando da sua partida, os deputados pretendiam reunir-se com elementos do parlamento de Argel, representantes de organizações de defesa dos direitos humanos, jornalistas e familiares de vítimas. Nas palavras do presidente da delegação, esta «não tem os meios de uma missão de inquérito ou de investigação internacional». André Soulier afirmou que o seu objectivo é «escutar e compreender para depois responder aos pedidos de cooperação que poderão ser formulados».

Entretanto, os deputados argelinos mostram-se divididos em relação a uma intervenção internacional no país. Durante um debate parlamentar sobre a insegurança, realizado na Assembleia Nacional na sexta-feira, diversos deputados, nomeadamente dois membros do partido governamental, criticaram as forças de segurança, referindo-se às medidas tardias face às chacinas e à lentidão com que se processa a ajuda aos refugiados das zonas mais afectadas pela violência.

A Frente das Forças Socialistas apelou à realização de uma visita de uma comissão internacional de investigação, enquanto a Frente de Libertação Nacional, partido que pertence à coligação governamental, propôs uma moção «em que se proclame a nossa recusa a qualquer tentativa de ingerência estrangeira».

No sábado, a Amnistia Internacional organizou uma manifestação em Madrid pela realização de um inquérito internacional aos massacres, juntando centenas de pessoas junto à Embaixada argelina. Na iniciativa estiveram também presentes elementos da Esquerda Unida.

O coordenador da AI espanhola, Jesus Abderraman, sustentou que existem «algumas dúvidas» em relação à responsabilidade pelas mortes de civis, defendendo que na Argélia «todos matam», não apenas os grupos fundamentalistas. Muitos massacres, referiu, ocorrem perto de quartéis.

Atentado na Córsega

Claude Erignac, prefeito da Córsega e prefeito da Córsega do Sul, foi morto por dois desconhecidos na noite de sexta-feira, na cidade de Ajaccio. As autoridades francesas condenam veementemente o crime, e apontam como prováveis reponsáveis pelo atentado os independentistas da Frente Nacional de Libertação da Córsega.

Agricultores gregos bloqueiam estradas

As principais estradas da Grécia foram bloqueadas na quinta-feira por centenas de agricultores gregos, bem como um aeroporto da ilha de Creta. Esta luta tem como objectivo conseguir a redução dos preços dos combustíveis e o restabelecimento dos subsídios anulados devido à política agrícola adoptada pela União Europeia. O governo grego já disse que as reivindicações não serão satisfeitas.

Tchetchenos suspendem negociações

«Nenhum dos acordos que concluímos durante as negociações de paz foi aplicado. A Tchetchénia considera essencial suspender as negociações até que a Rússia cumpra os seus compromissos.» Com estas palavras o ministro da Informação tchetcheno justificou a suspensão das conversações entre esta república e a Rússia, no passado sábado. Não foi adiantada qualquer data para o reinício das negociações.

Turquia condenada

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou recentemente o Estado turco pela dissolução do Partido Comunista Unificado Turco, TBKP, em 1990, dez dias após a sua fundação, por o seu nome incluir a palavra «comunista» e o seu programa distinguir «nação turca» de «nação curda». O tribunal acusa a Turquia de violar o artigo da convenção europeia dos direitos básicos que garante a liberdade de associação, e exige o pagamento de 120 mil francos aos antigos presidente e secretário-geral do partido.

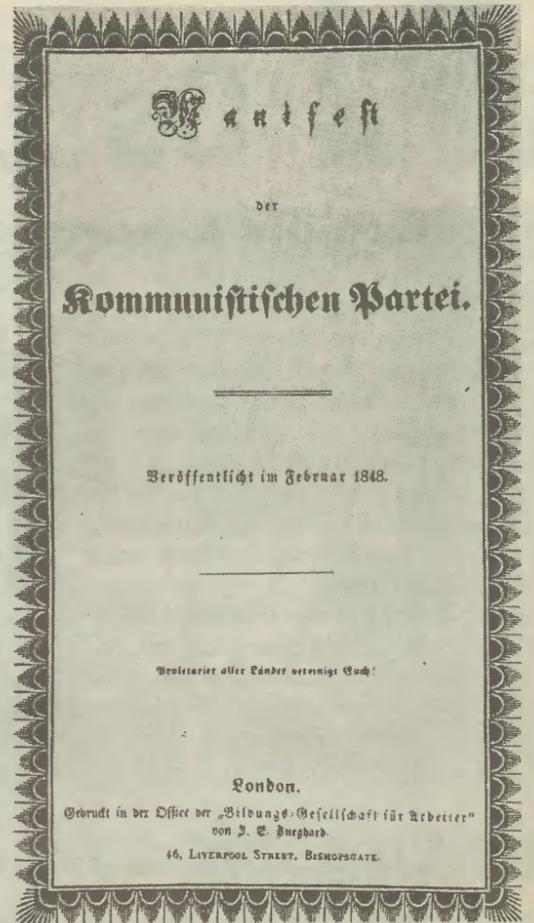
«Uma medida tão radical como a dissolução imediata e definitiva do TBKP, adoptada antes mesmo de o partido desenvolver qualquer outra actividade política, parece desproporcionada e não necessária numa sociedade democrática», lê-se no acórdão.

EM FOCO



Os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista

Capa da 1ª edição do Manifesto do Partido Comunista. Londres, Fevereiro de 1848



Cumprem-se este ano 150 anos sobre a escrita e a publicação de um texto fundamental para o movimento operário mundial - o *Manifesto do Partido Comunista*, da autoria conjunta de Karl Marx e Friederich Engels. Associando-se às comemorações deste aniversário, o nosso jornal promoveu uma conversa com os nossos camaradas Francisco Melo e José Barata-Moura, que dirigiram a edição recentemente lançada pelas *Edições Avante!* e que nos falam não apenas da história e da importância que o documento teve para a clarificação teórica e para a organização da luta do proletariado ao longo de século e meio mas também da sua actualidade nos dias de hoje.

Conversa com Francisco Melo e José Barata-Moura



Uma nova edição e

FRANCISCO MELO - Em 1975 publicaram as Edições «Avante!», sob a direcção científica de Magalhães-Vilhena, uma edição do *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels. Como se dizia no texto inicial «Ao Leitor», tratava-se da primeira tradução «em língua portuguesa, legal ou não, em Portugal ou no Brasil (pelo menos que saibamos), estabelecida directamente sobre os originais, em alemão e inglês».

Desta tradução, acompanhada de «Notas Complementares» de Magalhães-Vilhena que deverão ser consultadas para um estudo aprofundado do *Manifesto*, foi publicada, em 1982, uma versão revista, integrada no tomo I das *Obras Escolhidas* de Marx-Engels.

Encontrando-se esgotadas aquelas duas edições, recentemente, uma versão da última, novamente revista, foi publicada, em separado, pelas Edições «Avante!».

Porquê esta sucessão de revisões? No já mencionado texto «Ao Leitor» dizia Magalhães-Vilhena sobre a tradução editada sob a sua orientação científica: «[...] porque temos consciência da dificuldade imensa da tarefa, sabemos que por hoje não se pode tratar aqui senão de uma tentativa - e o que é mais: de uma primeira tentativa, para a qual nenhuns trabalhos preparatórios, mesmo parciais, abriram de algum modo o caminho. Só do esforço colectivo de elaboração, paciente e longo, resultará, num dia que é de desejar próximo, a edição portuguesa que o imortal *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, exige dos investigadores marxistas de expressão portuguesa». As sucessivas traduções revistas publicadas pelas *Edições Avante!* têm pretendido ser passos no caminho da concretização da orientação e da exigência apontadas por Magalhães-Vilhena.



K. Marx / F. Engels
Manifesto do Partido Comunista



a sua história

JOSÉ BARATA-MOURA - O *Manifesto do Partido Comunista* foi publicado pela primeira vez em Londres, na segunda metade de 1848, sem indicação de autoria. O manuscrito original não foi até hoje encontrado, e apenas nos restam duas peças de rascunho. A redacção é de Marx. E há até uma indicação quase anedótica - é que, em 24 de Janeiro de 1848, a direcção central da Liga dos Comunistas avisa que, se Marx não enviar o texto para Londres até 1 de Fevereiro, «ulteriores medidas serão contra ele tomadas», e que deverá devolver a documentação que foi posta à sua disposição para a redacção.

Em 1850, Marx dá também a entender que é o autor do *Manifesto*, numa declaração sobre a interpretação de posições suas que faz uma revista de Frankfurt.



No entanto, do ponto de vista substancial, o *Manifesto* é uma obra comum, de Marx e de Engels. No 2º Congresso da Liga dos Comunistas, em finais de 1847, Marx e Engels tinham sido encarregues de formular os novos princípios fundamentais do movimento. E em 1850, numa nota a uma publicação parcial do *Manifesto*, Marx e Engels declaram-se autores do texto.

É importante ter em conta que, no quadro da colaboração conjunta de Marx e de Engels, a partir de 1844, e no quadro também da reorganização e relançamento da Liga dos Comunistas, em 1847, Engels havia composto já uns *Princípios do Comunismo*, em forma de perguntas e respostas. E de facto muita da matéria que aparece no *Manifesto* está também presente em textos anteriores e em intervenções, quer de Marx quer de Engels.

Outro dado a ter também em conta é que o formato do *Manifesto*, e o próprio título, são sugeridos por Engels numa carta a Marx, de 23/24 de Novembro de 1847.

Marx e Engels na tipografia da «Nova Gazeta Renana». A colaboração entre dois revolucionários estendeu-se à concepção do *Manifesto*, cuja redacção é da autoria de Marx





Os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista

Barricadas em Paris, durante a Revolução de Fevereiro de 1848

Significado e necessidade do Manifesto

FRANCISCO MELO - Na primeira página do Manifesto pode ler-se: «Já é tempo de os comunistas exporem abertamente perante o mundo inteiro o seu modo de ver, os seus objectivos, as suas tendências, e de contraporem à lenda do espectro do comunismo um Manifesto do próprio partido.» Parece-me, pois, que tinha razão Labriola quando, em 1895, dizia: «De aqui [ou seja, do Manifesto] começa o socialismo estritamente moderno.» E acrescentava: «Aqui está a linha de delimitação de tudo o resto.»

Na verdade, ao dotar a classe operária de um programa próprio, Marx e Engels terminavam o processo de formação da primeira organização revolucionária internacionalista do proletariado. É isto que marca uma viragem decisiva na história do movimento operário e terá nele uma influência sem precedentes porque proclamava pela primeira vez a tarefa revolucionária da classe ope-



rária: pôr fim ao modo de produção capitalista, acabar com a exploração do homem pelo homem, constituir uma sociedade sem classes, uma sociedade verdadeiramente humana. E esta tarefa não aparecia como a expressão do desejo de realização de qualquer secular sonho dos homens, mas (e aqui está o novo, a tal «linha de demarcação»), como resultado do conhecimento das leis e tendências do desenvolvimento social.

O Manifesto veio, pois, fornecer aos proletários organizados «em partido político» uma teoria de vanguarda; por isso se diz que, com ele, o socialismo científico se funde com o movimento operário, conferindo-lhe um carácter verdadeiramente revolucionário. Fusão necessária, que Lênine exprimira, no começo do século, na célebre frase do seu *Que Fazer?*: «Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário.»

Intervir sobre a realidade

JOSÉ BARATA-MOURA - O Manifesto não é uma obra de gabinete, nem de intelectuais isolados que se alarmam com o curso dos acontecimentos e condoem pela sorte dos trabalhadores, congeminando propostas de salvação.

O Manifesto surge na base de uma realidade conflitual em desenvolvimento e de diferentes esforços de compreender e sobre ela intervir. Surge de dentro de um movimento, o movimento operário e, em particular a Liga dos Comunistas, em busca de clarificação teórica e de reorganização operativa.

Do ponto de vista subjectivo, da mobilização de pensamento transformador e de forças sociais em condições de o realizar, o Manifesto representa um momento alto daquele propósito de congregar, como Marx tinha escrito numa carta a Arnold Ruge em 1843, «recrutadas para o serviço da humanidade nova», fazendo convergir numa luta comum aquilo a que ele chama «a humanidade que sofre e que pensa» e «a humanidade que pensa e que é reprimida».

Nos *Anais Franco-Alemães*, de 1844, Marx falará do encontro crítico e revolucionador das «armas espirituais» da filosofia e das «armas materiais» do proletariado.

No entanto, a perspectiva porventura mais inovadora e fecunda do Manifesto reside no ensaio de inserir a dimensão política e revolucionária da luta social no processo que constitui a própria textura



material da história que as colectividades humanas - não apenas no plano económico - vão modelando e transformando pelo seu trabalho.

É por isso que o comunismo não aparece como uma doutrina «ideal» que celebra as perfeições de um dever-ser inatingido, mas como uma apropriação teórica e prática de um movimento real em curso, do seio de cuja contraditoriedade efectiva se projectam possibilidades reais de reconfiguração revolucionante e com um cunho de classe da produção do viver num sentido alargada e concretamente emancipador.

Como no Manifesto se pode ler, «as proposições teóricas dos comunistas de modo nenhum repousam sobre ideias, sobre princípios, que foram inventados por este ou por aquele melhorador do mundo. Elas são apenas expressões gerais das relações efectivas de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se passa ante os nossos olhos».

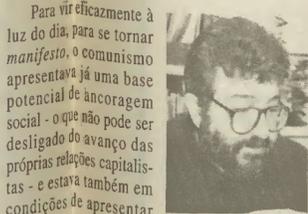
A crítica e a transformação revolucionária comunistas enraízam, intervêm e realizam praticamente um trabalho interno à história, de configuração humana e humanizante das suas realidades. É de dentro do movimento real, e como instrumento para a sua compreensão crítica e transformação revolucionária, incarnada na prática esclarecida dos agentes que estão em condições de organizadamente as levarem a cabo, que o Manifesto é pensado.

Um texto inovador

JOSÉ BARATA-MOURA - Do ponto de vista formal, este texto de 1848 é também inovador. Não é um catecismo - à maneira do que era então corrente nas elaborações teóricas do movimento operário para endoutrinar de neófitos ávidos de decorar as respostas identificadoras de um credo. É um Manifesto, algo que se mostra, que se manifesta, que se dá a conhecer e também faz conhecer realidades que irreflexivamente se sofrem, mas que é possível transformar também, actuando sobre aquilo que as estrutura.

Contrariando a ideia de que o comunismo é um espectro de contornos misteriosos e sombrios - que todas as potências reinantes anatematizam e combatem, e que os próprios adeptos até difundiam e faziam avançar pelos canais clandestinos das sociedades secretas -, Marx e Engels entendem que, em articulação com o facto de ele ser reconhecido já, e apesar de tudo, como um poder, é chegado o momento de o comunismo vir à luz do dia.

No contexto da altura, esta foi, sem dúvida, uma orientação política fundamental.



Para vir eficazmente à luz do dia, para se tornar manifesto, o comunismo apresentava já uma base potencial de ancoragem social - o que não pode ser desligado do avanço das próprias relações capitalistas - e estava também em condições de apresentar ideias, pensamentos, linhas políticas de orientação para a luta de transformação de realidades que deixam de ser apenas sofridas para passarem a começar a ser conhecidas na sua génese, desenvolvimento e contraditoriedade.

Este é o significado teórico fundamental do Manifesto - decisivo na conjuntura, determinante de muitos outros aprofundamentos que não deixaram de verificar-se, inspirador para as tarefas que continuam a concitar a inteligência, o querer e o trabalho dos comunistas.

As posições perante o Manifesto

FRANCISCO MELO - O carácter revolucionário do Manifesto não poderia deixar de provocar «delimitações» de campos na própria avaliação que dele se fez e faz.

Alguns exemplos: em escrito recente, lembra-me a Barata-Moura as palavras de Jean Jaurès, na linha do que poderíamos caracterizar como um revolucionarismo evolucionista, segundo as quais o Manifesto apenas conteria «pensamentos antigos de onde a verdade fugiu». Outra era a apreciação de Lênine, expressa poucos anos antes: «Este pequeno livrinho vale por tomos inteiros: ele inspira e anima até hoje todo o proletariado organizado e combatente do mundo civilizado.»

Isto nos finais do século passado-princípios do actual. Um século depois, estas posições manter-se-

ão? Certamente que sim. O Manifesto será, por exemplo, rejeitado por aqueles que, perfilhando uma «estratégia evolucionista e possibilista, tendem a identificar conquistas democráticas e sociais possíveis sob o capitalismo com a própria noção de superação do capitalismo» (extraio esta caracterização da *Resolução Política* do nosso XV Congresso). Pelo contrário, considerá-lo-ão como fazendo parte do seu património teórico-político aqueles que, constatando que «o desenvolvimento do capitalismo neste findar de século está a conduzir a manifestas regressões de carácter social, democrático e cultural que confrontam a humanidade com o perigo de graves retrocessos civilizacionais», entendem que «a alternativa necessária é a superação revolucionária do capitalismo» (*ibid.*).



A perspectiva de luta

JOSÉ BARATA-MOURA - Se a minha leitura é correcta, o Manifesto não é, nem um texto moralista, nem um texto utópico. Enraíza na compreensão e no trabalho da história um projecto económico, político, social e cultural revolucionário de transformação, atravessado por uma inequívoca perspectiva de classe. É pelos interesses globais do proletariado que os comunistas se batem e «o movimento proletário é o movimento autónomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria».

O capitalismo não é a encarnação do Mal, mas um

modo de produzir e reproduzir o viver que se foi instalando nas sociedades humanas ao longo de toda uma génese e maturação, no decorrer da qual importantes desenvolvimentos, ao nível das forças produtivas, da organização política, dos valores e da cultura foram tendo lugar.

Todavia, num quadro de mundialização crescente, modelado à medida dos seus interesses e à sua imagem, em que (como já ao tempo de Marx era perceptível), por detrás de muitas «ilusões políticas e religiosas», aquilo que se implanta é «a exploração aberta, desa-



vergonhada e seca». Deixada à solta, entregue a si mesma, a lógica do capital não pode deixar de produzir, alargadamente, efeitos desta natureza.

Por sua vez, o comunismo também não é a descrição utópica de um paraíso a implantar; o comunismo é a expressão contemporânea daquela luta de classes que atravessa e conforma a história de que há memória escrita (e de dentro da qual a própria burguesia moderna surgiu e se afirmou), e a história que continua a pôr em confronto os possuidores dos «meios sociais de produção» e os «trabalhadores assalariados».

Num contexto de exploração galopante e de crises recorrentes (de que as comerciais e de sobreprodução constituem apenas uma ilustração histórica), um revolucionamento real da estrutura em que assenta o viver social e as reconfigurações subsequentes (não apenas no domínio da economia) que terão de empreender-se, colocam como questão central incontornável a abolição da propriedade burguesa sobre os meios sociais de produção.

É essa a grande perspectiva de luta que o Manifesto nos lança, não sem, do mesmo passo, convocar a nossa atenção para a necessidade de implementar um poder político democrático, isto é, efectivamente ao serviço da maioria trabalhadora, de promover a instrução pública gratuita em bases universais, de cuidar da produção e da batalha das ideias, de dignificar a condição feminina, etc., etc.

Para o combate por estes objectivos (inscritos nas possibilidades que a própria realidade materialmente prepara e projecta) e para a consecução destes objectivos é indispensável uma ampla, esclarecida e organizada mobilização social. A base para essa mobilização social encontra-se dada pelas próprias condições dos «desprovidos de propriedade», mas todo um esforço teórico e prático de esclarecimento, congregação e movimentação tem que ser empreendido. É nesse movimento que o labor dos comunistas se inscreve, pelo seu empenho prático decidido e pela sua perspectivização teórica, num quadro nacional e internacionalista, no sentido de potenciar a dimensão política (e não apenas economicista) da luta de classes em curso.

O internacionalismo e a «defesa da pátria»

FRANCISCO MELO - Como já referi, no Manifesto, Marx e Engels fundamentam a ideia do papel dirigente da classe operária na luta por um mundo sem explorados nem exploradores. O apelo internacionalista «Proletários de todos os países, uni-vos!» com que encerra o Manifesto é o corolário não apenas da igualdade internacional da condição de explorados dos proletários de todos os países, mas também da identidade internacional da tarefa de que a história os incumbe. Querera isto dizer que devem fazer tábua rasa da luta no plano nacional? A afirmação «os proletários não têm pátria» poderá induzir uma interpretação nesse sentido. A frase que imediatamente se lhe segue mostra que se trata apenas de uma constatação fáctica: «Não se lhes pode tirar o que não têm.» E a continuação do texto (já Lênine tinha chamado a atenção para isto em 1916 em carta a Inessa Armand) é explícita para não permitir fazer de Marx e Engels

advogados de um qualquer niilismo nacional: «Na medida em que o proletariado tem primeiro de conquistar para si a dominação política, de se elevar a classe nacional, de se constituir a si próprio como nação, ele próprio é ainda nacional, mas de modo nenhum no sentido da burguesia.» (Note-se esta ressalva: Marx e Engels tinham vindo a denunciar a «defesa da pátria» por parte da burguesia como uma capa hipócrita para esconder a sua opressão de outros povos.) Aliás, já páginas antes tinham afirmado sem equívocos: «O proletariado de cada um dos países tem naturalmente de começar por resolver os problemas com a sua própria burguesia.»

Para Marx e Engels não há, pois, qualquer contradição entre as tarefas nacionais e internacionais da classe operária. É com inteira fidelidade ao pensamento de Marx e Engels que ao constatar — e novamente utilizarei a *Resolução Política* do XV Congresso — que «os condicionais externos pesam cada vez mais na ordem inter-



Uma tarefa histórica

FRANCISCO MELO - Tem sido observado que no Manifesto se faz uma exaltação do papel histórico da burguesia. Mas também se pronuncia a sua sentença de morte: partindo da análise das leis do desenvolvimento social e, em primeiro lugar, da lei da correspondência necessária das relações de produção e das forças produtivas, Marx e Engels chegaram à conclusão da inevitabilidade do derrube da burguesia. Mas eles não tinham de modo nenhum uma concepção mecanicista do determinismo histórico. Na verdade, ao evidenciarem o que «se processava diante dos seus olhos» — «crises comerciais que, na sua recorrência periódica, põem em questão, cada vez mais ameaçadoramente, a existência de toda a sociedade burguesa», a «epidemia da sobreprodução» em que a «sociedade se vê retransportada a um estado de momentânea barbárie» (que indignação não despertariam nalgumas boas almas de hoje estes horrores de há 150 anos?!), etc. —, Marx e Engels concluíam:

«Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que manejarão essas armas — os operários modernos, os proletários.» Quer dizer, a história age através dos homens, no caso vertente a classe operária, cujo papel de «coveira» da burguesia emerge das suas condições de existência no regime capitalista: ela é a mais explorada, a mais concentrada, a melhor organizada e a mais disciplinada — e, por isso, a mais revolucionária.

As ideias nascem da própria realidade e influenciam-na. Reunião de operários parisienses há 150 anos



Ainda em vida de Marx, acontecimentos revolucionários de alcance histórico são protagonizados pelos trabalhadores. Na foto, um grupo de operários parisienses que participaram na Comuna

Os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista

Os comunistas e as alianças

JOSÉ BARATA-MOURA - O Manifesto contém uma análise crítica pormenorizada das diferentes correntes que ao tempo se reclamavam também de um ideário socialista ou comunista. O objectivo não era sectário nem paroquial. Não se tratava de identificar e numerar os eleitos, os esclarecidos, os bons. Tratava-se, sim, de mostrar a necessidade de não se perder de vista a questão essencial (a do derrubamento da propriedade burguesa) e de, a partir de uma convergência de fundo nesse propósito (que corresponde aos interesses dos assalariados no seu conjunto), promover a «ligação e o entendimento dos partidos democráticos de todos os países».



Francisco Melo - No capítulo II do Manifesto, Marx e Engels expuseram lapidarmente a relação dos comunistas com o movimento operário e o movimento revolucionário em geral. Um primeiro aspecto: os comunistas «não têm nenhuns interesses separados dos interesses do proletariado todo». Daqui decorre que a acção dos comunistas não tem a sua justificação em si mesma, mas em servir o proletariado; no entanto, nessa acção em defesa dos interesses do proletariado cabe-lhes um papel de vanguarda.

Francisco Melo - No capítulo II do Manifesto, Marx e Engels expuseram lapidarmente a relação dos comunistas com o movimento operário e o movimento revolucionário em geral.

Um primeiro aspecto: os comunistas «não têm nenhuns interesses separados dos interesses do proletariado todo». Daqui decorre que a acção dos comunistas não tem a sua justificação em si mesma, mas em servir o proletariado; no entanto, nessa acção em defesa dos interesses do proletariado cabe-lhes um papel de vanguarda. Nas palavras do Manifesto: «Os comunistas são, pois, na prática, o sector mais decidido, sempre impulsionador, dos partidos operários de todos os países; na teoria, eles têm, sobre a restante massa do proletariado, a vantagem da inteligência das condições, do curso e dos resultados gerais do movimento proletário.»

Ser vanguarda requer assim condições práticas e teóricas. É nesse sentido que, nos Estatutos do nosso Partido, ao afirmar-se que «o papel de vanguarda do Partido decorre da sua natureza de classe» se acrescenta que ele decorre também «do acerto das suas análises e da sua orientação política, do projecto de uma nova sociedade, da coerência entre os princípios e a prática e da capacidade de organizar e dirigir a luta popular em ligação permanente, estreita e indissolúvel com as massas, mobilizando-as e ganhando o seu apoio.»

Um segundo aspecto: gostaria de chamar a atenção para o que, em perfeita consonância com as concepções acima referidas, Marx e Engels dizem no capítulo IV do Manifesto: «Por toda a parte os

comunistas apoiam todo o movimento revolucionário contra as situações sociais e políticas existentes» e lutando «para alcançar os fins e interesses imediatos da classe operária», no entanto, os comunistas «no movimento presente representam simultaneamente o futuro do movimento». Estas duas asserções excluem qualquer forma de oportunismo - quer o que sacrifica os interesses imediatos ao objectivo final, quer o que sobrepõe o objectivo final às reivindicações imediatas - e estruturam a política de alianças dos comunistas. Seja-me permitido citar de novo a Resolução Política do XV Congresso: nela se diz que o Partido, nas suas alianças, «tendo em conta as diversas condições concretas históricas e objectivos imediatos, não abdica da individualidade e identidade próprias, nem sacrifica princípios centrais da sua natureza, ou o seu objectivo supremo de luta por uma sociedade socialista».

Ontem como hoje

JOSÉ BARATA-MOURA - A grande actualidade do Manifesto é, por um lado, a de que ele nos fala de uma realidade que, nos seus aspectos estruturais - e apesar e através de todas as modificações que sofreu e vem sofrendo -, ainda persiste; e, por outro lado, a actualidade do Manifesto reside em que ele tem de ser actuado: não se trata de recitar, de reproduzir, de aplicar mecânica ou automaticamente o muito que nele é dito; trata-se de, tendo em conta os caminhos inovadores que ele abre, tornar manifesto, no concreto dos nossos dias, as necessidades de compreensão, de críticas e de revolucionamento de que ele se alimenta e que ele projecta.

É pois um problema, um desafio e uma tarefa que, pelo menos aos comunistas de hoje, fica entregue.

Penso que Antonio Labriola, nos finais do século passado, resumiu bem a utilidade e a função do Manifesto, quando o caracterizou como «um instrumento de orientação que é simultaneamente uma arma de combate».

Escusado será lembrar que os instrumentos e as armas têm que ser «polidas», isto é, há que cuidar da sua manutenção, e que, por outro lado, são tal - instrumentos e armas - quando convenientemente manejados e utilizados.

Francisco Melo - O capítulo III do Manifesto costuma ser silenciado pelos ideólogos burgueses. E não sem razões o fazem.

Não ouvimos nós dizer que hoje apenas se trata de saber como «gerir» o capitalismo? Ora, não tinham Marx e Engels estigmatizado já no Manifesto as teorias que procuravam «remediar os males sociais para assegurar a existência da sociedade burguesa»?

Não ouvimos nós dizer que estamos no «fim da história» visto que «a forma presente de organização social e política é completamente satisfatória para os seres humanos»? Ora, não tinham Marx e Engels posto a nu já no Manifesto o embuste da «burguesia, naturalmente, representar-se o mundo em que domina como o melhor dos mundos»?

E quando uns propõem uma «actualização do ideal social-democrata» ou «um relançamento do socialismo democrático» e outros apregoam uma espécie de Estado-Providência renovado «reduzindo as desigualdades, moderando os abusos, dando um contributo decisivo para uma solução moralmente aceitável dos principais problemas do mundo de hoje», como não nos lembrarmos imediatamente das palavras de Marx e Engels no Manifesto denunciando as tentativas de «tirar à classe operária o gosto por todos os movimentos revolucionários» pregando «melhoramentos administrativos [...] que nada alterem na relação de capital e trabalho assalariado, mas que no melhor dos casos reduzam à burguesia os custos da sua dominação e lhe simplifiquem o orçamento de Estado?»

E quando os ideólogos da burguesia de hoje exaltam todos as virtudes da «economia de mercado» e da «livre concorrência» não estão a procurar convencer o proletariado a «que fique na sociedade actual» desfazendo-se «das odiosas representações que faz dela», como Marx e Engels no Manifesto acusavam de fazer os ideólogos da burguesia do seu tempo?

Mesmo aqueles que se quedam na indignação perante os «horrores» do capitalismo actual não merecem a recriminação de Marx e Engels no Manifesto de que «só do ponto de vista da classe mais sofredora o proletariado existe para eles?»

Para terminar: tal como há 150 anos, também hoje «o socialismo da burguesia consiste precisamente na afirmação de que os burgueses são burgueses - no interesse da classe trabalhadora!»



na dos Estados», o nosso Partido afirma: «Tal realidade não torna «caduca» a importância do espaço nacional como terreno incontornável da luta de classes [...]. A defesa da soberania nacional, conjugada com a luta por relações de cooperação internacional livres das imposições das grandes potências, ganha mesmo maior importância. Simultaneamente, a cooperação e a solidariedade internacionalista, a acção comum ou convergente dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos, tornam-se imprescindíveis para a luta de todos e de cada um, para o avanço do processo libertador no plano mundial.»

SUPLEMENTO AO N.º 111 1.ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1998 PREÇO: 800 Publicações de todos os países: UNI-VOSTI

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O primeiro centenário do «Manifesto Comunista»

HÁ CEM ANOS, POUCOS DIAS ANTES DA REVOLUÇÃO QUE EM FRANÇA DESTRUBÓU O PODER REAL E ESTABELEceu A REPÚBLICA, APARECIA UM FOLHETO, INSIGNIFICANTE DE VOLUME, INTITULADO «MANIFESTO COMUNISTA».

Em seus autores (os dois irmãos alemães, Carlos Marx e Frederico Engels), cujos nomes haveriam de ficar, para sempre, gravados na história do movimento operário e da humanidade progressiva como os de homens que criaram clarificadamente os princípios que regem a vida social, e, por isso, puderam ser os criadores do socialismo científico, cuja semente para a luta contra a miséria capitalista e para o triunfo da revolução da nova vida se vem explorando sem interrupção.

O Manifesto Comunista era apresentado como declaração de princípios e programa da Liga dos Comunistas, organização operária de carácter internacional, sob cuja dominância os operários realizavam a sua luta contra a miséria capitalista e para o triunfo da revolução da nova vida se vem explorando sem interrupção.

O Manifesto Comunista foi a primeira exposição acabada de doutrina marxista. Precedido embora de outras obras que lhe constituiriam a indispensável base teórica, o Manifesto Comunista deu, pela primeira vez, a classe operária a consciência perfeita da por que luta e a certeza da inevitabilidade da transformação revolucionária do mundo capitalista num novo horizonte, onde os melhores e melhores que o mundo vai alcançando se contradizem, se misturam, se afastam, e, independentemente de que esse mundo acerte a sua evolução por mais tempo.

Este documento de socialismo internacional, que conta hoje com anos, tem ainda agora o vigor, a importância, o valor de uma publicação de hoje. Não há palavra que não seja a flor de arrocho histórica, como aquelas em que se faz a crítica das várias correntes dos vários socialistas anteriores ou contemporâneos que, também então, procuravam desviar a corrente natural do movimento operário a popular que buscava novos caminhos - pelo exterior, que é, que a actualidade se interpenetra das forças que regem a evolução histórica; que maravilhosos poder de síntese, que profeta e estado de factos por cima da história da humanidade, e, principalmente, quando traça o traço essencial dos princípios que a revolução capitalista valores passados - e, portanto, pela burguesia, em termos de dialeto.

Elaborado, em mesmo tempo, o papel progressivo que, durante certo período, e burguesia teve a honra da humanidade, Marx e Engels mostram como, e breve trecho, esse papel progressivo desapareceu e, pelo contrário, a ad-

idada do capitalismo implica de uma vez para sempre, a existência de crises periódicas que trazem a miséria mais aguda aos povos, ao mesmo tempo que «vastas repulças e imensas destruições de riquezas se tornam a condição indispensável para a subsistência, por mais algum tempo, de um regime condenado pela história a desaparecer». No «Manifesto Comunista», Marx e Engels politerizaram definitivamente todas as absurdas ceticismos que contra os comunistas levantara e continou a ser. Não mostram quem eram os verdadeiros inimigos da «proletariado», quem eram os inimigos da «classe», mostrando, de modo irrefutável como eram os seus inimigos todos os discursos burgueses sobre a liberdade e a propriedade.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.

«Manifesto Comunista», esse livro indispensável a todo o trabalhador consciente, esse livro que condensa em si, penitentemente, toda a experiência da luta digna, veio por um termo definitivo, e responde a melhor parte das questões que preocupam a parte melhor da humanidade, e a classe operária, sua luta e o combate mais abnegado e consequente.



Barricadas em Berlim, em 18-19 de Março de 1848. A Revolução fazia tremer a Europa

Aborto

■ **Fernanda Mateus**
Membro da Comissão Política

A hipocrisia não é boa companhia e não dá saúde à democracia

A PÓS A VOTAÇÃO favorável do projecto de lei do PS com os votos favoráveis de 116 deputados – socialistas, comunistas, Verdes e 3 deputados do PSD – esperava-se que prosseguisse o calendário previamente acordado: discussão na especialidade na Comissão de Direitos Liberdades e Garantias e a sua votação final na sessão plenária da Assembleia da República a 19 de Fevereiro.

No final da noite do dia 4 de Fevereiro e conhecidos os resultados das votações, parecia que se abria um novo ciclo no combate aos cruéis atentados à saúde e à dignidade das mulheres que venham a ter necessidade de interromper uma gravidez.

Em ambiente de regozijo no hemiciclo e fora dele pelo resultado da votação, um deputado do PS afirmava para um canal de televisão que os recuos nas soluções agora aprovadas tinham demonstrado a “humildade democrática” da JS possibilitando, finalmente, a existência de uma lei da Assembleia da República e não apenas um mero projecto da JS. Pretendia, assim, valorizar o resultado da votação da noite e demonstrar que tinha valido a pena as alterações introduzidas, relativamente às posições anteriormente defendidas pela JS, designadamente a redução dos prazos de 12 para 10 semanas e a obrigatoriedade de passagem da mulher pelo Centro de Aconselhamento Familiar.

Em 24 horas, o PS logrou todas as expectativas

Em apenas 24 horas, dirigentes do PS deram uma gigantesca e escandalosa “cambalhota”, cedendo ao PSD em matéria do referendo sobre o aborto, pondo em causa os compromissos assumidos e as expectativas criadas nos últimos meses e com expressão no debate realizado no dia 4 de Fevereiro: aprovar uma solução legislativa, sem recurso ao referendo.

Os dirigentes do PS tinham “virado a cara às mulheres”, 24 horas após a declaração de um deputado socialista: “somos contra a hipocrisia, porque não viramos a cara às 11 mil mulheres que todos os anos dão entrada nas urgências dos hospitais públicos com complicações decorrentes do aborto”.

Dirigentes do PS, à margem da Assembleia da República e pelos visto da maioria dos deputados, cedem ao PSD, paradoxalmente, 24 horas após a afirmação no debate de um deputado socialista: “se as nossas propostas recolherem hoje apoio maioritário, o referendo, antes rejeitado por alguns, em nome de valores absolutos, tornar-se-á o instrumento permanente do desrespeito e do desafio a uma lei democrática”.

“A hipocrisia não é boa companhia” foi uma das palavras de ordem escolhidas para a concentração realizada a meio da tarde do dia 4 de Fevereiro em frente da Assembleia da República promovida pelas organizações que constituem a “Plataforma pelo direito a optar”, enquanto no hemiciclo decorria o debate sobre o aborto. Era uma palavra de ordem que chamava à atenção para a posição assumida por alguns sectores da sociedade que, mantendo, ao longo dos anos, uma profunda letargia face ao aborto clandestino - ao cortejo de sequelas físicas e psíquicas e até de morte, a criminalização e o lucrativo negócio - acordam e agitam “as bandeiras da

defesa da vida”, sempre que se avizinha a possibilidade de votação favorável de projectos de lei que despenalizam o aborto, em prazos e circunstâncias concretas.

Nunca como agora tantas expectativas foram criadas e goradas em tão curto espaço de tempo pelo Partido Socialista. E estes acontecimentos confirmam que o PS contribuirá para o distanciamento das mulheres da política, e não para o seu reforço, se der da política o triste espectáculo de falta de ética, de coerência e de respeito pelas promessas feitas. De facto, a hipocrisia na intervenção política não é boa companhia nem dá saúde à democracia.

Registos para a história de um debate

Durante alguns meses, a JS procurou protagonizar a “consciência crítica e de esquerda” do Partido Socialista alimentando a expectativa de que retomariam este tema na Assembleia da República, face à derrota por um voto do seu projecto de lei em Fevereiro de 1997 na sequência das pressões então exercidas junto de deputados socialistas, designadamente, pelo Primeiro-Ministro.

Os jornais e as televisões foram, assim, dando eco de reuniões e movimentações, no interior do PS e do seu grupo parlamentar que visavam gerar os “consensos necessários” à passagem de uma solução legislativa adequada ao combate do aborto clandestino. Foram evidentes as tentativas de conferir apenas ao PS as ideias e as propostas relativas à despenalização do aborto. A verdade é que estas deram corpo a um projecto de lei, com entrada na mesa da Assembleia da República, a 23 de Janeiro de 1998, isto é, doze dias antes do debate de 4 de Fevereiro.

Neste período foram silenciadas as opiniões do PCP substanciadas no seu projecto de lei sobre o aborto, entregue na Assembleia da República três meses antes do projecto de lei socialista, ou seja, a 8 de Outubro de 1997.

O PCP criticou a pressa com que o Partido Socialista marcou este agendamento para 4 de Fevereiro, com discussão e votação no mesmo dia. O PS justificou-o com a necessidade de viabilizar, com rapidez, uma solução legislativa. O PCP considerou desejável que fosse dado algum tempo para a redinamização do debate público em condições de serenidade e tolerância e para uma activa intervenção da opinião pública, propondo o debate para Março.

Face à decisão tomada pelo PS de promover o debate a 4 de Fevereiro, o PCP decidiu participar neste debate, com o seu próprio projecto de lei permitindo visando contribuir para a viabilização das soluções legislativas mais adequadas à despenalização da IVG em determinadas circunstâncias e prazos.

A diferença do PCP

O PCP não encarou uma nova discussão e votação na Assembleia da República como um expedito ou precipitado processo de mera recontagem de votos expressos em Fevereiro de 1997. O que sempre esteve em causa desde 1982, quando o PCP tomou iniciativas nestas matérias foi a necessidade de proteger a saúde e a dignidade das mulheres.

A propósito dos resultados da votação de 4 de Dezembro, o “Expresso” na rubrica dos “Altos” e “Baixos” da actualidade política, afirmava que “o PCP parece apostado (resignado) em fazer o papel de partido que é constantemente enganado pelo seu mais próximo parceiro político o PS... O PCP engoliu em seco e votou favoravelmente a proposta do PS”. Engana-se quem faz tal afirmação. Quem está a ser enganado são as portuguesas e portugueses que acreditaram nas palavras e nas promessas feitas pelos deputados socialistas no debate sobre o aborto. O PCP não precisou de engolir em seco, votou consciente, e com os seus votos viabilizou a aprovação de uma lei que pode constituir um primeiro passo para a adopção de solução legislativa que permita finalmente pôr fim a flagelos milenários que atingem as mulheres. E fê-lo pelo respeito que lhe merecem as mulheres portuguesas, que no passado, no presente e no futuro

recorreram e tenham que vir a recorrer à interrupção voluntária da gravidez.

Mas os comentários depreciativos do Expresso não ficaram por aqui. Afirmou que o “PS fez-lhe a afronta de nem sequer aprovar na generalidade a proposta da bancada comunista”. Enganou-se, mais uma vez o jornalista. O projecto de lei do PCP contou com 107 votos, onde estão incluídos muitos votos de socialistas. É verdade que foi derrotado. Mas afrontados devem ficar os deputados socialistas que, com o seu voto, inviabilizaram a aprovação do projecto do PCP, que reconhecidamente propunha as melhores soluções para o combate ao aborto clandestino.

O que ficou provado neste debate é que o PSD e Marcelo Rebelo de Sousa usam e abusam da proposta de referendo sobre o aborto, apenas, quando estão em perspectivas novas soluções legislativas.

Por que manteve congelada a proposta de referendo, desde Fevereiro de 1997, e após a derrota dos projectos de lei sobre o aborto? Por que não sujeitou a sua proposta de referendo à votação no dia 4 de Fevereiro? Porque naquele momento sabia que seria derrotada. O que fica provado mais uma vez com este debate são as diferenças entre a postura responsável do PCP e a posição de dirigentes do PS que sacrificam as promessas e expectativas criadas às mulheres portuguesas às meras e mesquinhas motivações partidárias.

O que ficou provado neste debate não foi a afronta do PS ao PCP, mas a clara falta de palavra de quem decidiu, e de quem vier a apoiar esta cambalhota do Partido Socialista, bloqueando o processo legislativo iniciado em 4 de Fevereiro e recorrendo à proposta de referendo.

Cedendo às chantagens do PSD, admitindo um referendo sobre o aborto depois da votação favorável, o PS associa-se às teses fraudulentas e interesseiras do PSD segundo as quais a rejeição pela AR da despenalização do aborto não precisa de ser acompanhada de referendo, mas uma decisão favorável exige uma consulta popular. De facto, a hipocrisia não é boa companhia e não dá saúde à democracia.

O PS contribuirá para o distanciamento das mulheres da política, e não para o seu reforço, se der da política o triste espectáculo de falta de ética, de coerência e de respeito pelas promessas feitas.

A "janeirada" do Ministro Adjunto

Bem vistas as coisas, as novas medidas anunciadas pelo Ministro José Sócrates, que alguma comunicação social chamou de "revolução", não passam afinal de uma "janeirada" destinada a pôr termo ao insustentável silêncio que o Ministro Adjunto mantinha desde o dia em que assumiu a pasta do combate à droga.

Nos últimos dias do passado mês de Janeiro, quase toda a comunicação social noticiou com enorme destaque uma conferência de imprensa na qual, pela primeira vez desde que assumiu a pasta do combate à droga na sequência da remodelação governamental ocorrida há uns meses, o Ministro Adjunto José Sócrates quebrou o silêncio quanto à política que se propõe seguir. Fazendo jus ao sensacionalismo e à superficialidade com que normalmente trata as questões da droga, a maior parte da comunicação social não hesitou em exagerar manifestamente a importância do acontecimento e das intenções anunciadas, dando a entender que algo de substancialmente inovador estaria para acontecer neste domínio, por obra e graça do novo Ministro. Tem por isso toda a justificação o rever com rigor o que foi anunciado e reflectir um pouco, não tanto sobre especulações jornalísticas mas sobre medidas e intenções concretas.

Concretamente, o Ministro Adjunto anunciou duas medidas: a criação de um Instituto Português da Toxicod dependência e a nomeação de um grupo de trabalho encarregado de reflectir sobre a estratégia de combate à droga. Em abstracto, anunciou fundamentalmente duas intenções ao nível do tratamento da toxicod dependência: alargar os critérios de acesso aos chamados programas de substituição com uso de metadona e rever a política de convenções com unidades de tratamento privadas.

Antes da referência a cada uma das medidas e intenções anunciadas, importa assinalar que a conferência de imprensa do Ministro José Sócrates veio deitar por terra a encenação cuidadosamente montada nos últimos dois anos pelo Ministro Jorge Coelho quanto a uma eficácia imbatível da política do Governo no combate à droga. Não pode deixar de ser assinalado como significativo e revelador, o facto de, menos de dois anos após o anúncio das célebres 36 medidas do Ministro Jorge Coelho, posteriormente reforçadas com mais 38, o Ministro José Sócrates se sinta na necessidade de anunciar novas medi-

das e reestruturações sobre os escombros das anteriores.

É inequívoco que das palavras proferidas pelo Ministro Adjunto ressaltam algumas ideias generosas, quanto à necessidade de reforçar os meios e possibilidades de tratamento dos toxicod dependentes, ou de substituir as medidas de repressão sobre os consumidores por possibilidades reais de tratamento e reinserção social. Acontece, porém, que tais ideias não obtiveram tradução nas medidas concretamente anunciadas.

Se a criação do grupo de trabalho de reflexão estratégica não é contestável, dada até a reconhecida capacidade das personalidades que o integram, já a criação do Instituto Nacional da Toxicod dependência, sendo uma opção de orgânica administrativa, reflecte sem margem para dúvidas a falência das fórmulas anteriores, assentes no Projecto VIDA e no Observatório VIDA.

A existência do Projecto VIDA, desde a sua criação por C a v a c o Silva em

tugal. Funciona mesmo como ponto focal nacional do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicod dependência. Basta consultar os Relatórios Anuais desta instituição europeia e verificar a manifesta ausência de dados sobre o nosso país para testemunhar a ineficiência escandalosa do Observatório VIDA, a que urge pôr termo.

Já as intenções anunciadas quanto ao tratamento suscitam, acima de tudo, interrogações. Quer no que se refere à política de convenções quer no tocante à acessibilidade dos programas de substituição. Concretizando:

O actual Governo, desde o seu início de funções, fez da política de convenções com entidades privadas intervenientes no tratamento uma das pedras de toque da sua política. Consciente da insuficiência da rede pública de comunidades terapêuticas face às enormes solicitações, e não tendo a vontade política de alargar em termos significativos, o Governo optou por con-

n ú m e r o substancial de internamentos,

sido feito afinal nesse domínio. Admitirá o Ministro Adjunto que, ao contrário de tudo o que tem sido dito, existem unidades de tratamento licenciadas que não reúnem condições de idoneidade? A ser assim, o que tem andado o Governo a fazer?

Alguma perplexidade suscita também a afirmação do Ministro Adjunto de que os critérios de acesso aos programas de metadona são "estupidamente exigentes" e serão alargados. A perplexidade não resulta da consideração das vantagens do alargamento dos programas de metadona. Todos os dados conhecidos apontam para as vantagens desse alargamento, que aliás se tem vindo a verificar por iniciativa e sob a responsabilidade do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência. A perplexidade resulta do facto de ser o próprio Ministro a assumir directamente decisões que são inequívocamente do foro clínico. Se é verdade que a responsabilidade da definição da política de combate à droga não compete aos médicos, também é verdade que a direcção clínica dos tratamentos não compete aos ministros. É legítimo que um ministro possa ter uma opinião sobre as formas de tratamento mais efica-

cazes e que a exprima. O que já não é legítimo é que se arrogue o direito de prescrever medicamentos por decisão política. Independentemente da opinião que cada um tenha sobre as vantagens dos programas de metadona, a decisão de a prescrever em cada caso con-

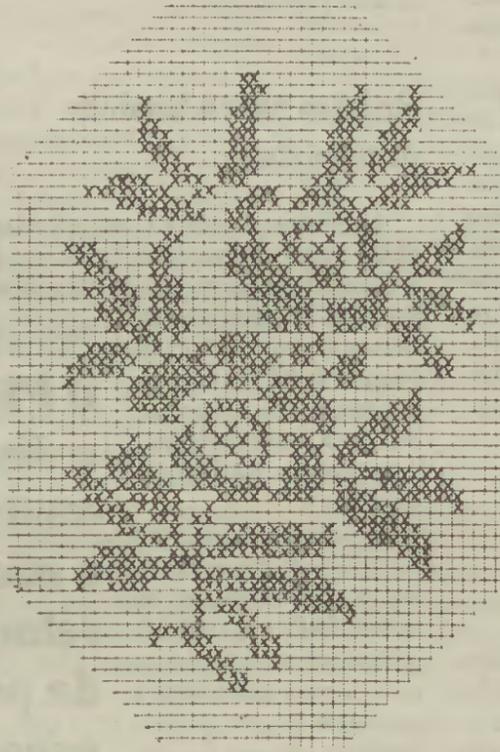
creto é um acto que só o respectivo

terapeuta está em condições de tomar.

Finalmente, impõe-se uma referência ao problema do tratamento penal dos consumidores. Terá afirmado o Ministro Adjunto o seu desejo de ver os consumidores encaminhados para soluções de tratamento em substituição de penas de prisão. Alguma comunicação social noticiou mesmo, incorrectamente, que vinha aí o tratamento compulsivo. Esperar-se-ia, mesmo corrigindo esse mal-entendido, que as declarações do ministro apontassem para alguma proposta governamental no sentido de excluir a aplicação de penas de prisão nos casos de simples consumo de drogas. Nada disso. Como o Ministro explicaria mais tarde, das suas declarações resultou apenas o desejo de que a actual legislação, que prevê em certos casos a substituição de penas de prisão por soluções de tratamento voluntário, fosse cumprida. Convenhamos que é pouco. É evidentemente desejável que as soluções não repressivas de tratamento dos consumidores já previstas na lei sejam cumpridas e que sejam criadas condições para tal. Mas mais do que isso, impõe-se que, tal como o PCP propôs já em 1995, sejam alteradas as disposições legais que prevêm a aplicação de penas que podem ir até um ano de prisão por simples consumo de drogas. Mas quanto a isso, o Ministro disse nada.



■ António Filipe



1987, tem sido marcada por sucessivas reestruturações que só têm servido para pôr em evidência a falência das soluções anteriores. A última reestruturação do Projecto VIDA deu-se já com o actual Governo em funções, tendo sido reforçadas as suas estruturas distritais. A opção agora anunciada, de integração do Projecto no Instituto deve-se, segundo o Ministro José Sócrates, à necessidade de integrar 30 quadros na função pública. Para além dos méritos ou deméritos dessa integração, esperava-se maior ambição quanto aos objectivos de uma estrutura de âmbito nacional que detém as maiores responsabilidades na prevenção primária da toxicod dependência e que tem sido pouco mais que uma agência de financiamento de alguns projectos e de promoção publicitária da sua própria imagem. Também no que se refere ao Observatório VIDA, impõe-se muito mais que uma simples reformulação da tutela orgânica. Esta instituição tem obrigações insubstituíveis num domínio tão decisivo como é a recolha de elementos estatísticos fiáveis sobre a situação da toxicod dependência em Por-

mediante regras estabelecidas por Despachos Conjuntos do Ministro Adjunto e da Ministra da Saúde. Essas regras são um tanto restritivas e exigentes quanto às instituições a apoiar, o que é compreensível, porquanto se trata da aplicação de dinheiros públicos, mas também porque, como é sabido, existe muito "gato por lebre" em nome do tratamento de toxicod dependentes.

Quando o Ministro Adjunto afirma a sua intenção de rever a política de convenções, num sentido menos restritivo, abrindo a possibilidade de subsidiar internamentos em instituições privadas, ainda que de fins lucrativos, de forma indiscriminada, suscita justificadas preocupações, não apenas quanto à justeza da aplicação de dinheiros públicos, mas acima de tudo quanto às reais garantias do tratamento idóneo a que os toxicod dependentes têm direito.

Quando, um tanto contraditoriamente, o mesmo ministro afirma peremptório que vai ser mais rigorosa a fiscalização das condições de licenciamento das unidades privadas, ficamos sem perceber o que tem

Comunistas na emigração lançam campanha Estimular o exercício dos direitos cívicos e políticos dos emigrantes

Só uma pequena parte dos emigrantes portugueses está recenseada para exercer o seu direito de voto nas eleições para a Assembleia da República e Parlamento Europeu. É esta situação que o PCP quer alterar através de uma campanha de sensibilização lançada pelas suas organizações comunistas na Europa. Em entrevista ao «Avante!», Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC, fala desta campanha e dos objectivos gerais das reuniões mantidas com as estruturas comunistas da Alemanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. O «Avante!» falou ainda com João Armando, da Direcção da Organização da Emigração do PCP, que esteve na França e na Suíça.

Henrique de Sousa - Para além das reuniões com as organizações do Partido, foram ainda realizados contactos com consuladros, movimento associativo, personalidades ligadas à cultura, professores do ensino de português, profissionais da comunicação social das comunidades portuguesas, com o DKP da Alemanha e com o Partido Comunista do Luxemburgo.

Que questões estiveram em debate com a organização do Partido?

A discussão com a organização do Partido teve duas linhas de trabalho: por um lado, fortalecer a participação e o exercício dos direitos cívicos e políticos dos emigrantes portugueses na sua relação com Portugal e fazer o levantamento dos problemas no domínio da política de emigração portuguesa. A outra linha de debate visou dar um forte impulso à participação dos portugueses nas sociedades dos países de acolhimento: a sua participação social, sindical e cívica.

A emigração portuguesa na Europa alterou-se significativamente nos últimos anos, passando a conter uma componente mais desenvolvida de emigrantes cuja perspectiva é fazerem a sua vida e permanecerem nas sociedades de acolhimento. Há um grande número de jovens das segunda e terceira gerações que combinam hoje uma ligação afectiva e cultural com Portugal, e geracional por via dos pais, com uma integração profunda nos países de acolhimento de que são parte como cidadão.

Pensamos que é importante que o PCP e a organização do Partido na emigração portuguesa na Europa e no mundo possa acom-

panhar esta nova realidade passando a dar uma maior atenção aos problemas da participação dos emigrantes portugueses nas sociedades de acolhimento e ao combate a fenómenos de fechamento das comunidades portuguesas e de abdicação do exercício de direitos que ainda caracteriza a atitude de parte dos emigrantes portugueses nestes países.

Foi em torno destas realidades que procurámos fazer a avaliação da organização do Partido e da sua capacidade de intervenção e encontrar a forma de assegurar um relacionamento mais profundo e estreito dos comunistas na emigração quer com o riquíssimo e diversificado movimento associativo quer com as instituições e organizações voltadas para os problemas desses países.

Porquê uma campanha de recenseamento?

Hoje a grande maioria dos emigrantes portugueses não está recenseada. O número oficial de recenseados ronda os 200 mil, estimando-se que existam cerca de 4,7 milhões de portugueses em todo o mundo.

O lançamento de uma campanha de recenseamento a realizar pelos comunistas na emigração tem como objectivo aumentar o número de portugueses emigrantes que estão recenseados e aptos ao exercício dos seus direitos políticos. É uma iniciativa que iremos dirigir e orientar para aqueles emigrantes portugueses que tendo uma postura progressista e democrática não compreenderam que a sua passividade abre caminho indirectamente à afirmação das posições da política de direita.

Esta atitude acaba por penalizar fortemente o PCP e a CDU na sua votação nas eleições legislativas, como se verificou em 1995, em que o número de votos conquistados pela CDU no círculo eleitoral da Europa, cerca de 1600, nem de perto nem de



longe corresponde à base de apoio que o PCP detém nas comunidades portuguesas na Europa, ou ao seu trabalho de décadas ligado ao movimento associativo em prol dos direitos dos emigrantes.

A campanha decorrerá nos próximos meses, em especial em Abril e Maio, quando decorrem as operações de recenseamento, e insere-se já na preparação das eleições do próximo ano legislativas e do Parlamento Europeu no próximo ano.

Os emigrantes portugueses têm uma participação social activa nos países em que residem?

A integração do plano económico e social dos portugueses está mais avançada do que a sua participação política, cívica e sindical. Discutimos com as nossas organizações e com as entidades que contactamos a necessidade de tomar medidas para esti-

mular o recenseamento e participação dos portugueses nas eleições locais e a sua participação mais activa dos conselhos ligados às comunidades de emigrantes que existem junto das autarquias de vários países europeus. Pensamos que devem empenhar-se, ao lado dos demais emigrantes, no combate pelos direitos que estão a ser ameaçados pelos processos de precarização e desemprego e pelos movimentos de carácter racista, ou pelos comportamentos e políticas xenófobas que se desenvolvem nestas sociedades.

Discutimos ainda os processos de dar maior impulso à sindicalização, à assunção de responsabilidades e participação nos movimentos cívicos e de carácter progressista, à cooperação com os partidos progressistas com quem o PCP mantém relações, de modo a que os emigrantes portugueses sejam nessas sociedades cidadãos de corpo inteiro, assumindo e cultivando uma dupla relação de participação política e cívica com o seu país de origem e com o país onde têm a sua vida organizada e onde partilham os combates, os problemas e aspirações do conjunto dos cidadãos desses países.

Há alguns sinais positivos, mas ainda claramente insuficientes, de responsabilização de emigrantes portugueses em cargos sindicais. É o caso da Suíça, Bélgica, Luxemburgo e França. Encontramos portugueses eleitos em conselhos junto das autarquias locais, como é o caso de Dortmund, na Alemanha.

Conselho das Comunidades sem meios para funcionar

«Há grandes apreensões em relação ao funcionamento do Conselho das Comunidades» - afirmou, ao «Avante!», João Armando, membro da Direcção da Organização da Emigração do PCP, que esteve recentemente na França e Suíça.

A criação do Conselho das Comunidades Portuguesas correspondeu a uma antiga reivindicação dos emigrantes?

João Armando - O Conselho já existiu entre 1981 e 1987, sendo formado na base do movimento associativo que elegia os seus representantes, enquanto que agora é eleito directamente pela comunidade de emigrantes portugueses. Teve um papel bastante reivindicativo, levando ao governo português os problemas dos emigrantes e foi extinto exactamente porque se tornou incómodo para o Governo de Cavaco Silva que o considerava uma estrutura demasiado politizada.

Que dificuldades se levantam o seu funcionamento?

O Conselho foi eleito em Abril do ano passado e a sua primeira reunião realizou-se em Setembro, juntando uma centena de eleitos ao nível mundial. Na reunião mundial, que se realizará de quatro em quatro anos, os conselheiros propuseram a atribuição de uma verba de 500 mil contos para fazer face às despesas de funcionamento. Contudo, o Governo decidiu atribuir uma verba de apenas 29 mil contos e chumbou a proposta do Grupo Parlamentar do PCP de incluir no orçamento de Estado um montante adicional de mais 100 mil contos.

Por isso, neste momento, para além das viagens de deslocação para a reunião mundial em Lisboa, não foram ainda pagas outras despesas, nomeadamente as que estão ligadas com reuniões nos próprios países.

O Conselho está paralisado?

Não. Apesar da falta de meios e com grande esforço dos próprios conselheiros, hoje estão formadas estruturas nos principais países de emigração, estando prevista para o mês de Março a realização de uma reunião que irá formar a secção regional da Europa. Mas uma estrutura deste tipo, dispersa por grandes áreas geográficas, mesmo só ao nível europeu, necessita de meios para funcionar.

Por outro lado, os conselheiros queixam-se de não serem ouvidos. Na reunião de Setembro foi aprovado um conjunto de resoluções sobre os problemas concretos das comunidades e até hoje não há uma informação de algum andamento por parte do Governo que age com se nada tivesse havido.

Recentemente decorreu uma reunião da comissão mista luso-francesa que ignorou simplesmente os conselheiros apesar de a lei obrigar a que sejam consultados.

Frequentemente, o secretário de Estado evita encontrar-se com membros do Conselho alegando dificuldades de agenda.

Pensamos que o Governo português tem reconhecer a importância do Conselho, garantindo a sua autonomia mas também o seu funcionamento. Não basta criar o Conselho, é preciso dar-lhe meios.

Qual é o estado das organizações do Partido na França e na Suíça?

São duas situações diferentes. Neste momento, os comunistas portugueses em França estão conscientes das debilidades e procuraram renovar a organização que tem sido muito atingida pelo regresso a Portugal e pela própria situação social. A Assembleia prevista para o início de Março irá procurar respostas para que o Partido esteja mais apto a intervir junto da comunidade e nas batalhas eleitorais com as do próximo ano legislativas e parlamento europeu.

A Suíça tem uma organização mais recente que mantém há vários anos uma tendência de desenvolvimento e crescimento. Muitos camaradas são dirigentes do movimento associativo e do movimento sindical, participando ainda nas estruturas de estrangeiros das autarquias. Nas reuniões em que estive, houve vários novos recrutamentos e as perspectivas são animadoras.



Defesa Nacional e Forças Armadas

■ Rui Fernandes

Como é conhecido, até por ironia do destino, o Ministério da Defesa tem como titular Veiga Simão.

Não sendo objectivo deste artigo tratar do percurso do ministro, regista-se "o orgulho que tem de ter sido ministro de Marcelo Caetano" (*Expresso* de 30/1).

A ida de Veiga Simão para o Ministério da Defesa traduziu-se, desde logo, na existência de um ministro a tempo inteiro para esta área, coisa que António Vitorino não assegurava.

A mediatização que a figura de Veiga Simão suscita (a tal ironia do destino), aliada à sua experiência publicitária, tem-se vindo a traduzir num conjunto de anúncios. Ele é anúncio sobre a 3ª Lei da Programação Militar; sobre o estudo de que Forças Armadas no ano 2005; sobre questões orçamentais, fixando como perspectiva futura os tectos de 40% para pessoal e 60% para manutenção e funcionamento. Ele é o anúncio do debate sobre a questão do SMO, entretanto desconstitucionalizado no quadro do acordo PS/PSD. Ele foi a indignação de Adriano Moreira para coordenar a instalação da denominada Universidade Militar. Ele foi a aprovação do Conceito Estratégico Militar, dispositivo e sistema de forças. Pôs a rolar o programa de aquisição de novos submarinos e o dos helicópteros para o Exército - BAI.

Veiga Simão parece querer, agora na área da defesa nacional e forças armadas, deixar a sua marca - a reforma Veiga Simão das FA's.

brou ao ministro. Terá o ministro consciência do efeito de tal resposta no seio dos militares?

Sobre a questão do SMO, o ministro não ignora as posições que o PS tem vindo a assumir ao longo dos anos no sentido da profissionalização das FA's. Não ignora que reduzir o número de militares do quadro permanente tem também consequências ao nível do enquadramento dos militares que prestam serviço efectivo normal. Que a contracção já feita ao dispositivo tem igualmente impactos nesta matéria. E não ignora, por fim, os debates já havidos, incluindo o realizado pelo seu antecessor no Instituto de Defesa

Nacional, local para onde Veiga Simão anuncia um novo debate.

A verdade é que, de debate em debate, vão sendo tomadas medidas que dificultam uma solução (manutenção do SMO) e abrem caminho a outra solução (a profissionalização). Bem como deixa-se instalar e ganhar raízes na sociedade portuguesa concepções favoráveis ao fim do SMO. A matéria merece reflexão num amplo debate nacional que não passa somente pela realização do debate no IDN.

Em França, esse debate foi travado há relativamente pouco tempo. Para a promoção desse debate foram incentivadas/desafiadas variadíssimas instituições, além, naturalmente, das que compõem o Estado. Até os militares foram incentivados a participar nesses debates públicos e até a escreverem artigos na imprensa sobre a matéria, de modo a que os cidadãos pudessem sentir e perceber o sentimento dos seus concidadãos militares e, portanto, melhor formularem uma opinião.

pectivas infra-estruturas para o Exército e a aquisição de mais F16 para a Força Aérea.

Estas opções privilegiam, desde logo, áreas das nossas FA's com afectação NATO. Mesmo o programa de aquisição dos submarinos vem agora, através das declarações do Almirante Comandante do CINCIBERLANT Reis Rodrigues, ser relevado como algo que, quando estiver concretizado, vai aumentar a qualidade da nossa participação na STANAVFORLANT.

Pode o ministro falar das missões de interesse público (MIP's) mas as opções até 2003 estão a rolar. A menos que por missões de interesse público Veiga Simão entenda ser pôr os militares a vigiar matas e a apagar fogos, ou pôr os militares da Marinha de sapatilhas nas praias, na época balnear, a fazer serviço de polícia. Pode ser popularucho, mas isto não são MIP's.

Querer tratar das MIP's é encarar medidas que potenciem o Sistema de Autoridade Marítima na sua vertente aeronaval. Com patrulhas capazes de cobrir o espaço marítimo e prestar ajuda aos que nele passam e trabalham. É dotar a Força Aérea de helicópteros com capacidade de desempenho nocturno e com aviões de patrulhamento marítimo. É adquirir vedetas rápidas. É resolver os problemas do pessoal - Polícia Marítima e não só - que opera nessa área. É pensar a vigilância e socorro nas praias como uma matéria que não pode estar à mercê dos concessionários das mesmas. É dotar a Engenharia militar de meios que continuam a ser adquiridos a conta-gotas.

O resto desde sempre as FA's fizeram e bem, quando problemas de calamidade pública o exigiram. A população não esquece.



As questões que se levantam são: Que reformas? Com que coerência? Com que meios? Com que respeito pelos militares e suas legítimas aspirações e direitos? E se essa reforma vai potenciar as vertentes nacionais de defesa ou não?

Ora, muito palavreado não faz política nenhuma e de concreto, até agora, há muito palavreado que, aliás, pode vir a ser fatal, até porque está já a suscitar muitas apreensões e mesmo mau estar.

A fixação de um tecto orçamental em matéria de gastos com o pessoal é política de rolha. Isto é, não está definido que FA's deve Portugal ter e o ministro mete já a rolha dos 40% e, agora, faça-se o fato à medida do tecto orçamental imposto.

Não temos dúvidas, e temo-lo dito sem equívocos, que se impõe um conjunto de medidas que racionalizem esta área no sentido da diminuição do quantitativo, a começar nos oficiais gerais. Mas o que deve determinar a amplitude da redução de efectivos é a definição de que FA's deve Portugal ter e isso deverá ser determinado, entre outros factores, pelo quadro de missões.

O caminho seguido pelo ministro não pode deixar de suscitar fortes apreensões no seio das FA's. E porquê? Porque se é verdade que na Marinha a perspectiva de abate de vários navios, já na ordem do dia, faz pressupor a existência de quantitativos em excesso, já no Exército o panorama é outro. No Exército, os quantitativos nem de perto estão completos.

Por outro lado, o ministro, em recente visita à Marinha, questionado sobre qual o destino a dar aos efectivos que, na sequência de tal medida, terão de deixar as fileiras disse: "há nichos para onde orientar essas pessoas". Esta dos nichos não lembra ao diabo, mas lem-

Tanto quanto é possível alcançar da conversa do ministro Veiga Simão, o figurino que vai ser seguido continuará a ser de rolha.

E qual tem sido a posição do PS relativamente ao associativismo militar senão de rolha? Aliás, uma rolha que bóia mas que de velha já não veda porque o associativismo militar, com carácter socioprofissional, impôs-se como uma realidade incontornável dos dias de hoje.

Disto, verdade seja dita, teve consciência António Vitorino, coisa que Veiga Simão parece não partilhar.

No plano do material, o ministro anunciou que a 3ª Lei de Programação Militar irá contemplar 32,5 milhões de contos/ano em média, ou seja, sensivelmente, 150 milhões para o prazo de vigência da lei.

O ministro anuncia que em Fevereiro lhe será entregue, pelos ramos estudos sobre que Forças Armadas no ano 2005, mas materializa já opções em equipamento que influenciam o sentido dessas tais FA's. Mais, é difícil entender como se farão esses estudos sem uma definição prévia acerca da questão do SMO. A menos que essa definição já exista para consumo interno e faça-se a rábula da mediatização para consumo externo. É esta afirmação um simples juízo de valor? Note-se que, no discurso que Veiga Simão proferiu num almoço promovido pelo American Club, é referida a profissionalização das FA's como um dos elementos da renovação. Afinal em que ficamos?

As verbas anunciadas para a LPM visam, no fundamental, dar corpo a opções já assumidas - aquisição dos submarinos e do navio polivalente logístico para a Marinha, helicópteros para a BAI e res-

Há nesta matéria a suspeita de que Veiga Simão sofra da síndrome Diácono Remédios, o que seria a todos os títulos lamentável.

Por fim, a questão do Conceito Estratégico Militar, dispositivo e sistema de forças que foram aprovados.

A interrogação que desde logo se coloca a quem se depara com a notícia é: o que mudou?, que modificações ocorreram que imponham alterações nesta matéria? Ou então: que alterações pretendem impor tais documentos? Tanto num como no outro caso impõe-se determinar o quadro da situação. Não tendo havido quaisquer alterações nas Grandes Opções do Conceito Estratégico, restam então as alterações profundas que se têm vindo a registar no seio da NATO, tanto no plano dos conceitos como nos planos da estrutura, dispositivo e forças.

Isto é, Veiga Simão mete a rolha na discussão das Grandes Opções e avança de acordo com as reformas da NATO. Enquanto materializa no terreno as opções atlantistas, com o seu acoplamento europeu, prepara a mediatização da discussão das Grandes Opções. É a repetição de um filme já visto!

Estarão, provavelmente, alguns leitores a questionar-se sobre a razão por que aparece tantas vezes a palavra rolha. Não é por mania, nem como forma de realçar o valor dos sobreiros. É que o ministro em entrevista ao *Expresso* do passado dia 31, diz que o PCP é um partido que dá sinais de andar à procura da rolha. Que Veiga Simão é uma rolha que boiou do Governo de Marcelo para o PS e do PS para o Governo de Guterres, é um facto. Quanto ao PCP, tem o seu projecto político que não passa por ser grilo nem por ser uma qualquer rolha que desliza ao sabor da maré. Portanto, em matéria de rolhas, estamos conversados...



RMG Políticas sociais num mar de desigualdades

A explosão das situações de desigualdade, registada entre 1990 e 1995, e as carências do sistema de resposta às populações mais carenciadas são factos que ressaltam no processo de aplicação do rendimento mínimo garantido (RMG).

Questões que assumem uma ainda maior actualidade num momento de balanço oficial, este mês divulgado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Em 1997, o rendimento mínimo garantido abrangeu 115.660 pessoas, correspondendo a 34.711 famílias. A taxa de indeferimentos foi de 37.1 por cento, um valor que ultrapassa o registado na fase de projecto-piloto, de 1 de Julho de 1996 a 1 de Julho de 1997, em que os indeferimentos não ultrapassaram os 34 por cento. Números que se explicariam, essencialmente, pela falta de informação dos candidatos.

Portugal é o penúltimo país da União Europeia a criar o rendimento mínimo. Uma medida, no campo das políticas sociais, que se caracteriza, antes do mais, pela combinação de medidas de redistribuição do rendimento com medidas de inserção activa, visando uma maior justiça distributiva e o combate à exclusão social e definindo, como prioridade, a criação de emprego, seguida da educação e da qualificação das populações. Um iniciativa tanto mais urgente quanto tem vindo a crescer o número de pobres e excluídos, enquanto se alarga o leque das desigualdades.

Distribuição da riqueza

Os dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares, que o Instituto Nacional de Estatística realizou em 1994/95, indicam que existiam então 234.819 agregados familiares com rendimentos inferiores a 20.000 escudos/mês por adulto. Números que correspondem a 7,1% dos agregados, englobando 8,2% da população total.

Valores que reflectem a gravidade da situação e registam uma grande explosão das desigualdades sociais, verificada entre 1990 e 1995.

Uma análise mais detalhada destes valores revela ainda que 50% dos indivíduos com menores rendimentos recebiam, em 1995, apenas 26,8% do Rendimento Líquido Disponível (29% em 1990), enquanto os 10% mais ricos recebiam cerca de 27,6% desse rendimento. Ou seja, os 10% mais ricos recebiam mais do que os 50% de menores rendimentos.

A análise dos resultados do inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em Setembro de 1994 ao Património e Endividamento das Famílias fornece ainda informações comple-

mentares e confirma - quantificando-a - a forte assimetria da distribuição da riqueza no nosso país. Concretamente, os 50% mais ricos dispõem de 94,5% da riqueza, o 1% dos indivíduos mais ricos possuem 16,8 da riqueza e os 0,5% mais ricos 12,9%.

Números que se interligam a outros, em particular da subida do nível de desemprego, cuja taxa passou de 4,1% no início de 1992 para

7,2% no final de 1996.

De referir ainda alguns dados particularmente significativos, mais ainda num momento em que estão em causa sensíveis alterações no sistema de segurança social.

Assim, as despesas com a protecção social em Portugal representavam em 1994 apenas 19,5% do PIB, enquanto no conjunto da Europa dos 12 essa percentagem era então de 28,6%. Por outro lado, os idosos e as pensões de sobrevivência representavam 40,1% dos benefícios da segurança social contra 44,2% no conjunto da Europa dos 12, e os desempregados portugueses recebiam cerca de 5,8% do total dos benefícios (9,2% entre a Europa dos 12).

Velha e nova pobreza

As famílias abrangidas pelo RMG são maioritariamente famílias nucleares com filhos - 41,1% do total. Bastante comum são também as famílias monoparentais femininas, com 20,3% e os isolados, que constituem 16,6% do total das famílias abrangidas. No quadro dos processos deferidos, por faixas etárias, os números mais elevados situam-se entre os 25 e os 34 anos e dos 35 aos 44. Trata-se portanto de uma população relativamente jovem, o que terá também a ver com o facto de esta prestação ser subsidiária em relação à pensão social.

Num estudo entretanto efectuado pelo CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, associado ao ISCTE, sublinha-se que certas categorias sociais são mais vulneráveis do que outras à pobreza e à exclusão social e distinguem-se, fundamentalmente, categorias que geralmente integram a *pobreza tradicional*, "normalmente integrada e conformista", e os fenómenos típicos da *nova pobreza*, "geralmente mais problemática e excluída".

Como categorias sociais mais vulneráveis à primeira situação, referem-se os camponeses da agricultura tradicional, os idosos pensionistas, os trabalhadores mais desqualificados e pior remunerados da agricultura, indústria e serviços, principalmente quando inseridos em sectores informais da economia ou em situação de precariedade dos vínculos laborais.

Quanto às situações de nova pobreza, estão em causa, fundamentalmente, "os desempregados de longa duração e os jovens à procura do primeiro emprego, as famílias monoparentais, os membros das minorias étnicas, os doentes crónicos, pessoas com deficiência, toxicodependentes, alcoólicos, pessoas sem abrigo, «meninos de rua», reclusos e ex-reclusos, «jovens em risco» e pessoas que vivem em situações de marginalidade ou pré-marginalidade".

É nestas categorias sociais que se encontram os potenciais beneficiários do RMG - "aqueles cujos níveis de recursos e rendimentos os colocam nos patamares mais baixos e de maior intensidade da pobreza, de modo que a sua exclusão social é mais intolerável, ao ponto de não poderem, por si sós, construir um projecto de vida em sociedade".

Acordos de inserção - um elo fraco

A implementação de acordos de inserção social surge como um elo fraco nesta primeira fase de aplicação do RMG. Um facto de salientar mais ainda face ao carácter estratégico destes acordos que visam assegurar condições para uma futura autonomia.

Os dados estatísticos entretanto divulgados indicam uma clara predominância da educação, seguida da acção social. Mas uma baixa intervenção dos acordos de inserção na área da Formação Profissional e o encaminhamento de um elevado número de pessoas para os POCs, Programas Ocupacionais de Emprego, solução provisória (em geral serviços como arranjos exteriores ou limpezas) que, a longo prazo, não resolve os problemas de integração destas populações. O estudo da CIES alerta mesmo para que, "dado o carácter transitório e o nível de remuneração deste tipo de Programas, convém que se fique atento à questão dos contornos que pode estar a tomar o mercado social de emprego estimulado pelo RMG".

Um quadro em que ressaltam as carências do sistema de resposta às populações mais carenciadas.

Como pano de fundo desta dramática realidade de exclusão social, uma lógica económica que, em nome da competitividade, do enriquecimento crescente de uma minoria, exclui um número crescente de pessoas, nomeadamente pelo agravamento do desemprego. E, simultaneamente, pretende restringir mais ainda a segurança social (falha também das contribuições que os desempregados não podem dar), argumentando com a sua falência.

Um círculo vicioso que só outra lógica poderá romper.

EM FOCO

13 Formação, trajectória e fim do Império Britânico

■ Manoel de Lencastre



«Portugal já está a arder»

Ao deter-se no exame do período da Guerra do Império em Portugal, Winston Churchill escreveu⁽¹⁾: «Sir Arthur Wellesley retirou de Talavera sem ter sido molestado. Recuando ao longo do curso do Tejo voltou a Portugal. E não só tinha estabelecido a reputação de ser o mais capaz e determinado general inglês como criara nos franceses uma impressão profunda quanto às qualidades de combate do exército britânico. Wellington estava a viver anos decisivos. O seu exército era o único que nos restava na Europa. A sua derrota seria um desastre para a Grã-Bretanha e libertaria muitas tropas francesas que lutariam com Napoleão noutras aventuras. Os franceses tinham feito todos os esforços para lançar ao mar as forças britânicas. Em 1810, estavam a preparar uma nova tentativa. Mas Wellington não seria forçado a uma precipitada evacuação de Portugal. No Inverno anterior, mandara construir três linhas de fortificações à volta de Lisboa, as célebres Linhas de Torres Vedras. Seriam o bastião final da sua defesa. Nelson desaparecera. Pitt desaparecera. Mas na pessoa de Wellington tivemos quem os substituisse.»

Com efeito em carta dirigida a Lord Liverpool⁽²⁾, o generalíssimo dos exércitos anglo-portugueses escreveu: «Quando sairmos de Portugal, desejo fazê-lo pela porta grande (out of the hall door) como um «gentleman» e não pela porta do cavalo (out of the back door).» Nem todos, porém, procedem como ele. Certos oficiais requerem licença para viagens particulares a Inglaterra. Wellington sabe que não regressarão, que apenas desejam fugir da guerra, do terrível conflito, que deixara, como já sabemos, de ser uma romântica aventura, um passeio para aristocratas. Outros, fingem-se doentes. Enviados para os hospitais, aparecem, depois, nos bordéis de Lisboa. O comandante-supremo força-os a juntas médicas que, invariavelmente, os declaram prontos para continuar ao serviço em Portugal. Mas Sherbrook, o tenente-general cuja acção fora decisiva na tomada do Porto, recebe as insígnias da Ordem do Banho com que fora agraciado pelo rei George III.

O regresso a Lisboa, depois das temerárias jornadas vividas em Talavera, fez-se da maneira mais rápida, quase alucinante. Wellington informa o embaixador inglês (Villiers), cuja substituição está iminente, de que partirá a um domingo para chegar na terça-feira; manda que lhe preparem duas ou três carruagens e cinco ou seis cavalos para que o esperem na manhã dessa terça-feira em Pegões – mas exige que o informem na véspera, em Montemor-o-Novo, sobre qual a maré favorável para que no dia seguinte possa embarcar em Aldeia Galega e atravessar o Tejo. Requisita barcos que o aguardem no cais. E mal põe o pé na capital portuguesa escreve para Londres sobre a questão momentosa das finanças do governo português: «No ano de 1809, as despesas militares e civis do governo de Lisboa ascenderam a 14 679 250 dólares. A receita orçamentada é de 8 447 500 dólares, o que origina uma deficiência de 6 231 750 dóla-

res. Os ordenados dos funcionários públicos e judiciais, os juros das dívidas e outros encargos ordinários governamentais não foram pagos senão em parte. A ajuda britânica foi de 500 000 libras, mas a diferença (900 000 libras), Portugal não tem possibilidades de realizá-la. Sou obrigado a notar que os acontecimentos dos últimos anos e a emigração da corte para o Brasil deixaram o país tão empobrecido que os seus habitantes desistiram de pagar os respectivos impostos. As alfândegas, que eram a principal fonte de rendimentos do Estado, acham-se reduzidas a nada desde que o comércio com o Brasil foi transferido de Portugal para a Grã-Bretanha.»

Andam a prender gente em Lisboa. O governo da regência opõe-se a que o povo diga o que sente. Wellington avisa o general Peacocke (governador militar) exigindo que ninguém se meta nas questões que dividem os portugueses. E, sabendo que a nova invasão francesa surgirá da fronteira das Beiras, envia novas instruções ao coronel Wilson que está em serviço junto de forças portuguesas: «Se o inimigo entrar em Portugal vindo de Zarza la Mayor com efectivos a que não seja possível resistir, retire utilizando a estrada de Sarzedas, Sobreira Formosa, Cortiçada e Cardigos. Mande um batalhão da milícia para a estrada de Perdigo e outro para a Estrada Nova. A defesa da Estrada Nova é importante, ou o inimigo cortar-vos-á a retirada em Cardigos. Antes de abandonarem Castelo Branco destruam tudo!»

Wellington tem de prever todas as hipóteses. Sabe que os marechais Ney e Kellermann controlam Zamora, Ávila, Valladolid, Burgos. A 30 de Janeiro, manda que se efectue um reconhecimento completo do território português até Torres Vedras. Exige que seja revista a posição das tropas na zona do Côa, em Castelo Bom, na Ponte de Sequeiros, na Rapoula do Côa, em Alfaiates. E conclui que se os franceses atacarem por aí, o general Cole deverá retirar da área e os «hussards» abandonarão a Guarda e Tranco. Estas forças acolher-se-ão a Celorico convergindo com as tropas da divisão ligeira de Craufurd. Mas o Mondego não seria defendido em Celorico. As tropas continuariam a recuar até Pinhanços, onde se juntariam à divisão comandada por Sherbrook.

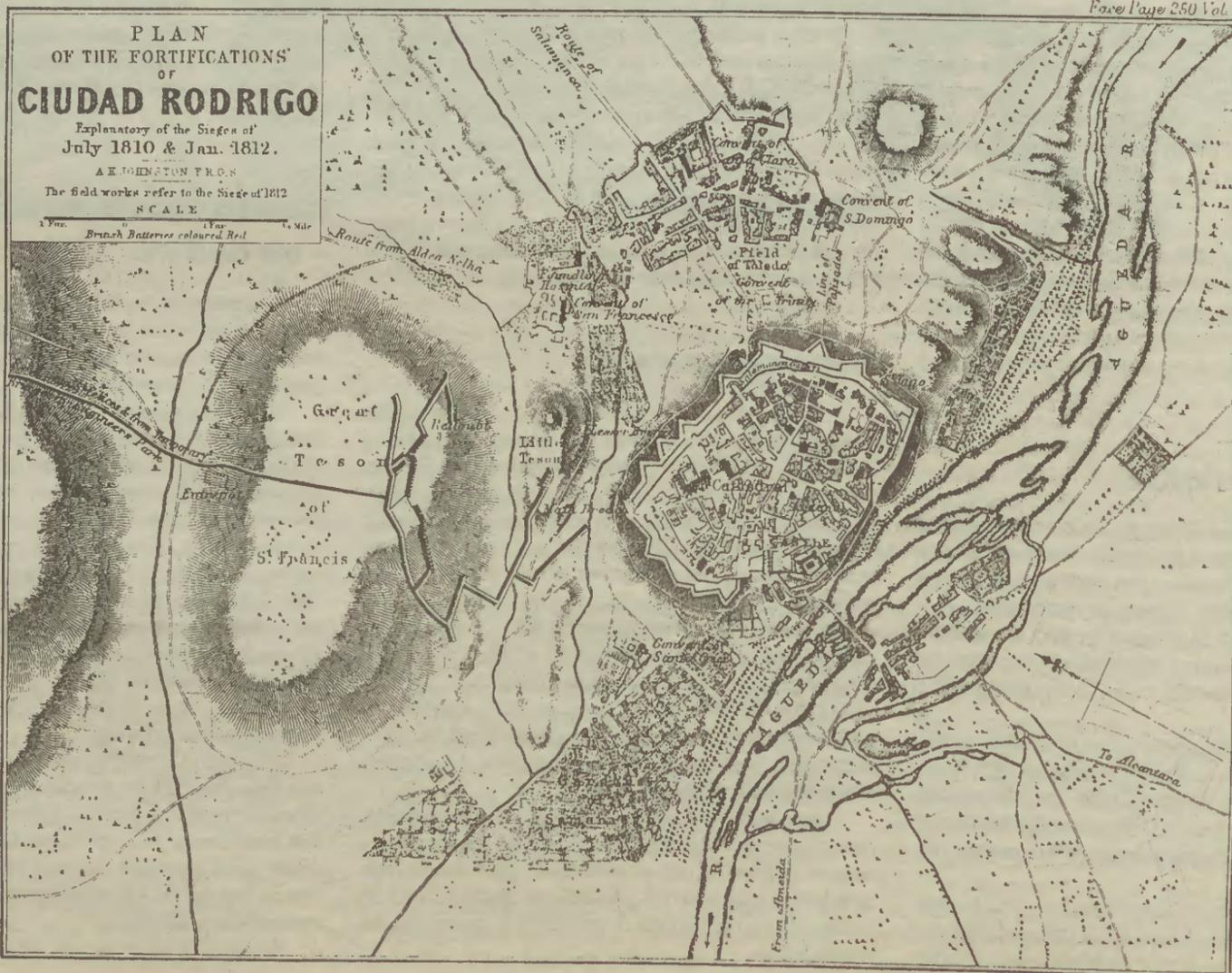
Aos soldados portugueses tudo falta

Entra o ano de 1810. Wellington desloca-se a Tomar a fim de inspeccionar as tropas portuguesas. Dá ordens para que a nova incorporação que assentara praça nas Beiras seja feita apresentar em Abrantes em vez de entregue ao general Bacelar em Viseu. A 4 de Janeiro já tinha inspeccionado 15 regimentos portugueses. E, noutra carta a Lord Liverpool, escreve: «Tenho grande prazer em informar que o progresso e a disciplina das tropas portuguesas é considerável. Alguns dos regimentos, achei-os em boa ordem e não tenho dúvidas de que cumprirão bem perante o país. Mas, individualmente, aos homens falta tudo: vestuário, artigos de uso pessoal, tudo aquilo que as necessidades básicas de um soldado exige para que se mantenha de saúde.»

«Destruam tudo! Queimem tudo!»

Nesse mesmo dia, em Viseu, volta a escrever a Lord Liverpool: «Apesar dos esforços dos oficiais, a conduta dos soldados é simplesmente infame. Quando saídos dos hospitais, não há indecência que não cometam. Nunca se transportou dinheiro neste exército sem que não fosse o cofre arrombado e roubado o seu conteúdo. Tudo o que

é vendável, os nossos soldados roubam. Neste momento, tenho três Conselhos de Guerra ocupados com o julgamento de crimes de assassinio de quatro portugueses, assaltos vários, roubos, ataques a transportes.» Entretanto, as fortificações de Torres Vedras começam a ganhar forma. As instruções de Wellington aos comandantes, no momento em que parte para inspeccionar os trabalhos, já fazem luz quanto à estratégia do exército quando se verificar o esperado choque com as forças da terceira invasão napoleónica. Assim, colocado na Ponte de Mucela e ocupando o cabeço da Moita como posto avançado, Sherbrook expedirá ordens às tropas portuguesas da região de Coimbra para que ocupem os pequenos povos à retaguarda da serra do Sabugal. O general Blunt, posicionado na Figueira da Foz, conduzirá a sua brigada para Coimbra e, de aí, para a Mealhada.



Ocupará a zona de ligação entre a Mealhada e a Mortágua perto do convento do Buçaco. Os destacamentos portugueses da zona de Leiria marcharão também para a Ponte de Mucela e a artilharia correspondente seguirá de Condeixa. O general Bacelar dirigirá a navegação de barcas no Mondego para a Foz do Alva. Todas as pontes da zona, Ponte Nova, entre Fornos e Junça, a ponte de Cabra e a de Palheiros, perto de Vila Franca, a ponte de Fiães, perto do Carvalhal, devem ser inutilizados. Bacelar recebe ordens para destruir, também, a ponte de Fail e a de Alpedrinha, e, sobre o rio Asno, a de Ferreirós.

Então, na qualidade de marechal-general de todas as forças militares em Portugal e, apesar da oposição de certos círculos influentes a que os ingleses chamavam «fidalgos», Wellington decidiu mobilizar a população portuguesa. Numa histórica proclamação ao nosso país, ordenou a todos os portugueses residentes nas zonas por onde se esperava que passasse o exército francês da terceira invasão, que abandonassem as suas terras e fugissem para Lisboa – que destruísem tudo o que não lhes fosse possível transportar; que incendiassem tudo o que tivesse de ser abandonado; arrasassem moinhos, dispersassem o gado, abatessem pontes, pusessem Portugal a arder num fogo imenso onde a soldadesca napoleónica apenas encontrasse aldeias vazias, terra queimada, água envenenada nos poços.

José Gregório na guerra do império

Portugal está em pé de guerra. É a guerra de um povo antigo que não deseja viver como servo dos estrangeiros. Mas é a guerra desesperada do Império britânico pelo domínio do mundo. É a guerra dos negreiros de Liverpool e Bristol dos Barings e Rothschilds, dos industriais do Lancashire, do Yorkshire e de Birmingham, dos magnatas coloniais do Café dos Lloyd's e dos «brokers»⁽¹⁾ dos caminhos-de-ferro que vão começar a estender-se a todos os países. Eis uma guerra que tem de resolver-se em sítios obscuros e desconhecidos, em Portugal. O quartel-general das forças anglo-portuguesas, de momento, está num desses lugares – Alverca. Eis uma guerra cujo momento supremo se aproxima. Massena, o herói de Zurique, vai assaltar Portugal. De Espanha chegam más notícias. O general Don Andrés Herrasti, governador de Ciudad Rodrigo, apela ansiosamente a que o ajudem a salvar a gloriosa praça forte: «Venir luego! Luego, luego, a socorrer esta plaza!» Mas o Império, como sempre, prefere esquecer as súplicas dos mais fracos.

Como sabemos, Napoleão colocara o exército que invadiria Portugal (L'Armée du Portugal) sob o comando de Massena, águia grande da Legião de Honra. Com o célebre marechal-general, viriam o 2º corpo de exército comandado por Rainier, o 6º, chefiado por Ney que fora o herói de Iena, Lylau, Friedland, e o 8º que o já bem conhecido Junot comandava. Viriam pela Beira e deixariam à sua retaguarda uma impressionante máquina militar que se ocupava do sufocamento do povo espanhol e cuja presença no país vizinho incutiria estabilidade e confiança.

É do seguinte teor a Ordem do Dia do quartel-general francês em Valladolid: «O 2º, o 6º e o 8º corpos de exército são informados de que o marechal Massena, duque de Rivoli, príncipe de Essling, foi nomeado, por Decreto Imperial, comandante em chefe do «Exército de Portugal». O príncipe assume, igualmente, o comando das províncias do Norte de Espanha, a saber: Castela-a-Velha, Soria, Santander, Astúrias, Lião, Valladolid, Palencia, Toro, Zamora, Salamanca e Ávila. Os generais Mrrion e Ebré são nomeados Chefe de Estado Maior e comandante da arma de artilharia do exército. O quartel-general do marechal príncipe de Essling fica estabelecido, provisoriamente, em Valladolid. Assinado o Chefe do Estado-Maior-General, Fririon, general de divisão.»

Nesta altura, já Wellington se preparava para oferecer 20 dólares a cada soldado francês que desertasse – a cada dólar, ao câmbio da época, valia cinco xelins. Quando o quartel-general de Wellington vai para Celorico, as tropas de Ney apertam o cerco a Ciudad Rodrigo. Torna-se notada a fria indiferença dos ingleses. Registam-se movimentos de consideráveis contingentes de tropas anglo-portuguesas. A rapidez nas comunicações tem-se como factor essencial. É por isso que o correio português, José Gregório, se vê objecto de furiosas reclamações do novo embaixador inglês, Charles Stuart, e do próprio Wellington.

Saía de Viseu às 4.30 da tarde de quinta-feira, 19 de Abril de 1810, e não chegou a Coimbra – 13 léguas distante – senão no dia seguinte, às 3.30 da tarde, onde Beresford não o demorou um só minuto. Gregório era portador do correio de Wellington para Londres. Com a hora de saída marcada no passaporte pelo próprio Beresford, era esperado em Lisboa, a 33 léguas de distância, às 9.30 da noite de sábado porque o paquete que levaria o correio sairia da capital portuguesa com a maré favorável da manhã de domingo, dia 22. O correio imperial não podia sofrer atrasos. Pobre José Gregório! Também ele, nas suas corridas em vertiginosas cavalgadas através do Portugal perplexo e mergulhado no terror da guerra, ajudou a consolidar e a fazer progredir a causa do Império britânico.

(1) «Uma História dos Povos de Língua Inglesa». Vol. 3.

(2) Robert Banks Jenkinson, secretário de Estado da Guerra e das Colónias e primeiro-ministro a partir de 1812.

(3) Agentes, intermediários que estudavam a hipótese da abertura de caminhos-de-ferro na Índia, nos Estados Unidos, no Canadá e nos países europeus.

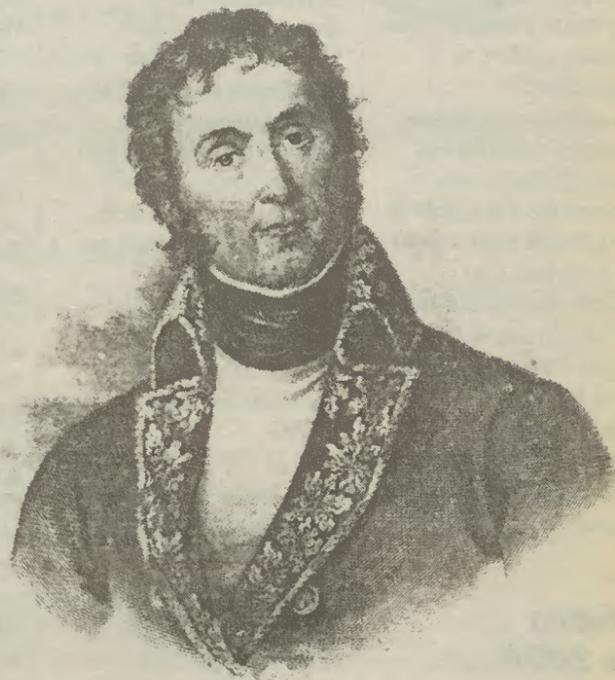
Proclamação do marechal-general André Massena

príncipe de Esslin, duque de Rivoli, dirigida de Ciudad Rodrigo ao povo português, a 1 de Agosto de 1810

«Portugueses! Os exércitos do Grande Napoleão encontram-se junto às vossas fronteiras e entrarão no vosso território como amigos e não como conquistadores. Não vêm para vos fazer a guerra, mas para combater aqueles que vos empurram para que a façais vós. Portugueses! Abri os olhos aos vossos próprios interesses. Que fizesteis à Inglaterra para que tenhais de sofrer a presença dos seus soldados no vosso território? Ela destruiu as vossas fábricas, arruinou o vosso comércio, paralisou a vossa indústria com a única finalidade de vos vender os produtos do seu fabrico, tornando-vos, assim, tributários dos seus interesses. E o que faz ela, hoje, para que vos abraceis à causa injusta que tem feito levantarem-se contra si todas as potências do mundo? Engana-vos quanto aos resultados de uma campanha na qual nada deseja arriscar. Das vossas baionetas faz a sua força como se o vosso sangue não contasse para nada. Coloca-se em posição de abandonar-vos sempre que isso lhe sirva os interesses sem ter em conta os prejuízos de aí resultantes para vós. E para alimentar a sua insaciável ambição, puxando ao extremo o limite das vossas infelicidades, envia a marinha de guerra para os vossos portos com vista a transportar para as suas colónias aqueles dos vossos filhos que, porventura, tenham escapado dos perigos a que os expôs no continente. Não vos diz uma palavra sobre a conduta do seu exército diante de Ciudad Rodrigo. Que poderéis esperar de aliados tais? Não encorajaram eles a guarnição e os infelizes habitantes da cidade com tantas promessas enganosas? Dispararam eles uma só bala em seu socorro? Mais recentemente, ainda: colocaram eles alguns dos seus em Almeida, além de um simples governador encarregado de vos comprometer num sistema de defesa tão mal organizado como o de Ciudad Rodrigo? Não vos ultrajaram já, suficientemente, considerando o valor de um inglês com o equivalente ao de seis mil dos vossos?»

«Portugueses! Não vos deixeis abusar mais! O possante soberano cujas leis, cuja força e génio tantos povos abençoam, vai assegurar a vossa prosperidade. Colocai-vos sob a sua protecção, acolhei como amigos os seus soldados e achareis segurança para as vossas pessoas e para os vossos bens. As desgraças que resultam da guerra são já vossas conhecidas. Sabeis que essas desgraças vos ameaçam

de novo em tudo o que vos é caro, os vossos filhos, os vossos pais, os vossos amigos, os vossos bens, a vossa própria existência política e pessoal. Tomai, pois, uma decisão que vos traga as vantagens da paz. Mantei-vos tranquilos nas vossas casas. Entregai-vos aos vossos trabalhos e não olheis como inimigos senão aqueles que vos aconselham a fazer a guerra em que todas as possibilidades se desenham contra o bem do vosso país.»



Mensagem de Sir Arthur Wellesley (Wellington)

dirigida ao povo português no dia 4 de Agosto de 1810

«O tempo em que o inimigo ocupou Portugal deu à nação portuguesa, felizmente, a experiência daquilo que tem a esperar dos franceses. O povo manteve-se nas suas aldeias confiante nas promessas do inimigo e acreditando, mas sem razão, em que conseguiria manter as suas tradições, os seus bens seriam respeitados, as mulheres salvas na sua honra, as suas vidas seriam poupadas, se tratasse os adversários do seu país de maneira amigável. Vãs esperanças!

«O povo dedicado dessas aldeias sofreu todas as indignidades que o inimigo podia infligir-lhe.

Saquearam-lhe as terras, queimaram-lhe as casas e o mobiliário, ultrajaram-lhe as mulheres. E os infelizes cuja idade ou sexo não tentaram a violência brutal dos soldados, tornaram-se vítimas da sua imprudência ao confiarem em promessas feitas já com o intuito de as violarem. Os portugueses compreendem, portanto, que a única solução para as novas vinganças de que se acham ameaçados, é a mais determinada resistência. Resistência, e a decisão de tornar o avanço do inimigo através do seu país tão difícil quanto possível, colocando-lhe fora do alcance tudo o que tenha valor e possa contribuir para a sua subsistência; frustrar o seu progresso – eis as únicas respostas certas para os males que os ameaçam. «O exército sob o meu comando tentará proteger a mais larga proporção possível do país. Mas torna-se óbvio que o povo só poderá conseguir salvar-se e aos seus bens se resistir ao inimigo e levar para longe esses bens. Contudo, os meus deveres para com SA Real o Príncipe Regente e para com a nação portuguesa obrigam-me a utilizar todo o poder e toda a autoridade à minha disposição para obrigar os fracos e os indolentes a diligenciarem salvar-se a si mesmos do perigo que os espera e a, simultaneamente, salvarem o seu país.

Declaro, desde já, que todos os magistrados ou pessoas de autoridade que permaneçam nas aldeias e vilas depois de receberem ordens militares para ao abandonarem, e que todas as pessoas, sejam quem for, que se mantenham em comunicação com o inimigo ou de qualquer forma o ajudarem serão consideradas traidoras ao Estado, serão julgadas e, consequentemente, punidas.»



Mobil Portuguesa passa a «ibérica»

Com o objectivo confesso de dar mais um passo na «integração ibérica da gestão da companhia», a multinacional Mobil decidiu nomear o espanhol Eládio Martínez Hurtado para presidente da Mobil Portuguesa, sendo o próprio a dar-se ao trabalho de «dourar a pílula» de mais esta sujeição aos interesses espanhóis e multinacionais. «Não há razão para a Mobil ser gerida a partir de Espanha» e «a filial portuguesa é uma das mais importantes da Mobil na Europa», disse ele. Sendo assim (e confirmam-no as operações em Portugal do consórcio BP/Mobil, com um valor acima dos 178 milhões de contos), por que razão se foi ao país vizinho buscar um presidente para tão importante filial? Não havia nenhum português competente? E o governo do PS, não tem nada a dizer sobre o assunto? Pelos vistos, não: no país do executivo de Guterres, quem tem a palavra é o capitalismo internacional.

A lógica dos 200?!...

Um curioso Despacho, com o número 200 e assinado já este ano pelo ministro da Economia, Pina Moura, saiu em recente

PONTOS CARDEAIS

Diário da República (5.1.98) determinando o seguinte: «Ao abrigo do disposto (...) determino que (...) seja requisitado ao Partido Socialista, para o exercício de funções de motorista no meu Gabinete, Dinis Alberto Nogueira Rodrigues. Ao requisitado será atribuído um estatuto remuneratório correspondente ao vencimento de motorista de ligeiros de índice 220, com os restantes abonos inerentes ao desempenho das referidas funções.» Para já e nestas «cotações», o Despacho 200 abre com o «índice 220». A coisa está a espalhar-se pelo PS. Logo no seu primeiro mandato como presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas contratou tantos assessores que a autarquia passou a ser conhecida pela «loja dos 300». Pelos vistos, Pina Moura abriu agora «a loja dos 200»...

«Imunes»?!...

Em conferência de Imprensa, o ministro das Finanças, Sousa Franco, considerou que Portugal está «imune» às consequências directas da crise económica que alastra pelos países da Ásia, as quais, segundo ele, serão

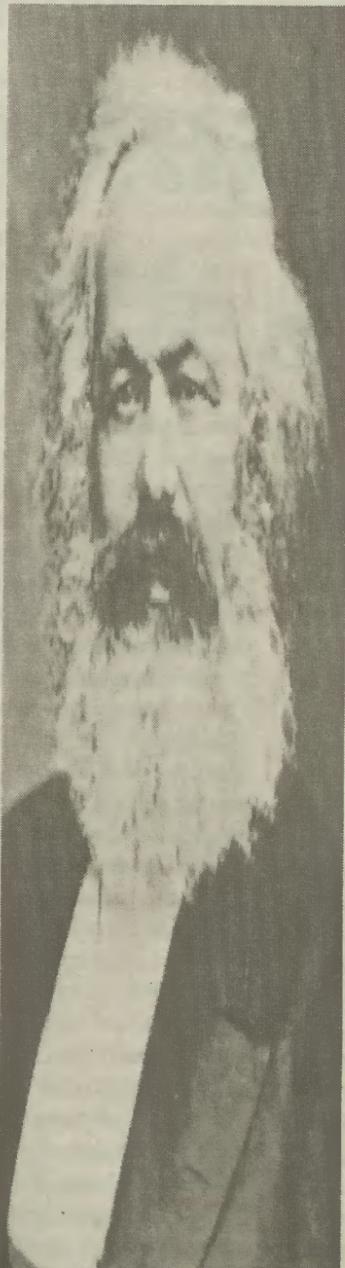
«negligenciáveis» e, até, «desprezíveis». Razões para tanta imunidade: as relações comerciais entre Portugal e aquela zona do mundo são reduzidas. Dando de barato tanta confiança sobre as consequências «directas», resta questionar o Sr. Ministro por que não falou nas «indirectas», as tais que, afectando os países de que dependemos, nos hão-de cair em cima com elevação ao cubo. Será que já não percebe de Finanças?

O monólogo de Carrilho

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, deslocou-se ao Centro Cultural de Belém para anunciar o reforço de um milhão de contos para as artes e o espectáculo. O pior é que dois actores da Companhia Teatral do Chiado resolveram aproveitar a ocasião para acusar, cara a cara, o Ministério de tratar o teatro como «uma coisa menor», o que levou à tentativa, por parte da segurança, de os expulsar à força. Como os actores não se intimidassem, quem saiu foi o ministro e só voltou quando os «perturbadores» saíram. Como se vê, neste Governo o «diálogo» já passou, assumidamente, ao monólogo.

PONTOS NATURAIS

Manifestamente Actual



Aniversário

O Manifesto fez anos na semana passada.

Depois dele já nada foi igual o futuro mandara o sinal.

Sabedoria

A Siemens mudou a fábrica que tinha cá para outro país onde os salários ainda são mais baixos.

Dizia o Manifesto: «Proletários de todos os países uni-vos!».

Aqui, o importante é aquele «de todos os países».

Não era ainda o tempo da «mundialização da economia», mas ir além da hora é que é sabedoria.

O Trabalho

«A riqueza vem toda do trabalho», dizia o Manifesto.

Era verdade. E continua a ser uma verdade inteira.

Pelo menos ninguém até hoje encontrou outra maneira.

Pois Não

«A exploração do homem pelo homem não é a solução» (dizia o Manifesto).

Hoje, nós repetimos: pois não.

Tal qual. O resto é o resto.

A Felicidade

E disse o Manifesto: «A felicidade não cai do céu.»

Há que lutar por ela de hora a hora

Mais do que nunca nós (o trabalho o salário o voto) sabemos isso agora.

Coração

O Manifesto não foi só uma análise dos dados objectivos: ele é o próprio coração da esperança batendo ao ritmo do nosso coração.

Que não cansa. Não cansa.

A paz.

A alegria.

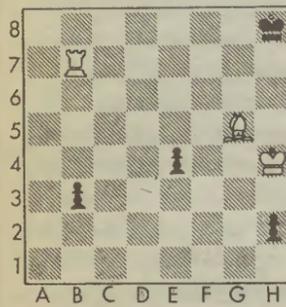
O pão.

Mário Castro

XADREZ

DCXLIV - 12 DE FEVEREIRO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X07
Por: HENRI GERARD MARIE WEE-
NINK - NL - 1919

Pr.: [4]: Ps. b3, e4, h2 - Rh8
Br.: [3]: Bg5 - Tb7 - Rh4



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X07 [H.G.M.W.]

1. Rh5!, h1=D; 2. Rg6, Dh2; 3. Td7, Db8;
4. Bf6+, Rg8; 5. Tg7+, Rf8; 6. Be7+, Re8;
7. Tg8+ e ganha.

A. de M. M.

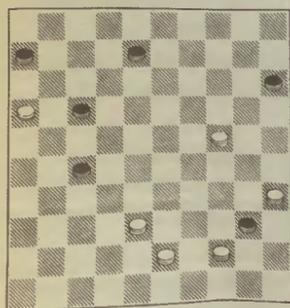
DAMAS

DCXLIV - 12 DE FEVEREIRO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D07

Por: MAURICE NICOLAS
L'Effort n.º 1, Julho 1948

Pr.: [6]: 6-8-15-17-27-40

Br.: [6]: 16-24-35-38-43-44



Branças jogam e ganham

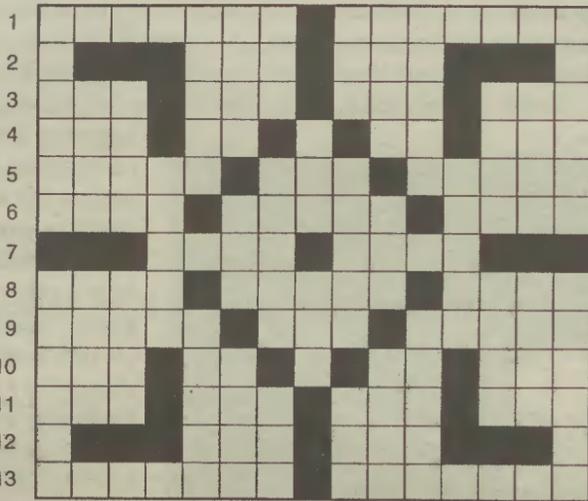
SOLUÇÕES DO Nº 1998D07 [M. N.]

1. 35-30; 2. 38-32; 3. 40-35; 4. 3-17!
3. 32X3=D. (20-25); 4. 3-17!
+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Antigo sacerdote romano; carne da parte lateral do focinho das reses. 2 - Observar; remoinho de água (prov.) 3 - Óxido de cálcio; rochedos (bras.); pancada (interj.); intima. 4 - Gemido (bras.); rio costeiro de França; divindade solar dos antigos egípcios; textualmente. 5 - Descaramentos (pop); soberano persa (pl.); unidade das medidas de capacidade, equivalente ao decímetro cúbico. 6 - Lavrar; lugar aprazível (fig.); filtrar. 7 - Prova automobilística; enxuto. 8 - Cada uma das nove divindades que, segundo a mitologia romana, presidem às letras, ciências e artes liberais; combinar; engenho para tirar água. 9 - Advertência; aqui está; simples (pl.). 10 - Enfermidade; Bário (s. q.); principal rio de Itália; cinge com nó. 11 - Guarneço de asas; letra grega; ilha inglesa no mar da Irlanda; ribeira portuguesa. 12 - Ilha do arquipélago de Cabo Verde; flanco. 13 - Usara demasiado; invólucro filamentosso construído pela larva dos bichos-da-seda e de outros insectos (pl.).

VERTICAIS: 1 - Ponto brilhante da superfície lunar que corresponde a um cume iluminado no hemisfério obscurecido; sugara o leite materno. 2 - Formar em alas; bagos da videira. 3 - Lugar onde se arremata o peixe à chegada dos barcos de pesca; armazém de cereais. 4 - Penhor. 5 - Atendes ao balcão; gorda. 6 - Aparelho de pesca de arrastar para terra; carta ou documento escrito numa só folha; amarrar. 7 - Discursa; espécie de manta com que as mulheres agasalham os ombros e o tronco; eleva. 8 - Parte larga e chata do remo (pl.); três romanos. 9 - Embocadura de um rio; impostos; nome escocês. 10 - Em forma de asa; criatura; parte do boné que serve de anteparo aos olhos. 11 - Pequeno povoado; boneca de trapos (pl.). 12 - Imagem pintada da Virgem, dos santos e anjos ou cenas bíblicas, usada principalmente nas igrejas orientais ou nas igrejas ortodoxas. 13 - Pron. dem. para este objecto; rezas. 14 - Espreita; mamífero roedor. 15 - Tabuinhas provida de bolas usada para calcular (pl.); planta vivaz e medicinal (pl.).

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Fábula; faceta. 2 - Verr. ola. 3 - Cal; lat; zas; ina. 4 - Ulo; Aa; Rá; sic. 5 - Latal; xás; hitro. 6 - Arar. odás; coas. 7 - Rall; seco. 8 - Musar; alhar; noar. 9 - Avo; cis; mers. 10 - Mal; Ba; Po; ala. 11 - Aso; eta; Man; Sor. 12 - Sal; ala. 13 - Abusa- ra; casulos.
VERTICAIS: 1 - Facula; mamaria. 2 - Alar; uvas. 3 - Lotar; silo. 4 - Arras. 5 - Avias; socr. pda. 11 - Casal; monas. 12 - Icone. 13 - Icone. 14 - Mira; rato. 15 - Abacos; asa- ros.

AGENDA



Nos 67 anos do «Avante!»

LISBOA

*Jantar comemorativo
promovido pelo Sector da Saúde
com o camarada, Sérgio Vilarigues
Sexta-feira, dia 13, às 20h, no CT Dq. Loulé
(Inscrições: CT Vitória/M^a Otília - Tel. 3562715;
CT Dq. Loulé/Carlos Santos - Tel. 3148023)*

Sessão-convívio em SETÚBAL

*com Leandro Martins,
Chefe de Redacção do «Avante!»
Hoje, quinta-feira, às 21h, no Edifício Arrábida*

Sessão-festa em APELAÇÃO

*com Domingos Mealha,
Redactor do «Avante!»
Sábado, 14, às 15h, no Centro de Trabalho*

PCP Reuniões e plenários

• Concelho de SINTRA

Reunião Plenária do Organismo de Empresas: quarta-feira, 18, às 21h30, no CT do Cacém

Casal de Cambra - Plenário de militantes da Freguesia: sexta-feira, dia 13, às 21h30, na garagem do camarada Garcia, em Vale de Cambra.

Massamá - Plenário de militantes da Freguesia: sexta-feira, dia 13, às 21h30, na delegação da Junta de Freguesia, com a participação do camarada Jorge Cordeiro.

Montelavar - Plenário de militantes da Freguesia: sábado, dia 14, às 21h30, no Centro de Trabalho local.

Sta. Maria e S. Miguel e S. Martinho - Plenário de militantes da Freguesia: sexta-feira, dia 13, às 21h30, no CT de Sintra.



• Concelho da AMADORA

Mina - Plenário de militantes da Freguesia da Mina: sábado, dia 14, às 15h, no Centro de Trabalho da Amadora.

• Concelho de ALMADA

Lisnave-Gestnave - Plenário da célula para discutir: 1) O papel da célula da Empresa e sua ligação à classe operária e a todos os trabalhadores; 2) Situação na Empresa e reivindicações 1998. Sábado, dia 14, às 15h, no Centro de Trabalho de Almada.

• Concelho de VILA FRANCA DE XIRA

Célula da OGMA - Plenário de militantes: quinta-feira, 12, às 17h30, no CT de Alverca do Ribatejo.

S. DOMINGOS DE RANA

*Almoço-convívio
e plenário de militantes e simpatizantes
Dia 15, às 13h, no CT de Tires*

VILA REAL

*Autonomia da gestão escolar
e regime disciplinar*

- conferência-debate com a participação de José Calçada (Inspector do Ministério da Educação e Deputado do PCP) e de Mário Soares (Pres. do Sind. Professores do Norte e do SN da FENPROF)
Segunda-feira, dia 16, às 12h30, no Centro Cultural de Vila Real

JCP Porto ... reflectindo

*no Dia dos Namorados...
debate-se
«A GRAVIDEZ PRECOCE»
com Margarida Serra, médica, Sandra Benfica,
da DN da JCP, e um representante da APF
Sábado, 14, às 15h, no CT da Boavista*



SETÚBAL

*Associação de Amizade Portugal-Cuba
Comemoração da Revolução Cubana
ALMOÇO*

*Domingo, 15, às 13h
na Cooperativa do Faralhão «Bem-vinda a Liberdade»
com a participação de
Gen. Vasco Gonçalves
Almirante Rosa Coutinho
Major Duran Clemente
Ruben de Carvalho
e de Eduardo Vidal Chirico e Tânia Diego,
Secretários da Embaixada de Cuba*

ANIMAÇÃO CULTURAL - BAR CUBANO

Em Vila Franca de Xira

*a Comissão de Freguesia do PCP
organiza um
Serviço de Almoços
todos os Domingos
no Centro de Trabalho*

Aparece!

*As marcações devem ser feitas até às
19 h. de cada Sexta-feira*

*** * ***

*Com. Concelhia de V. F. Xira
Excursão à Serra da Estrela*

28 de Fevereiro / 1 de Março

Viagem - 3.500\$00

Quarto Duplo - 3.500\$00

Inscrições nos CTs do Concelho

Sector da Saúde da ORL

ALMOÇO-CONVÍVIO

*14 Fevereiro - Sábado
13.00 h. - Vitória Espaço Cultural*

com a participação do camarada

JERÓNIMO DE SOUSA

*Membro da Comissão Política do CC do PCP
(seguido de debate sobre questões
da política de saúde)*

Ementa: Entrada

*Bacalhau com Natas
ou Borrego Estufado
Doce ou fruta*

Preço: 1500\$00

*Inscribe-te no CT Vitória,
directamente ou através do telefone 356 27 15,
até 12 Fevereiro, indicando o prato pretendido.*

TELEVISÃO

Quinta, 12

- RTP 1
08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.25 Consultório
14.50 Coração Selvagem
16.40 Concurso 1, 2, 3
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 A Grande Aposta
22.30 Maria Elisa
00.10 24 Horas
01.00 Musical: «Bryan Adams»
02.00 Jogos Olímpicos de Inverno

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.55 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2
22.30 Unidos pela Guerra
23.25 Falatório
00.20 Joana d'Arc, a Donzela: As Batalhas
(de Jacques Rivette, Fr./1993, com Sandrine Bonaire, Olivier Cruvellier, André Marcon, Didier Sauvegrain, Ver Destaque)
03.00 Magacine

- SIC
09.10 Bueréré
10.30 Vida de Casal

Sexta, 13

- RTP 1
08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.10 Os Andrades
15.55 Coração Selvagem
17.35 Todos ao Palco
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Boavista-Sporting
23.00 A Grande Aposta
24.00 24 Horas
00.50 Força Brutal
(de William Mesa, EUA/1995, com Brigette Nielsen, Richard Moll, John Brennan, Acção / Ficção Científica)
02.35 Jogos Olímpicos de Inverno

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 O. J. Simpson Beating the Rap
23.25 Falatório
00.20 Joana d'Arc, a Donzela: As Prisões
(de Jacques Rivette, Fr./1993, com Sandrine Bonaire, André Marcon, Bruno Wolkowitch, Stéphane Boucher, Ver Destaque)
03.15 O Cerco dos Vampiros

- SIC
09.10 Bueréré
10.30 Vida de Casal

Sábado, 14

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.25 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.50 A História de Nikita
15.45 Conan, O Guerreiro
16.45 Amor Fraternal
17.55 Futebol: Guimarães-Braga
20.00 Telejornal
20.45 Expo' 98
21.25 Jet 7
22.00 Há Horas Felizes
23.45 Serviço de Urgência
00.35 24 Horas
01.15 Italianos
(de Maurizio Ponzi, It./1996, com Giulio Scarpati, Ivano Marescotti, Giuliana De Sio, Maria Grazia Cucinotta, Drama)
03.00 Jogos Olímpicos de Inverno

- RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.15 Música do Séc. XX
13.05 Sem Limites
13.30 Dinheiro Vivo

- SIC
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Onda Curta
(Tortoise Beats Hare - Filme de Tex Avery, EUA/1941; A Culpa - Filme de Karel Prokop, Fr./1994; A Última Mulher do Barba-Azul - Filme de Alexander Boubnov, Uer./Fr./1996; Vento - Filme de Marcell Iványi, Hun./1996; Curtas-Metragens)
19.30 2001
20.10 Jogo do Alfabeto
21.00 Semana ao Sábado
21.45 O Lugar da História
22.40 Noites de Lua Cheia
(de Eric Rohmer, Fr./1984, com Pascale Ogier, Tchéky Karyo, Fabrice Luchini, Ver Destaque)
00.35 Sinais do Tempo
01.25 Sexo a Sério

Domingo, 15

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
16.00 Os Andrades
16.35 A Grande Aventura de Pee-Wee
(de Tim Burton, EUA/1985, com Paul Reubens, Mark Holton, Elizabeth Daily, Ver Destaque)
18.15 Casa Cheia
18.50 Riscos
20.00 Telejornal
20.55 Reis do Estúdio
22.20 A Grande Aposta
23.15 Domingo Desportivo
01.05 24 Horas
01.45 Nos Limites do Terror
02.40 Jogos Olímpicos de Inverno

- RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 NASA - Um Salto de Gigante
12.10 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.05 O Povo das Ilhas
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.05 Chá Forte com Limão
(de António de Macedo, Port./Fr./1993, com Eugénia Bettencourt, Isabel de Castro, Jean-Pierre Cassel, Carlos Daniel, Ver Destaque)
19.55 Bombordo
20.25 Artes e Letras - «Estúdio Um - Memórias do Teatro» (III)
21.20 As Aventuras de Moll Flanders
22.15 Horizontes da Memória
22.45 Ópera: «Le Comte Ory», de Rossini
00.30 Vidas do Século - «Tito»

- SIC
08.30 Bueréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.10 Viper
15.10 Os Imortais
16.00 Gente Vulgar
(de Robert Redford, EUA/1980, com Donald Sutherland, Timothy Hutton, Mary Tyler Moore, Judd Hirsch, Ver Destaque)
18.00 Desporto
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Salsa e Merengue
23.10 A Fúria da Razão
(de Don Siegel, EUA/1971, com Clint Eastwood, Harry Guardino, Reni Santoni, Andy Robinson, Policial)
01.15 Último Jornal
01.40 Gémeos

Segunda, 16

- RTP 1
08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.35 Nieo d'Obra
16.10 Coração Selvagem
17.35 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Não Há Duas sem Três
21.35 A Grande Aposta
22.30 Concurso 1, 2, 3
00.45 24 Horas
01.35 Mundial de Futebol / França 98
02.10 Jogos Olímpicos de Inverno

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 3º Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.30 O Último Golpe
22.40 Texasville
(de Peter Bogdanovich, EUA/1990, com Jeff Bridges, Cybill Shepherd, Annie Potts, Timothy Bottoms, Cloris Leachman, Ver Destaque)
00.45 Falatório
01.40 O Crítico

- SIC
09.10 Bueréré
10.30 Conversas Secretas
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Bueréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Médico de Família
23.00 Cópia Mortal
(de Jon Amiel, EUA/1995, com Sigourney Weaver, Holly Hunter, Dermot Mulroney, Harry Connick, Jr, Ver Destaque)
01.00 Último Jornal
01.25 O Anel
02.45 Vibrações

Terça, 17

- RTP 1
08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.20 As Lições do Tonecas
16.00 Coração Selvagem
17.30 Made in Portugal
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Solteiros
20.45 Cais do Oriente
21.00 Solteiros
21.40 A Grande Aposta
22.40 Herman Enciclopédia
23.50 Millennium
00.50 24 Horas
01.40 Jogos Olímpicos de Inverno
02.15 Magacine

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.35 3º Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.40 Iniciação Carnal
(de Mike Nichols, EUA/1971, com Jack Nicholson, Candice Bergen, Art Garfunkel, Ann-Margret, Drama)
00.15 Falatório
01.10 Duckman, o Trapalhão

- SIC
09.10 Bueréré
10.30 Conversas Secretas
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Bueréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Médico de Família
23.00 Cópia Mortal
(de Jon Amiel, EUA/1995, com Sigourney Weaver, Holly Hunter, Dermot Mulroney, Harry Connick, Jr, Ver Destaque)
01.00 Último Jornal
01.25 O Anel
02.45 Vibrações

Quarta, 18

- RTP 1
08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.30 Nós, os Ricos
16.10 Coração Selvagem
17.40 Casa de Artistas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.15 Isto Só Vídeo
21.50 A Grande Aposta
22.45 Enviado Especial
23.40 Robin Hood: Heróis em Collants
(de Mel Brooks, EUA/1993, com Cary Elwes, Richard Lewis, Roger Rees, Comédia)
01.40 24 Horas
02.30 Jogos Olímpicos de Inverno

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma casa na Toscânia
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.35 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.40 Sementes de Violência
(de Richard Brooks, EUA/1955, com Glenn Ford, Anne Francis, Louis Calhern, Maggie Hayes, Ver Destaque)
00.20 Falatório
01.15 Musical: «Fado, Sombra e Luz»

- SIC
09.10 Bueréré
10.30 Primeiros Anos
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Bueréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Programa do Além
23.15 Filhos da Nação
00.30 Último Jornal
00.55 Conversas Secretas



«Moll Flanders», adaptado do romance de Daniel Defoe, com Alex Kindston (Domingo na RTP2)

- 11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Táxi
16.20 Trapalhões
17.00 Bueréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Agora ou Nunca
23.00 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.40 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Linha de Fundo
00.40 Lar, Louco Lar
01.20 Fora de Jogo
01.20 A Balada de Hill Street

SIC

- 09.10 Bueréré
10.30 Vida de Casal
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Táxi
16.20 Trapalhões
17.00 Bueréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
22.00 Ponto de Encontro
23.10 Donos da Bola
01.30 Último Jornal
02.20 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.40 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Prelender
23.00 C-16
23.55 Predador à Solta
(de Fleming Fuller, EUA/1991, com Daphne Zuniga, James Wilder, Alexandra Paul, Drama)
01.40 Lar, Louco Lar
02.20 Fora de Jogo
02.35 A Balada de Hill Street

SIC

- 08.00 Bueréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.20 Príncipe de Bel-Air
14.40 Xena, a Princesa Guerreira
15.40 Walker
16.45 Megyver - Conspiração Internacional
(de Charles Correll, EUA/1993, com Richard Dean Anderson, Nicholas Farrell, Acção)
19.00 Sra. Doutores
19.30 Bom Baía
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 As Grades do Inferno
(de Stewart Rosenberg, EUA/1980, com Robert Redford, Yaphet Kotto, Dale Alexander, Drama)

TVI

- 10.00 Animação
13.05 Gémeos
13.30 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
16.45 A Caixa de Música
(de Michael Kennedy, EUA/1994, com Mel Harris, Rob Stewart, Oliver Tobias, Drama)
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.30 Causa Justa
23.25 Candyman, o Assassino em Série
(de Bernard Rose, EUA/1992, com Virginia Madsen, Tony Todd, Xander Berkeley, Terror)
01.15 A Balada de Hill Street

SIC

- 08.30 Bueréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.10 Viper
15.10 Os Imortais
16.00 Gente Vulgar
(de Robert Redford, EUA/1980, com Donald Sutherland, Timothy Hutton, Mary Tyler Moore, Judd Hirsch, Ver Destaque)
18.00 Desporto
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Salsa e Merengue
23.10 A Fúria da Razão
(de Don Siegel, EUA/1971, com Clint Eastwood, Harry Guardino, Reni Santoni, Andy Robinson, Policial)
01.15 Último Jornal
01.40 Gémeos

TVI

- 10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
14.50 O Céu Como Horizonte
15.50 Adultos à Força
16.40 Amor Trocado
(de Donna Deith, EUA/1994, com Andrea Roth, Rick Springfield, Stephanie Brachman, Ian Richardson, Romântico)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Catarina, a Grande
00.10 Futebol (Campeonato Italiano)
01.00 A Balada de Hill Street



Destaque na RTP1, esta semana, para os Jogos Olímpicos de Inverno, a decorrer em Tóquio (na foto: cartaz da RDA para os Jogos de Innsbruck/1976)

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Joana D'Arc, A Donzela:
As Batalhas e Joana
D'Arc, a Donzela:
As Prisões

(Quinta e Sexta, 00.20, RTP2)

Realizado entre 92 e 93, *Joana D'Arc, A Donzela* é uma das mais recentes obras de um grande realizador francês - Jacques Rivette - e tem a duração de cerca de cinco horas e meia, pelo que a RTP a projecta, neste ciclo dedicado ao cineasta, em duas sessões seguidas: quinta e sexta-feira. Neste grande fresco, Rivette inspira-se naturalmente no trajecto de *Joana D'Arc* entre 1429 e 1431, sendo na primeira parte (*As Batalhas*) abordado o cerco de Orleães e a figura heróica de *Joana* na condução dos exércitos para a guerra e na segunda (*As Prisões*) a sagração do rei Carlos VII em Reims até à execução de *Joana*



Mary Tyler Moore e Timothy Hutton, principais intérpretes de «Gente Vulgar», primeira realização de Robert Redford



Um fotograma de «A Grande Aventura de Pee-Wee»



Sigourney Weaver é a psicóloga especialista em serial killers no filme «Cópia Mortal», de Jon Amiel



Uma cena de «Sementes de Violência» de Richard Brooks, com Glenn Ford em primeiro plano

D'Arc na fogueira. Neste filme, Rivette abandona os habituais efeitos melodramáticos que caracterizam anteriores visões cinematográficas desta figura carismática da História da França para optar por uma *mise-en-scène* extremamente sóbria, valorizada pela presença luminosa de Sandrine Bonaire.

Noites de Lua Cheia (Sábado, 22.40, RTP2)

Quarto episódio do ciclo «Contos e Provérbios» de Eric Rohmer, este filme é baseado no ditado popular francês «Quem tem duas mulheres perde a sua alma, quem tem duas casas perde a razão». Desta vez, o realizador debruça-se sobre certa juventude «à moda»

dos anos 80, numa sondagem profunda dos corações e das almas através de diálogos como sempre inteligentes e de uma encenação depurada. Segundo Rohmer: «Eu respeito a opinião das minhas personagens, mesmo se não concordo com elas.» Pascale Ogier, intérprete principal, conquistou com este filme o Prémio da Interpretação Feminina do Festival de Veneza.

Gente Vulgar (Domingo, 16.00, SIC)

Estreia de Robert Redford na realização, trata-se de um filme com um argumento dramático credível e eficazmente posto em cena, embora deixando traçar um estilo que se não afasta muito dos melhores trabalhos televisivos - talvez porque a planificação para

afim o empurra, talvez porque é fundamentalmente um filme de actores: a família Jarrett, que vive nos subúrbios de Chicago, é atingida pela morte do filho mais velho, afogado na sequência de um naufrágio quando velejava. E este facto marca em particular o filho mais novo, que se considera responsável e é em consequência internado numa casa de repouso, onde conhece uma rapariga que vem mais tarde a suicidar-se, o que agrava ainda mais a consistência nervosa do jovem. As interpretações de Donald Sutherland, Mary Tyler Moore e Timothy Hutton contribuem seguramente para o êxito de um filme que caiu nas «boas graças» da Academia de Hollywood, já que foi galardoado com quatro Osca-

res (Melhor Actor Secundário para Timothy Hutton, Melhor Realizador, para Robert Redford, Melhor Argumento, para Alvin Sargent e, algo exagerada e surpreendentemente, Melhor Filme do Ano).

A Grande Aventura
de Pee-Wee (Domingo, 16.35, RTP1)

Espécie de banda desenhada com personagens de carne-e-osso, esta grande aventura é um regalo para os mais novos e foi realizada, com a destreza, a imaginação e o talento que o caracterizam, pelo cineasta Tim Burton, a partir da «personagem» de *Pee Wee Herman*, figura de culto da televisão, das mais populares entre os jovens (e os adultos) norte-americanos.

Chá Forte com Limão

(Domingo, 18.15, RTP2)

Com um excelente trabalho fotográfico de Manuel Costa e Silva e uma realização tecnicamente apurada e desenvolvida, o cineasta português António de Macedo conta-nos aqui a estranha e misteriosa história, situada em meados do século passado, de uma família aristocrática portuguesa, vista através das personagens de três mulheres e das suspeitas, invejas e mentiras que rodeiam as suas relações. Nos principais papéis, nota positiva vai para as interpretações de Eugénia Bettencourt, Isabel de Castro, Jean-Pierre Cassel e Carlos Daniel.

Texasville (Segunda, 22.40, RTP2)

Neste filme estamos perante uma divertida sequência de *A Última Sessão* (*The Last Picture Show*) realizado pelo mesmo Peter Bogdanovich quase vinte anos antes, em 1971, e (tal como primeiro) com argumento escrito pelo mesmo Larry McMurtry. Num ambiente nostálgico, praticamente sem enredo, o realizador capta algumas das personagens da primeira história, numa série de «retratos» que dão a conhecer a evolução dos tempos e dos que os viveram. Uma experiência interessante mas sem grandes voos, já que em certos aspectos não ultrapassa a mera curiosidade cinéfila.

Cópia Mortal (Terça, 23.00, SIC)

O assassino em série que atravessa o terrível argumento deste «thriller» tem a particularidade de estudar ao mais ínfimo pormenor os grandes crimes de alguns dos seus mais tenebrosos antecessores a fim de decalcá-los com a maior das friezas e crueldades. E para se ocupar da análise dos métodos deste novo assassino, as autoridades servem-se de uma psicóloga (*Sigourney Weaver*), fragilizada embora pela doença nervosa que a impugna mas que tem a particularidade de ser uma especialista na abordagem deste tipo de criminosos. Quanto à polícia, ela é personalizada por uma aparentemente insignificante agente (*Holly Hunter*, num espantoso papel) que, ao contrário da psicóloga, irradia confiança e força interior. E é precisamente neste «diálogo» de personalidades que o filme, relativamente banal quanto à intriga e aos mecanismos de *suspense* que utiliza, consegue encontrar grande parte do seu fascínio.

Sementes de Violência

(Quarta, 22.40, RTP2)

Trata-se de um clássico encenado por um dos maiores realizadores do cinema norte-americano - Richard Brooks - embora se trate de um dos seus filmes menos completamente conseguidos. Sobretudo pela relativa inverosimilhança das situações e de algumas personagens, patente no contraste entre os gravíssimos e reais problemas com que o argumento nos confronta e as soluções, falaciosas, irrealistas e fundamentadas na exclusiva boa vontade e «espírito de missão» que nos são apresentadas. Por isso, este confronto entre um jovem professor de inglês que chega a uma escola de um bairro «difícil» e atormentada por alguns alunos violentos e insolentes não consegue convencer o espectador, sobretudo num tempo como o nosso em que o filme irremediavelmente envelheceu. Mesmo assim, seria imensamente injusto não saudar a coragem e a sinceridade com que ele foi das primeiras obras cinematográficas a abordar o fenómeno da delinquência juvenil nas escolas norte-americanas. Destaque, ainda, nos principais papéis, para as interpretações de Glenn Ford e Anne Francis.

CABO & SATÉLITE

Especial Ruanda

Como explicar o drama do genocídio no Ruanda? Tem razão de ser o habitual argumento das «diferenças étnicas» para explicar o conflito e a mortandade? Ou há algo de mais sinistro por detrás desta tragédia? E por que razão se fala tão pouco dela na comunicação social?

Durante três horas e meia, o canal franco-alemão «Arte» debruça-se sobre um dos maiores massacres da História: a) em dois documentários de Frédéric Laffont e de Luc de Heusch; b) numa edição especial do magazine «Le Dessous des Cartes»; c) num debate durante o qual se procurará averiguar quais são as responsabilidades

políticas e ideológicas de «países aliados» ou de «parceiros económicos», como a Bélgica ou a França.

(Quinta, 12, das 19.45 às 23.15)

O Bailado dos anos 80

O canal francês «Muzzik», especializado em música clássica, bailado, jazz e música étnica, começa a transmitir a partir de hoje uma série intitulada «Les Clefs du Chorégraphe» na qual é abordado o panorama da dança contemporânea dos anos 80, com base em



documentários sobre figuras-chave da coreografia dos nossos dias. Hoje, estará em foco o coreógrafo Claude Brumachon.

(Quinta, 12, das 20.00 às 21.35)

Uma obra-prima de Kubrick

O telespectador de hábitos mais cinéfilos terá durante este mês de Fevereiro várias oportunidades de assistir no canal cinematográfico «TNT» à exibição de «2001: Odisseia no Espaço», um dos mais célebres filmes do cineasta norte-americano Stanley Kubrick. Uma vantagem: a ausência de intervalos para a publicidade. Uma desvantagem: a ausência de legendas. Esta semana, por exemplo, o filme vai para o ar na segunda-feira.

(Segunda, 16, das 21.00 às 23.30)





Notícia de uns meninos judeus

Transmitido pela TV2 à hora do almoço dos domingos, "Jornal de África" quem o vê? Imagino que imigrantes de origem africana, de primeira e segunda gerações, e pouquíssimo mais. Contudo, este é o país que no plano internacional se gaba de ter com as suas antigas colónias "relações privilegiadas" que, presume-se, não se limitam ao acolhimento não excessivamente tolerante de uma imigração mais ou menos clandestina, quando não clandestina de todo, que serve bem para vir construir apartamentos de luxo e meio-luxo, obras públicas e privadas, acolhendo-se no fim de cada dia a bairros-de-lata ou a habitações infradegradadas. Quer dizer: pareceria que as tais relações implicariam alguma curiosidade pelas notícias e informações várias que "Jornal de África" traz acerca dos países de origem de quem habita ali atrás e é olhado com desconfiança e incomodidade por muita gente que olharia de outro modo se visse "Jornal de África".

Por mim, para minha própria vergonha, faço quase tal e qual como os outros: raramente vejo "Jornal de África". Porém, quando o vejo, apercebo-me claramente de que ganhei alguma coisa com isso. Desta última vez, no passado domingo, ganhei uma informação acerca da nossa História que foi para mim uma total novidade: que no século XVI, estava a glória portuguesa no apogeu, o poder real do meu País deportou para São Tomé duas mil crianças judias arrancadas aos seus pais, entretanto expulsos de Portugal tal como já haviam sido expulsos de Castela para cristianíssima glória dos monarcas de ambos os reinos. O motivo ou o pretexto da deportação terá sido a colonização da ilha mas, se assim foi, o objectivo gorou-se, porque, passado pouco tempo, já dois terços das crianças, todas de idade inferior a oito anos, tinham morrido, e o resto do contingente desapareceu posteriormente sem deixar rasto. Segundo a reportagem de "Jornal de África", de tudo isso restam duas sepulturas com inscrições em hebraico, e é tudo.

Uma ajuda para os olhos

Bem sabemos, é claro, que o século XVI era o século XVI, com específicos valores (com perdão da palavra, como a sua utilização neste contexto recomenda), e que este tristíssimo episódio dos miúdos judeus despachados

para São Tomé não faz de nós, portugueses, percursores das práticas alemãs em Auschwitz em pleno século XX. Sabemos bem que a colonização portuguesa tem, como todas as colonizações, um extenso e terrível "livro negro" nunca organizado mas possível, o que não transforma cada português actual num cúmplice com os crimes do passado. Porém, uma coisa é o lúcido enquadramento dos factos no seu tempo e na sua circunstância e outra coisa, diferente e grave, é a falsificação "patriótica" da História mediante distorções, omissões, demonizações dos "outros" e mais engenhosos manejos.

Dir-se-á que são delitos com desculpa porque cometidos sob saudável impulso do amor pátrio. Ora bem: a questão é que nem sempre é assim. O branqueamento da acção colonial portuguesa, por exemplo, forneceu pretensas justificações para treze anos de uma guerra injusta, inevitavelmente cravada de crimes dificilmente

perdoáveis (precisamente porque já não estávamos no século XVI), que comprometeu a honra nacional não apenas perante o mundo mas também, o que é pior, perante os valores fundamentais que são hoje património da humanidade, e tudo não para maior glória portuguesa mas para defesa de interesses económicos de alguns, para manutenção de crudelíssimas formas de exploração de homens, de uma raça por outra.

Como bem se sabe, essa mistificação ainda hoje é prosseguida já não com o objectivo de relançar o colonialismo à antiga, mas sim como arma propagandística usada pelos que tentam camuflar o colonial-fascismo com as vestes do injusto martírio e, se possível, da canonização. Por isso, fiquei como que pessoalmente grato a "Jornal de África" por ter vindo ensinar-me mais um infeliz passo da verdade histórica, por sinal desta vez não com populações africanas no lugar das vítimas. Em "Jornal de África" aprendera já a olhar melhor das vítimas. Em "Jornal de África", aprendera já a olhar melhor os africanos que vivem conosco e as terras de onde vieram: "melhor", isto é, mais liberto dos múltiplos preconceitos que insidiosamente se infiltram nas nossas cabeças, mesmo que muito julgemos que não. Agora, a rubrica ajudava-me a ajustar o meu olhar sobre o retrato inteiro do meu próprio País. Não havia dúvida: vale a pena lembrar-me de "Jornal de África" na hora do almoço dos domingos.

Uma epígrafe de Pessoa

A criação do Instituto Camões visou, entre outros objectivos, gerar, coordenar e fortalecer iniciativas capazes de conferir substância e eficácia às nossas relações culturais com os diferentes povos e países. Correpondeu então, apesar de um desenho orgânico muito confuso e largos anos de atraso, a uma necessidade sentida, nos planos político e funcional, por quantos conheciam o débito da afirmação portuguesa além-fronteiras. Um débito, sublinhe-se, não dissociável do que fora o isolacionismo perseguido pela ditadura ou a teia de inércias das governações de direita.

Para lá das indefinições originárias, desde logo no que respeita aos cruzamentos e nebulosidades de tutela, o Instituto experimentou sempre graves limitações financeiras, uma clamorosa falta de clareza nos projectos e critérios, erros de estruturação, gestão e funcionamento. Bastará recordar, a este último propósito, que as despesas com as instalações e pessoal nunca deixaram de assumir a parte de leão em orçamentos de penúria.

Enquanto isto, marcava passo a expansão da rede de Centros na Europa, em África ou na América Latina, sobretudo em regiões de maior fixação das comunidades emigradas (como é caso do Luxemburgo ou da África do Sul), definham os apoios à actividade dos leitorados, um pouco por todo o lado, protegiam-se clientelas, falhavam patrocínios e estímulos sensíveis à tradução de obras de autores da lusofonia, não obstante os protocolos com o Instituto do Livro, entidade cujo esforço não custa reconhecer. Portugal primava pela ausência em várias latitudes e em sucessivos empreendimentos, nos chamados Palop ou, mais perto, nas cidades onde, à míngua de verbas e solidariedade, os lusófilos se achavam entregues a uma prática do mínimo, desmotivados, resistentes. Pior-quando não primava pela ausência, tagarelava as liturgias do vazio a troco de nada, refugiava-se na proclamação de promessas destinadas ao incumprimento ou à dilação, abstinha-se de qualquer rasgo, da menor percepção estratégica e suas consequências efectivadas com termo e rigor.

O actual Governo, pela voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros, cedo assecurou que iria modificar tal estado de coisas, pôr um ponto final no desnorte e na irresponsabilidade. Nomeou João Paulo Monteiro após uns quantos episódios folhetinescos – houve quem advogasse a indigitação de personalidades de continuidade cavaquista, gente do PS que serviu briosamente o poder laranja... – e sentou-se a descansar à sombra da expectativa. O Instituto «fechou» durante meses para inventário, análises, mudanças sectoriais, reorientações de fundo. E, ao cabo desses meses ponderosos e melancólicos, feitos de silêncio, ressurgiu igual a si próprio! No entanto, novos lobbies vieram juntar-se aos que existiam, o aparelho burocrático do passado conservou a influência, vigora-ram o imobilismo e a cunha à moda antiga (aí estão as colocações de leitores a comprová-lo), persistiu o regime de pobreza do erário e sua delapidação, reiteraram-se a estreiteza de vistas e a intriga de cordel.

Sobre esta matéria, aliás, será elucidativo reler Eduardo Prado Coelho, num dos seus textos de «O Fio do Horizonte», no *Público*. Ele sabe bem do que fala...

É neste contexto, findo um novo período de anomia e acumulação de desaires, que o historiador Jorge Couto acede às funções de presidente do *Camões*. No discurso de posse, segundo relatam os jornais, revelou-se ciente das dificuldades e dos propósitos, enunciando algumas linhas fundamentais de intervenção a curto e médio prazo. Sem surpresas de maior, diga-se, por muito que valha o benefício da dúvida. O catálogo de actuações para o próximo triénio contém o óbvio – incremento das diligências tendentes à difusão e preservação da Língua nas sete parti-

ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo

das, maximização dos resultados a obter com o recurso à edição *multimedia* e à Internet, «Era Gâmica» (em colaboração com a Comissão dos Descobrimentos e a Expo), os 3º e 2º centenários do nascimento do Marquês de Pombal e Almeida Garrett, os 100 anos da morte de Eça de Queiroz, os 500 da descoberta do Brasil. A lista não se aproxima sequer da exaustividade.

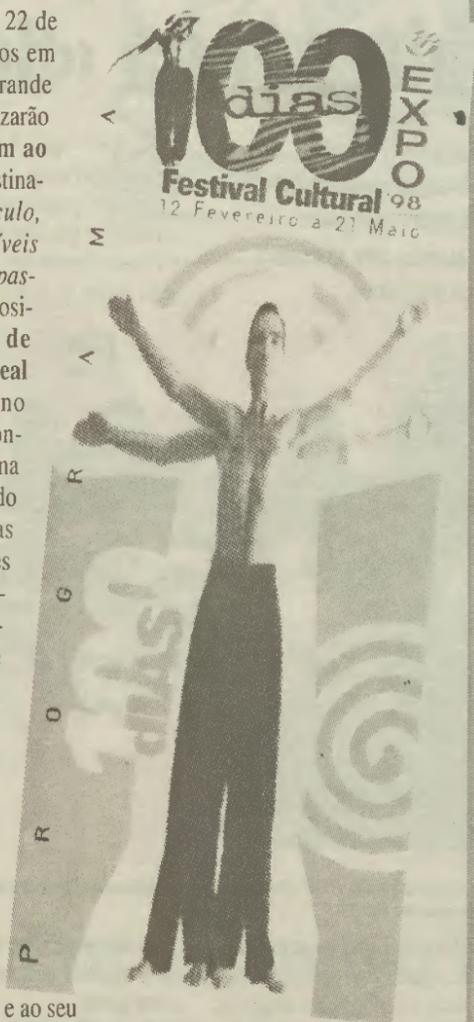
Por seu turno, as intenções asseveradas decalcam quando se ouviu, no pretérito, aos detentores do cargo – embora pareçam dignos de registo quando acentuam compromissos de pluralidade, recusa do vírus dilettante que emana de determinados círculos do Executivo («não partilhamos a tese de que a cultura seja só para uma dezena de intelectuais»), preocupação com o património que tem vindo a ser depredado. Ficaram, contudo, por dar respostas a problemas centrais da Instituição, seja na área dos recursos humanos, investimentos, concursos e prioridades de organização interna, sem esquecer a articulação de dinâmicas interministeriais, seja nos domínios prementes do reequilíbrio orçamental e do revigoração dos políticos vocacionados para a defesa e a projecção concretas do Português num mundo em que ele se vê em perda. Sem essas respostas, sem as rupturas e inovações que urgem, corre-se o risco de ver repetidas as cenas do descalabro. Com alguém a bradar, decerto, como agora fez Jorge Couto, uma epígrafe de Pessoa continuamente empobrecida e mal usada: «A minha pátria é a língua portuguesa»...



ESCAPARATE

Expo'98 «arranca» com Festival dos 100 Dias

Constituindo como que um potente motor de arranque para a Expo'98, começa esta semana um importante conjunto de manifestações culturais que os responsáveis daquela exposição mundial resolveram pôr de pé para preencher os 100 dias que antecedem a sua inauguração em 22 de Maio. Independentemente dos espectáculos em diversos domínios das artes, a primeira grande exposição de um conjunto de três que se realizarão durante estes 100 dias intitula-se «Viagem ao Século XX» e, como o seu nome indica, destina-se a «propor um olhar sobre o nosso século, ensaiar um percurso entre os muitos possíveis para nos ajudar a lembrar muito do que se passou no nosso tempo». Para conceber esta exposição, agora patente no Centro Cultural de Belém, foi convidado o designer britânico Neal Potter, conhecido pelos seus trabalhos no Museu da Imagem em Movimento de Londres. Quanto ao Festival propriamente dito, na impossibilidade de dar aqui uma pálda ideia do ambicioso conjunto de realizações artísticas que agora têm início, os primeiros destaques vão para alguns momentos altos da programação. Desde logo, no campo da música clássica, a apresentação no Teatro Nacional de S. Carlos de três óperas pela Companhia do Teatro Mariinski (Kirov) de S. Petersburgo: «Sadko», de Rimsky-Korsakov, «O Noivado no Mosteiro», de Prokofiev, e «O Navio Fantasma», de Wagner. Ainda neste domínio, mais tarde, em 25 de Abril, será estreada «Os Dias Levantados», uma ópera composta por António Pinho Vargas a partir de um libreto de Manuel Gusmão. Quanto à apresentação de grandes orquestras, este Festival associar-se-á à FCG e ao seu ciclo sobre «As Grandes Orquestras Mundiais», entre outros ciclos importantes neste domínio. Na dança, estarão em primeiro plano os espectáculos das companhias de Mark Morris, Paul Taylor e Olga Roriz, enquanto que, no Jazz, as atenções virar-se-ão para os principais músicos portugueses, como Carlos Martins, Carlos Barretto, Laurent Filipe, Bernardo Sasseti ou Carlos Bica e, ainda, para a Orquestra do Lincoln Center (Nova Iorque) sob a direcção de Wynton Marsalis. A programação teatral é também exigente e abrange peças de autores como Heiner Müller, Strindberg, Tennessee Williams, Luísa Costa Gomes, Ionesco, Brecht ou Garcia Lorca. Na medida do possível, «Escaparate» irá dando aqui notícia dos acontecimentos mais relevantes deste Festival.



CLÁSSICA

Temporada de Música da FCG

Particularmente preenchida é esta semana em relação à Temporada de Música e Dança 1997/1998 da Fundação Calouste Gulbenkian. Já hoje e amanhã, respectivamente às 21.30 e 19 horas, no Grande Auditório, a Orquestra Gulbenkian sob a direcção de Jun Ichi Hirokami e o violinista Vadim Rapin interpretam «O Idílio de Siegfried» de R. Wagner, o Concerto para Violino e Orquestra de Alban Berg e a Sinfonia nº 6 em Si menor, op. 74 (Patética) de Tchaikowsky. No domingo, na Sé Patriarcal de Lisboa, o organista Antoine Sibertin-Blanc interpretará um variado repertório para órgão. Na segunda-feira 16, pelas 19 horas, no Grande Auditório será a vez de a soprano Christine Schaefer e do pianista Graham Johnson apresentarem um programa de lieder de Berlioz, Wolf, Bizet, Saint-Saëns, Rousell e Falla. Finalmente, na terça-feira 17, pelas 21.30, no Coliseu dos Recreios, realizar-se-á mais um concerto do ciclo «Grandes Orquestras Mundiais» com a Philharmonia Orchestra dirigida pelo maestro Esa-Pekka Salonen e com Mitsuko Uchida em piano. No programa: «Lontano» e «Apparitions», de Ligeti, Concerto nº 1 para Piano e Orquestra, de Bartók, e «Poema do Éxtase», de Scriabine.



O violinista Vadim Repin

LIVROS



Porto: da Outra Cidade

Do próprio director da *Colecção Descobrir o Porto*, Helder Pacheco, a editorial Campo das Letras publica um novo livro - *Porto: da Outra Cidade*. Uma Cidade como a Invicta merecia um livro assim, numa colecção assim. Que lhe desvende os segredos e descubra os caminhos onde se reconhecem não apenas os lugares mas a sua história. Não apenas aquela de grandes feitos construída, mas a que todos os dias se faz e acumulando-se se constrói, como um fresco, se fosse pintura, como uma ementa se fosse um sabor, como um jardim se fossem aromas. Abundantemente ilustrado, este livro que conta uma cidade, pode ler-se como um conjunto de crónicas demonstrando-se o leitor em cada uma; ou como um roteiro de lugares já percorridos se os conhece ou a visitar se ainda lhe não são familiares. É certamente uma viagem, sentimental e crítica, a uma cidade que, como todas as outras, é única.

CINEMA

O ciclo «Actors Studio» continua na Cinemateca

Esta semana, o ciclo sobre o «Actors Studio» termina o seu capítulo O Método «Excessivo» para começar dois outros: De um «Método» a Outro e A Segunda Geração: Os actores da Incerteza. No primeiro caso, teremos os filmes «No Reino da Calúnia» (EUA/1955) de Robert Aldrich e «Lilith e o seu Destino» (EUA/1964) de Robert Rossen, na 5ª feira 12, respectivamente às 18.30 e 21.30; «No Calor da Noite» (EUA/1967) de Norman Jewison, na 6ª feira às 21.30; a integral de «O Padrinho» (EUA/1972/1974/1990) de Francis Ford Coppola no sábado às 15.30, 18.30 e 22 horas. No segundo caso, os filmes projectados serão «Destinos Opostos» (EUA/1970) de Bob Rafelson e «Iniciação Carnal» (EUA/1971) de Mike Nichols na 2ª feira, respectivamente às 18.30 e 21.30; «À Mesma Hora para o Ano que Vem» (EUA/1973) e «A Última Sessão» (EUA/1971) de Peter Bogdanovich; e «Made For Each Other» (EUA/1971) de Robert B. Bean na 4ª feira às 18.30.



Andy Garcia e Al Pacino no filme «Padrinho» (3ª. Parte)

Ciclo sobre Emil Kusturica no Barreiro

Continua a realizar-se, numa organização do Cineclub do Barreiro, o ciclo dedicado ao realizador jugoslavo Emil Kusturica. As próximas sessões terão lugar nos dias 14, 21 e 28 do corrente, respectivamente com os filmes «Arizona Dream», «Tempo dos Ciganos» e «O Papá está em Viagem de Negócios». A sede do cineclub é na Rua Almirante Reis, 18, no Barreiro.



Fábrica de Louça de Sacavém

De que trata este belo livro que há pouco nos chegou ao conhecimento? Fala-nos de uma arte particular, uma arte tão natural e próxima que acompanhou sempre de perto o homem desde a sua pré-história. Falar de louça é falar do quotidiano, que tem os seus artistas, muitos deles que não deixaram nome impresso. Ana Paula Assunção, licenciada em História e responsável pela orientação do Museu Municipal de Loures, publica agora esta *contribuição para o estudo da indústria cerâmica em Portugal - 1856-1974*, com o título *Fábrica de Louça de Sacavém*, livro editado na *Colecção História da Arte* das edições Inapa. Um livro onde avulta a beleza das peças, da faiança ao azulejo, em ilustrações de qualidade, mas onde se vai mais longe e mais fundo no lugar e na história de quem as produziu.

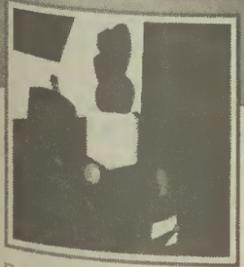
EXPOSIÇÕES

O Arsenal do Alfeite em destaque

Numa organização da sua Comissão de Trabalhadores e com o apoio logístico da Câmara Municipal de Almada, foi inaugurada no passado dia 6 do corrente a «III Exposição de Arte e Cultura dos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite», uma iniciativa original que aqui merece a justa referência, estando previsto para amanhã um debate organizado no quadro desta exposição e intitulado «O Arsenal do Alfeite na Defesa dos Trabalhadores e do País». A mostra está patente ao público na Ofi-

ciná da Cultura (Praça S. João Baptista, Almada), um dos três espaços públicos de que a autarquia almadense dispõe, sendo as outras duas a «Casa da Cerca» e a «Galeria de Arte», espaços mais vocacionados para a exposição de trabalhos individuais e colectivos de artistas já lançados. A realização desta exposição não constitui um acto inesperado já que os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, nomeadamente os seus operários, há muito se dedicam a várias formas de expressão artística.

3ª EXPOSIÇÃO DE ARTE E CULTURA



DOS TRABALHADORES DO ARSENAL DO ALFEITE

De 6 a 25 de Fevereiro 1998
Oficina de Cultura

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

TEATRO



A Noite é Mãe do Dia, na Malaposta

Ainda pode assistir às últimas representações da peça «A Noite é Mãe do Dia», um intenso drama familiar que se desenrola no início dos anos 60, peça da autoria de Lars Nören, traduzida por Luísa Neto Jorge e Solveig Nordlund e que constitui a estreia na direcção teatral desta realizadora cinematográfica sueca há anos radicada no nosso país. Os intérpretes desta peça, que tem figurinos e cenografia de Ana Paula Rocha, são Lia Gama, Mário Jacques, Diogo Dória e Ivo Canelas. Os espectáculos no Centro Cultural Malaposta (Olival Basto) realizam-se de 3ª a sábado às 21.30 e no domingo às 16 horas.

Uma nova peça pelo Novo Grupo

Está em cena no Teatro Aberto (Praça de Espanha, Lisboa) a peça «Água Salgada», um original de Conor McPher-son. Numa versão de João Lourenço e de Vera San Payo Lemos, que são responsáveis, respectivamente, pela encenação e pela dramaturgia, os cenários e figurinos são de Vera Castro, a música de Eduardo Paes Mamede e a interpretação está a cargo de José Jorge Duarte, Paulo Oom e Tobias Monteiro. Quintas, Sextas e Sábados às 21.30 e Domingos às 16 horas.



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Reunir e impor

O Grupo Parlamentar e a Comissão Política do Partido Socialista reuniram-se na passada terça-feira para decidirem o que fazer com o referendo sobre a despenalização do aborto, cozinhado pelas direcções do PS e do PSD horas depois de a Assembleia da República ter aprovado o Projecto de Lei, proposto pela JS e apoiado pelo PS, que consagra essa mesma despenalização.

À hora em que escrevemos ainda não se sabe o resultado da reunião, o que não tem importância: o desfecho já fora anunciado na imprensa através de títulos como o da primeira página do Diário de Notícias desse dia, afirmando: «Direcção do PS impõe referendo aos deputados».

Especulação jornalística? Nada disso. A notícia assim titulada pelo DN estava bem estribada: tinha a sustentá-la nem mais nem menos que o inevitável ministro adjunto Jorge Coelho, cuja intervenção, a fazer no magno e reservado encontro, o matutino lisboeta parecia conhecer tão bem como o próprio. Pelo que se conclui que Jorge Coelho e seus pares já não se limitam a manejar a governação e o partido nos locais e tempo adequados: também usam os jornais como campo das suas próprias manobras, e por antecipação.

Veja-se e aprecie-se.

«Na reunião do grupo parlamentar com a Comissão Política», garantia o DN um dia antes dos acontecimentos, «o ministro adjunto será porta-voz da indignação do líder do partido, António Guterres, perante os "ataques" internos de que diz ser alvo a propósito da abertura manifestada para um entendimento com o PSD para a realização de um referendo sobre o aborto».

Recorde-se que os «ataques» internos, a existirem, consistirão na inevitável perplexidade dos deputados do PS em verem uma lei por si proposta e aprovada na Assembleia da República ser, horas depois, hipotecada pela direcção do partido a um referendo cozinhado com os adversários, pondo em causa o grupo parlamentar, o PS e a própria dignidade da Assembleia da República. Mas adiante.

«Na reunião de hoje», continuava o DN, «Jorge Coelho vai dizer que, à excepção da regionalização, nenhuma das batalhas em que o grupo parlamentar se envolveu ou se prepara para envolver - aborto, uniões de facto, droga - foi motivo de campanha nas eleições de 95», pelo que «para legislar sobre essas matérias o PS terá de recorrer ao referendo».

O pior é que os «motivos» da campanha eleitoral do PS em 1995 também não foram legislados, nomeadamente as fartas promessas nas áreas do Ensino, da Saúde, da justiça social... Que tal um referendo para averiguar o que o eleitorado pensa disso?

Finalmente, «Coelho alertará os deputados para o facto de, ao porem em debate temas polémicos que não foram sancionados nas legislativas de 95, estarem a trabalhar para a derrota nas legislativas de 99. "Se sem maioria absoluta fazem isto, o que não farão com maioria absoluta", interrogar-se-ão, segundo Coelho, os eleitores».

Pelo que ficamos a saber duas coisas.

Uma, que o PS não anda a trabalhar para o País: a sua «política do coração» só bate com o objectivo de ganhar eleições e manter-se nos poleiros.

Outra, a de que o ministro Jorge Coelho considera, afinal, as maiorias absolutas um caminho aberto para os abusos de poder.

E está cheio de razão. Sobretudo se forem parar às mãos de tão grandes democratas.

■ Henrique Custódio

Carlos Carvalho visitou a TAP

PCP defende empregos e companhia aérea «de bandeira»

A estabilidade de emprego e a prevalência dos interesses nacionais após a privatização anunciada pelo Governo foram as principais preocupações manifestadas pela delegação comunista que visitou antontem a transportadora aérea nacional.

A delegação do PCP - que, além de Carlos Carvalho, integrou ainda o presidente do Grupo Parlamentar, Octávio Teixeira, membro da Comissão Política do Partido, o deputado João Amaral e o sindicalista Arménio Carlos, ambos membros do Comité Central, e Custódio Luz, da direcção regional de Lisboa - encontrou-se com o presidente e outros membros do conselho de administração da TAP e, de seguida, com os representantes dos trabalhadores (sindicatos e CT).

À saída do encontro com o presidente do CA, o secretário-geral do PCP afirmou aos jornalistas que Ferreira Lima lhe tinha garantido que a administração não pensa fazer despedimentos.

Depois do encontro com os sindicalistas e membros da Comissão de Trabalhadores, o secretário-geral do PCP considerou que a posição da administração era mais idílica que a demonstrada pelos representantes do pessoal.

Carlos Carvalho defendeu que, com o actual ciclo económico positivo que se vive, é possível, através de uma gestão cuidada, não só a manutenção dos actuais postos de trabalho mas mesmo a expansão do emprego. Quanto à ameaça sobre os empregos de cerca de 7 mil pessoas, um membro da CT afirmou que, até ao primeiro caso, não existem motivos para duvidar da garantia dada pela administração de que não haverá despedimentos.

O Governo já anunciou que pretende avançar com a primeira fase de privatização da TAP ainda este ano.

Ponto de honra em relação ao futuro da empresa é, para o PCP, a manutenção nacional do controlo da empresa, para que a TAP continue a ser uma «companhia de bandeira», prioritariamente preocupada com os interesses nacionais. Com esta preocupação no horizonte, a delegação comunista questio-

Realçando que a TAP, do ponto de vista operacional, económico e financeiro, pode ser rentável, os comunistas questionaram a parceria com a Swissair, que corre o sério perigo de se transformar, de

lhas, realçando, por exemplo, o custo que tem a transferência do sistema de reservas para a Swissair. O secretário-geral do PCP alertou para uma campanha com o objectivo de denegrir a TAP e faci-



A delegação do PCP manteve uma animada troca de impressões com os representantes dos trabalhadores da TAP

nou Ferreira Lima sobre questões como a parceria estratégica com a Swissair, o serviço para as regiões autónomas, o espaço aberto e a concorrência, informou Carlos Carvalho.

parceria estratégica, na passagem da companhia nacional para mãos estrangeiras.

A autonomia financeira e de decisão não podem deixar de ser nacionais, sustentou Carlos Carva-

litar a privatização, que poderia ser feita com base em valores muito menores que os reais.

Para hoje está agendado na AR um debate de urgência sobre a situação na TAP.

Portugal não pode ser arrastado por imposições dos EUA

— Aboim Inglês comenta posição sobre as Lajes

«Portugal, de modo nenhum, deverá ser arrastado, por imposições dos Estados Unidos, a submeter-se servilmente a uma posição que é dos interesses dos EUA e não da comunidade internacional», afirmou Carlos Aboim Inglês, num depoimento prestado ontem de manhã a uma rádio nacional.

Para o PCP, sublinhou aquele membro da Comissão Central de Controlo e do Comité Central, «o acordo existente sobre as Lajes, aliás largamente secreto, não pode obrigar o nosso país a envolver-se em conflitos estranhos aos nossos interesses nacionais».

Solicitado a comentar a autorização, concedida terça-feira pelo Governo português, para utilização da base das Lajes em eventuais acções militares contra o Iraque, Aboim Inglês começou por referir que «a decisão tomada pelo Governo português confirma a justeza daquilo que já no dia 3 referimos», citando de seguida a nota do Gabinete de Imprensa do Partido, divulgada naquela data: «A

posição do Governo português assumida por Jaime Gama é particularmente grave para a dignidade, a soberania e os interesses nacionais, porque não defendeu que o conflito entre os EUA e o Iraque deve ser resolvido no quadro da ONU, por via diplomática, nem garantiu que as bases americanas das Lajes não serão utilizadas para agredir o Iraque. Esta posição do Governo português é tanto mais inquietante quanto outros países da UE, entre eles a Espanha e a França, se demarcaram claramente da posição americana.»

O dirigente comunista sublinhou que a autorização agora concedida assume ainda maior gravidade, depois de a Itália, a Espanha e a própria Turquia terem recusado que as bases nos seus territórios servissem para acções militares contra o Iraque. A decisão do Governo português «é tanto mais grave quanto o Conselho de Segurança não decidiu qualquer acção armada», frisou Aboim Inglês.

Campanha Nacional de Fundos ultrapassa os 250 mil contos

Segundo o balanço provisório da Comissão Administrativa Financeira do PCP, a Campanha Nacional de Fundos do PCP ultrapassou em mais de 50 mil contos a meta estabelecida inicialmente.

Entre Março e Dezembro de 1997, as diferentes organizações do PCP recolheram contribuições no valor de 250.597 contos, que se destinaram a fazer face aos elevados custos de participação na campanha eleitoral para as autarquias locais.

Contudo, a Comissão Administrativa Financeira considera este balanço provisório devido ao facto de algumas organizações do Partido ainda não terem encerrado as suas contas.

Para o grande sucesso da Campanha foi fundamental o empenhamento das organizações e militantes bem como a dinâmica gerada à volta

desta recolha de fundos entre amigos e simpatizantes do PCP, entre os próprios eleitores da CDU. Lançada em Março deste ano, a campanha atingiu, em 8 de Maio, 15 por cento da meta estabelecida, passando em 12 de Junho para 25 por cento. Quando em 18 de Setembro se voltou a fazer novo balanço à campanha, verificou-se que tinham sido atingidos os 125 mil contos. Entretanto, em 30 de Outubro, a mesma alcançava os 160 mil contos (80%) e pouco mais de quinze dias depois os 175 mil (87,5%). Já em Dezembro eram atingidos os 190 mil contos e logo a seguir os 200 mil contos.

Com este balanço provisório, aquele número é largamente ultrapassado, resultado que reflecte o prestígio e influência do PCP junto das massas trabalhadoras.

